

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**ANÁLISE DO IDH DO BRASIL, DE SUAS REGIÕES E DE
OUTROS PAÍSES: UM ENFOQUE COMPARATIVO**

ALUNO MESTRANDO: CLAUDIO NOEL DE TONI JUNIOR

SÃO CARLOS

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**ANÁLISE DO IDH DO BRASIL, DE SUAS REGIÕES E DE
OUTROS PAÍSES: UM ENFOQUE COMPARATIVO**

CLAUDIO NOEL DE TONI JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, na área de Dinâmica Organizacional e Trabalho da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.
(Campo de Pesquisa: IDH)
Sob a Orientação do Profº. Dr. OSWALDO MÁRIO SERRA TRUZZI

SÃO CARLOS

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T665ai

De Toni Junior, Claudio Noel.

Análise do IDH do Brasil, de suas regiões e de outros
país: um enfoque comparativo / Claudio Noel De Toni
Junior. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

164 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Eficiência organizacional. 2. Valor (Economia). 3.
Indicadores de desenvolvimento sustentável. 4. Saúde. 5.
Educação. I. Título.

CDD: 658.4 (20ª)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Claudio Noel de Toni Júnior

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 05/01/2010 PELA
COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi
Orientador(a) PPGE/UFSCar

Prof. Dr. Edemilson Nogueira
PPGE/UFSCar

Profª Drª Dora Isabel Paiva da Costa
Departamento de Economia/UNESP

Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
Coordenador do PPGE

Orientador

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

Agradecimentos

Primeiramente a Deus pelo dom de minha vida, a minha família que sempre estiveram ao meu lado nos momentos difíceis e me apoiando, aos meus professores que me passaram sabedoria e a todos que direta e indiretamente contribuíram para que eu pudesse alcançar meus objetivos e para minha formação.

RESUMO

Esta dissertação enfocará as variáveis, que compõem o IDH até o ano de 2008, as quais serão abordadas na análise do desenvolvimento dos países por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – PNUD – ONU. O primeiro capítulo apresentará a definição do IDH, suas particularidades, metodologia de cálculo e sua estruturação, através da observação das três variáveis, que compõem o indicador na atualidade: renda *per capita*, saúde e educação. No segundo capítulo, será elaborada uma análise comentada e comparada do IDH brasileiro em termos regionais (internos) para que se possam compreender as discrepâncias existentes dentro de um mesmo país, sendo útil, quando analisarmos o IDH brasileiro de forma geral. No terceiro e quarto capítulos, faremos a análise do IDH entre nações, demonstrando a evolução ou retrocesso que cada país obteve ao longo dos anos, suas deficiências em determinados setores sociais ou econômicos, as características e as razões dos países apresentarem variáveis otimizadoras de qualidade de vida em detrimento de nações que possuem índices medianos e outras em situações precárias. Serão analisadas, também, as divergências existentes entre as diversas regiões do globo, em especial os Estados Árabes, a África Subsaariana e a América Latina, dentre outros. No quarto capítulo, mostraremos o IDH de 2007, e mais um breve relato do IDH de 2008 (que possui seus dados relativos aos indicadores de 2006), a inserção do Brasil no contexto latino e mundial, a observação dos primeiros colocados, dos últimos, e as alterações nas posições relativas que levaram esses países a obterem essas classificações. No quinto capítulo, concluiremos apresentando as principais críticas feitas ao índice, em razão de o mesmo não retratar com fidelidade a condição de desenvolvimento que uma nação se encontra, ao mesmo tempo em que discutimos inclusões de outras variáveis, que poderiam fazer do IDH um índice mais preciso. Também serão abordadas as dificuldades metodológicas, caso outras variáveis entrassem no índice. Por fim, em anexo, foram reunidas algumas entrevistas com professores ou especialistas na área socioeconômica sobre a problematização do índice.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Renda *Per Capita*; Saúde; Educação; Críticas ao IDH.

Abstract

This text is going to show many ways that compose the IDH until the year of 2007 that they are going to be talked the analysis the development for the development from the countries for the Program of the Union Nation to the development from the Union Nation Organizations – PNUD – ONU. The first chapter is going to show the definition of IDH its particulars, methods of calculus and its structurations beyond the observation from three ways that componde the indicator in the actuality income per capita, health, and education. For helping in your understand, we are going to include the index of Gini to help us in our analysis. In the second chapter, we are going to do an analysis commented and compared of the Brazilian's IDH in terms of inner regions for that we could understand the discrepancies that there are in the same country being utile when analysis the Brazilian's IDH in general forms. In the third and forth chapter we are going to do the analysis of IDH among the nations, showing the evolution and the retreat of each country got along the years, their deficiencies in determinates sectors like social or economics, the characteristics and the reasons of the countries show us the variables of optimization of the quality of live in remains from nations that hale index medium and others in precarious situations. We are going to analyses the divergences that there we are among many region in the globe where we are going to do the calculus between the sub-regions, for examples we are going to analyses the IDH of Emirates Arabs, Africa, Subssariana, Latin America inside others. In the forth chapter we are going to show the IDH in 2007 with the brief report of the IDH the 2009 that gets their relatives facts to indicators of 2006 the insert of Brazil in context latin and world-wide the observation of first placing, to the last, and the motives that took these countries to get these classification. In the fifth chapter we are going to show the criticism that are done in the index at the meaning of the same not portray with the total real fidelity condition of development that a nation meet and the possible inclusion of others variables that could do the IDH the index much precise. Also be boarding the difficulties of methodologies that exist in case of others variables go in to the index. At the of this text we are going to reunite the annexed of some interviews' with professors, or specialist in the field of social-economics about the problematization of the index.

Passwords: development, income per capita, health, Education, criticism of IDH

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1- Distribuição de Renda em países selecionados no Período de 1993 a 2002.....	32
Tabela 2- Índice de Gini para países selecionados, conforme dados No Banco Mundial – 2000.....	34
Tabela 3- Lina de pobreza em países selecionados de 1992 a 1995	35
Tabela 4- Taxa de analfabetismo e de mortalidade infantil no contexto regional brasileiro no período considerado 2002 a 2003.....	44
Tabela 5 - Expectativa de vida.....	45
Tabela 6- PIB dos Estados em milhos R\$ <i>per capita</i> nos anos 2004.....	47
Tabela 7- IDH Renda per capita dos estados brasileiros no período entre os anos 2000 a 2005.....	48
Tabela 8 - IDH das cidades brasileiras no período de 1991 a 2000.....	56
Tabela 9 - IDH: <i>Ranking</i> para países selecionados.....	62
Tabela 10-Renda <i>per capita</i> (PPC – US\$), índice de 2006 com base em dados no ano 2004.....	66
Tabela 11- Expectativa de vida ao nascer para países selecionados em ano tornando como referência de 2004.....	67
Tabela 12- Taxa combinada de alfabetização para países de maior interesse para esse trabalho utilizando como base de análise o ano de 2004.....	71
Tabela 13- <i>Ranking</i> do IDH 2006 para países selecionados.....	74
Tabela 14- IDH comparado, relativo a diversas regiões do mundo no ano de 2006.....	76
Tabela 15 – O IDH 2007.....	77
Tabela 16 – Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no <i>ranking</i> do IDH nos anos de 2002 a 2006.....	88
Tabela 17- Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 1975 a 2005.....	90
Tabela 18-Análise do IDH do Brasil no período de 1975 a 2005.....	91
Tabela 19- <i>Ranking</i> IDH 2008.....	93

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Representação gráfica do índice de Gini..... 31

Gráfico 2 Representação gráfica e analítica dos indicadores do
IDH do Brasil, no período de 1995 a 2005..... 103

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 Coeficiente de Gini no Brasil.....	33
Mapa 2 Coeficiente de Gini no mundo.....	34
Mapa 3 IDH regional dos estados brasileiros.....	41
Mapa 4 Expectativa de vida.....	45
Mapa 5 PIB dos estados em milhões de reais.....	46
Mapa 6 PIB dos estados <i>per capita</i> em milhões de reais.....	48
Mapa 7 Participação do IDH em âmbito estadual no contexto interno	
Brasileiro.....	55
Mapa 8 O IDH ao redor do mundo.....	64

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Posições referentes ao IDH dos estados brasileiros no período de 2000-2005.....	49
Quadro 2. IDH Saúde dos estados brasileiros indicado pelo Índice de longevidade no período de 2000 a 2005.....	50
Quadro 3 IDH Educação dos estados brasileiros no período de 2000 a 2005.....	51
Quadro 4 IDH Renda <i>per capita</i> dos estados brasileiros no período entre os anos de 2000 a 2005.....	52

QUADRO DE SIGLAS

IDH – ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

OPEP - ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

IDH-S - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE

RVCC - PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO DE COMPETÊNCIA

PPC- PARIDADE DO PODER DE COMPRA

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PNB - PRODUTO NACIONAL BRUTO

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICAS

IPRS - ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

EV - EXPECTATIVA DE VIDA

MPG - ENSINO SECUNDÁRIO NO JAPÃO - CHÛGAKKÔ

IPG- ENSINO FUNDAMENTAL SHOUGAKKO

MPG - MEDIDA DE PARTICIPAÇÃO SEGUNDO O GÊNERO

RDH - RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

IPH - ÍNDICE DE POBREZA HUMANA

CIESTS - INSTITUTO DE ESTUDO DO TRABALHO E SOCIEDADE

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

BNDES – BANCO NACIONAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNICAMP – UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

UNCTAD-CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

PUC - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH E SUAS PARTICULARIDADES.....	18
2.1- Cálculo do IDH.....	24
2.2 – O índice de Gini.....	31
CAPÍTULO II.....	39
2. ANÁLISE COMPARATIVA DO IDH REGIONAL BRASILEIRO.....	39
2.1 O IDH dos Estados Brasileiros.....	39
2.2 O IDH das Cidades Brasileiras.....	54
2.3 – Metodologia do cálculo do IDH sob o parâmetro das Cidades.....	56
CAPÍTULO III.....	62
3. ANÁLISE DO IDH ENTRE PAÍSES NO ANO DE 2006.....	62
3.1 Países com Índice de Desenvolvimento Elevado.....	62
3.2 Explicação do IDH dos 63 países mais desenvolvidos para o ano de 2006.....	64
3.3 Classificação do IDH para Países Selecionados (2006).....	73
3.4 Comparação do IDH em Diversas Regiões Globais.....	75
CAPÍTULO IV.....	77
4. O IDH 2007 e um breve comentário do IDH 2008.....	78
4.1 - O IDH 2008.....	92
CAPÍTULO V.....	99
5. CRÍTICAS AO IDH.....	99
5.1 Os Indicadores de Desenvolvimento Humano IDH como Instrumento de Mensuração de Desigualdade Étnica no Brasil....	105
5.2 Novas Críticas ao IDH.....	107

CONCLUSÃO.....	110
ANEXOS.....	111
REFERÊNCIAS I	153
REFERÊNCIAS II.....	163

1. INTRODUÇÃO

"Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanas. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano."

(Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999.).

O objetivo desta dissertação é analisar e comparar as três variáveis que compõem o IDH, (renda *per capita*, saúde e educação). A renda *per capita* busca aferir a riqueza de uma região, dividida pelo total de habitantes da mesma. Já a saúde, apresenta como indicador a longevidade dos habitantes de uma dada população, enquanto, a educação subdivide-se em dois indicadores: a taxa bruta de matrícula e o nível de estudo da população, acima de 15 anos. Busca, também, apontar dados relativos aos indicadores, bem como sua evolução ao longo dos anos para que se possa compreender o estágio de desenvolvimento em que determinado país se insere no cenário global.

A construção do IDH de cada país, que reflete a posição em que este se encontra na atualidade, utiliza os dados disponíveis em cada nação e que podem diferir de uma para outra. Observando-se tais dados, que serão expostos no decorrer do trabalho, pode-se notar que a maioria dos países tem evoluído ao longo dos anos no índice, o que se pode considerar reflexo de uma melhora global.

Metodologicamente, utilizaremos uma abordagem comparativa, ao cotejarmos os dados entre diferentes países, em especial, a posição do Brasil em relação às demais nações latinas, a estrutura dos países que ocupam os primeiros lugares, bem como a dos últimos classificados, além de se analisar o IDH regional brasileiro, nos âmbitos estaduais e municipais.

Para atingir o objetivo deste trabalho, serão utilizados, como fonte principal:, dados do Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento, artigos fundamentados em análises socioeconômicas sobre o assunto em questão, entrevistas com especialistas, para

que se avalie até que ponto tal índice é aceitável, bem como a formulação de críticas de alguns especialistas, que relatam possibilidades de aprimoramento para esse índice.

Para isso, inicialmente será apresentada a definição do IDH, enquanto índice de desenvolvimento e crescimento. Em seguida, será analisado o IDH dos estados brasileiros em nível regional, estadual e municipal, pois se acredita que para entender a inserção do IDH brasileiro no contexto global, faz-se necessário entender sua desagregação em níveis regionais.

Posteriormente, será feita análise do IDH entre países, principal objetivo desse trabalho. No quarto capítulo, será exposto o IDH de 2007 entre países, e um comentário referente ao ano de 2008, que abarca os últimos dados até hoje disponíveis. No último capítulo, serão compiladas críticas de especialistas, que acreditam ser o IDH um índice com uma base “viesada” (tendenciosa), pois não retrata com clareza a real condição socioeconômica de uma região.

Justifica-se a relevância dessa dissertação pelo fato de que esse trabalho poderá contribuir para compreensão tanto de aspectos teóricos, quanto práticos do desenvolvimento nacional e regional. Outra contribuição, a ser considerada, será desagregar dados para que os agentes públicos e a sociedade em geral possam, com base em análises desse tipo, propor políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, além de corrigir distorções relativas ao índice tal qual atualmente proposto.

Por se tratar de um tema com poucas referências disponíveis, essa dissertação se vale de fontes baseadas, principalmente, em artigos publicados nos anais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Na busca por dissertações ou teses relativas ao assunto, não se obteve muito sucesso na literatura nacional. Portanto, trata-se de uma obra que busca refletir sobre um tema pouco analisado e, por esse motivo, foram encontradas diversas dificuldades metodológicas. Por outro lado, ressalta-se o lado positivo desta situação, já que outros pesquisadores da área do Desenvolvimento poderão utilizá-la como base de seus estudos, visando ao aprimoramento, bem como à adequação, no sentido de introduzir no meio acadêmico a idéia de se repensar e se aprimorar a busca de um entendimento mais qualificado e amplo do tema em questão.

Para enriquecer o conteúdo documental dessa dissertação, no final da mesma (em anexo) foram considerados comentários e opiniões de especialistas, fundamentalmente na área do Desenvolvimento Social e Econômico. As questões versaram sobre cada variável do IDH e assuntos correlacionados e, principalmente, buscou-se compreender o que os especialistas pensam do atual estágio de Desenvolvimento no Brasil.

A questão chave foi compreender a posição do Brasil no Relatório das Nações Unidas, no qual, pela primeira vez, o Brasil se insere no rol de países de alto índice de desenvolvimento humano.

De um ponto de vista teórico, o IDH traz reflexões sobre duas vertentes: de um lado, a análise econômica denota o crescimento da economia em termos do PIB e da renda em suas diversas esferas. De outro lado, observam-se os fatores sociais, aqueles não-mensuráveis por unidade monetária em dólar (US\$), são as variáveis que a sociedade observa na qualidade de vida do meio em que está inserida a educação e a saúde, a segurança, os meios de transportes, o acesso à informação por meio dos meios de comunicação, o emprego, entre outras.

Quando unidas, estas duas vertentes retratam o conceito de desenvolvimento em que uma região se encontra. O objetivo do desenvolvimento é alargar as possibilidades de escolha das pessoas, por meio de suas capacidades e do âmbito de suas atividades.

Logo, pode-se afirmar que o desenvolvimento não deve ser reduzido apenas ao crescimento econômico demonstrado pelos balanços financeiros expressos nas contas nacionais que são divulgadas periodicamente pelos órgãos competentes. O IDH pode ser considerado uma medida-resumo do desenvolvimento humano, sendo um único número com o mesmo nível de “simplicidade” do PIB *per capita*, mas menos “cego” menos “viesado” do que este às questões sociais, conforme cita o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade (IDH-S) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O IDH não deve ser visto tampouco como uma medida de “exaltação”, um indicador do “melhor lugar para se viver” ou uma medida compreensiva, que retrata todos os aspectos do desenvolvimento humano.

Como observado ao longo do trabalho, o conceito de desenvolvimento humano é maior, seus horizontes são amplos e sua mensuração não fica restrita ao índice em si, porém traz medidas-chave para o bem-estar da sociedade, que juntamente com o produto agregado tenta mostrar em que nível uma sociedade se encontra no estágio atual, sua evolução ou regressão, quando comparada com outras regiões.

O objetivo desse índice não deveria ser visto apenas como “um sobe e desce” dentro de uma tabela em que os países são classificados, mas deveria ser entendido pelos órgãos governamentais no sentido de utilizá-los para verificar em quais setores há defasagens, e quais requerem maior atenção para aumentar e proporcionar melhor qualidade de vida à população.

Não deveria ser visto, tampouco, como um “campeonato”, motivado por rivalidades regionais ou políticas, e sim associado ao fator objetivo pelo qual foi criado, o de tentar propiciar uma visão, se não completa, pelo menos efetiva e conceitual da inserção do país no cenário global.

Acredita-se que, no momento em que o país ou região observa os seus resultados, deve-se primeiramente tentar a busca de melhorias para a estruturação dessa sociedade e não se pensar apenas no *ranking* numérico ou na posição em que ela se encontra.

Procuramos discutir tais conceitos, suas variáveis, sua evolução ao longo dos anos, analisar de modo comparado países e regiões e comentar o IDH brasileiro, considerado de forma regional e global, no sentido de entender as dificuldades socioeconômicas e as necessidades de melhorias para atingirmos um nível de bem-estar social cada vez mais elevado.

Para realçar nosso trabalho, enviamos um questionário sobre questões pertinentes a respeito do tema proposto com a intenção de conhecer o que pensam os pesquisadores sobre o tema, enviamos cerca de 250 questionários para diversos professores e especialistas na área do desenvolvimento. Todavia obtivemos respostas de 16 pesquisadores.

2. DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH E SUAS PARTICULARIDADES

A questão central nesse capítulo será mostrar para o leitor o que é o IDH, desagregando cada uma das três variáveis, explicando qual o objetivo e os pesos que cada uma delas possui no cômputo geral do IDH. Será apresentado um exemplo simples e objetivo, para que se possam compreender as dimensões do IDH. Serão feitas inserções de nações, as quais constituirão o foco central do trabalho, que são: os países mais bem posicionados no ranking geral do IDH, os países latinos, os países de grande expressão territorial, populacional e bélica, também os últimos países no ranking entre países africanos e o Brasil. Para finalizar o capítulo, será focado o cálculo do Índice de Gini, extremamente útil para se entender o desenvolvimento já que o mesmo, apesar de possuir parâmetros distintos do IDH, pode ser comparado e confrontado, na medida em que o Índice de Gini mede as desigualdades sociais nos diversos países. No Índice de Gini, quanto mais próximo da unidade, mais desigual será a nação. Inversamente, quanto mais próximo da unidade estiver o país, mais desenvolvido será, no cálculo do IDH

Publicado pela primeira vez em 1990, o IDH revela aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, tanto nos países ricos quanto nos países pobres. Pode-se observar detalhadamente que a maioria dos países nórdicos, a Europa Ocidental e os países da América Anglo-Saxônica estão entre os primeiros no *ranking*, enquanto os, classificados na categoria inferior do IDH encontram-se na África Subsaariana.

Desenvolvimento é um conceito amplo, que leva em consideração a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros. Neste sentido, uma elevação do produto agregado do país pode não significar aumento da qualidade de vida da população. Em outras palavras, ainda que o crescimento econômico seja fundamental para o processo de desenvolvimento, o último não se reduz ao primeiro. Ao se considerar, tanto a distribuição da renda quanto os indicadores sociais como variáveis importantes está-se indo além do conceito de crescimento econômico.

Na verdade, está-se avaliando o desenvolvimento econômico, que mede não apenas o crescimento do produto *per capita*, mas também o perfil distributivo e os benefícios sociais trazidos por esse crescimento (COMIM, 2007/08)¹.

Desde 1990, todos os anos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem encomendado o Relatório do Desenvolvimento Humano elaborado por um grupo de trabalho constituído por especialistas independentes, com o objetivo de analisar questões fundamentais de interesse global. Em escala mundial toda uma rede consultiva de líderes no âmbito acadêmico, governamental e da sociedade civil

colabora fornecendo dados, idéias e sugestões quanto à melhor prática a se seguir, em apoio à análise e às propostas publicadas no Relatório.

O conceito de Desenvolvimento Humano não se limita a levar em consideração o rendimento *per capita*, mas também o desenvolvimento dos recursos humanos e as necessidades básicas como medidas de avaliação do processo humano, isto é, o papel das pessoas no desenvolvimento. O IDH de 2003 sustenta que o desenvolvimento, em última análise, é um processo de alargamento das opções das pessoas, não apenas uma questão de aumentar o rendimento nacional.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade, entre outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliar e medir o bem-estar de uma população, especialmente, o bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido, inicialmente, em 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do indiano Amartya Sen e é utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual.

Todo ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com estas medidas, e aqueles que obtêm uma classificação elevada, freqüentemente, divulgam a informação, a fim de atrair imigrantes qualificados ou desencorajar a imigração, revelam especialistas do PNUD².

O PNUD utiliza três variáveis básicas como critério de avaliação, renda *per capita*, saúde e educação. Na variável educação, o objetivo de PNUD é avaliar a dimensão da educação por meio de dois indicadores. O primeiro é a taxa de alfabetização, na qual se considera o percentual de pessoas acima de 15 anos de idade, este indicador tem peso dois (2). O Ministério da Educação do Brasil informa que, se a criança não se atrasar na escola, termina o principal ciclo de estudo (ensino fundamental) aos 14 anos de idade, por isso, a medição do índice de analfabetismo ocorre a partir dos 15 anos de idade.

O segundo indicador é a soma das pessoas que freqüentam qualquer nível de ensino, seja ele fundamental, médio, médio-técnico, profissionalizante ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 a 22 anos de idade da localidade, independentemente da idade em que a pessoa está cursando o referido curso, ou seja, não leva em conta os atrasos de nível escolar entre a idade da pessoa e a série e/ou curso em que ela está matriculada

¹<http://www.portaldovoluntario.org.br/site.php?ldconteudo=1339&entrevistasAnterioresPage=8>

²http://professorpericles.blogger.com.br/2008_03_01_archive.html – 27/05/2008

Logo, fazem parte desse segundo indicador os alunos matriculados em cursos supletivos, de classe de aceleração e de pós-graduação universitária. Nesta área, também se inclui o sistema de equivalências, Processo de Reconhecimento, Validação de Competência (RVCC).

O RVCC está atualmente integrado no âmbito do Programa de Novas Oportunidades realizado nos Centros de Novas Oportunidades. Esses centros, que anteriormente eram designados pelo VRCC, são entidades públicas e privadas que coordenam e programam o RVCC. Estas estruturas de ensino são utilizadas tanto para o Brasil, quanto para os demais países, que estão classificados do ranking de IDH. (CAVACO, 2007, p. 21-34)

Este sistema destina-se a adultos maiores de 18 anos, que não possuem o nível fundamental e médio de escolaridade, ou seja, é um processo que visa propiciar educação a jovens que ultrapassaram a idade máxima de conclusão de um ano letivo, com o objetivo de proporcionar educação a todos e diminuir a taxa de analfabetismo. No Brasil, corresponde à Educação para Jovens e Adultos (EJA), programa instituído pelo Ministério da Educação³.

A próxima variável é a saúde, que possui como indicador a longevidade, avaliada, considerando-se a expectativa de vida ao nascer, válida tanto para o IDH municipal quanto para análise do IDH entre países. Esta variável mostra o número de anos que uma pessoa nascida em uma localidade deve viver considerando-se um determinado ano de referência. Todavia, há uma relação da saúde com as condições de salubridade local, já que a expectativa de vida é diretamente proporcional e está implicitamente condicionada ao número de mortes precoces.

A terceira variável, a renda, é medida tomando-se como referência o PIB *per capita* do país. Como há diferenças entre custos de vida entre países, a renda implícita no IDH, é convertida em dólar, medida por meio da paridade do poder de compra (PPC), que elimina estas diferenças quanto à variabilidade das moedas locais frente às divergências das taxas de câmbio em níveis de inflação.

O sistema de contas nacionais e a conseqüente mensuração de agregados possibilitam uma avaliação quantitativa (ou seja, em termos de valor do produto) que uma economia foi capaz de gerar em determinado período.

Essas medidas são consideradas importantes variáveis de desempenho econômico, uma vez que apresentam a capacidade de geração de renda dessa economia e, com o auxílio de outras informações, podem apresentar, também, o nível de utilização de sua capacidade produtiva.

³ <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=9&p=23> - acessado em: 13/05/2008

Entretanto, se a preocupação é com a qualidade de vida da população, o produto agregado apresenta-se inadequado; apontam especialistas da ONU.

A magnitude do Produto Interno Bruto (PIB) ou do Produto Nacional Bruto (PNB)⁴ é uma importante medida do desempenho econômico de um país. (PNUD, 2008).

Contudo, para que esta variável funcione efetivamente como indicador do potencial de geração de renda e da produtividade, é preciso relativizá-la pelo tamanho da população do país. Assim, a mais importante variável de desempenho é o produto *per capita* e não o valor absoluto do produto agregado. No entanto, esses indicadores apresentam-se insuficientes para uma avaliação acerca da qualidade de vida. Primeiramente, porque o produto *per capita*, por ser uma média, nada nos diz acerca da distribuição de renda. E em segundo lugar, porque ele não capta as condições concretas de vida da população em termos, por exemplo, de longevidade, condições sanitárias, saúde e nível educacional. Mesmo que a intenção seja pura e simplesmente mensurar o desempenho, faz-se necessário confrontar o tamanho do produto com o tamanho da população, ou seja, a variável realmente importante não é o produto agregado, mas o produto *per capita*.

A China, por exemplo, possui um dos maiores PNB do mundo. No entanto, considerando-se o produto *per capita*, isto é, o produto total dividido pela população, seu desempenho cai; ou seja, boa parte da explicação para a geração na China de um PNB tão grande recai sobre o tamanho da população, que hoje é aproximadamente 1,3 bilhões de habitantes⁴.

Para analisar o crescimento e o desenvolvimento de um país, é necessário avaliar-se de que forma a renda gerada no país (ou pertencente ao país) é distribuída pela população, pois se a geração de renda for substancial, mas sua divisão for muito desigual, a qualidade de vida da população, não será boa; mostram os relatórios do PNUD.

Normalmente, por trás de distribuições muito desiguais de renda, encontram-se também distribuições muito desiguais de riqueza.

Contudo, se não há grande dificuldade em se mensurar a distribuição de renda e, portanto, avaliar o perfil distributivo do país, o mesmo não acontece com riqueza.

Na verdade, seria muito difícil estimar o valor do estoque de capital da economia para, posteriormente, investigar-se como ele se distribui. Problemas conceituais, metodológicos e operacionais praticamente inviabilizam tais estimativas.

Assim, quando se fala em questões distributivas, restringimo-nos à distribuição de renda, ainda que, rigorosamente, devêssemos nos referir também à distribuição de riqueza.

⁴http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3033&lay=pde

Esta questão é muito importante para se esclarecer, a questão de distribuição de renda, quando analisados países que são muito ricos, em razão, por exemplo, das amplas reservas de recursos minerais e energéticos como o petróleo e o ouro. Porém, apesar de esses países concentrarem inesgotáveis fontes de riqueza, a distribuição desta que iria dar condições de vida a sua população na verdade não ocorre; os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) são exemplos que ilustram bem esta questão. Nos países de origem árabe, como a Arábia Saudita e o Irã, a concentração de riqueza é elevada, ou seja, uma pequena elite detém a maior parte de riqueza do país. A Arábia Saudita, por exemplo, poderia ser considerado um país rico, já que é o país que mais produz petróleo, mas existem dificuldades de quantificar esta riqueza. Existem estudos de caráter aproximativos, que não retratam fielmente a realidade; contudo, apesar dessas dificuldades de quantificar a riqueza, sabe-se que ela está desigualmente distribuída (PAULANI, BRAGA, 2006).

Por fim, é necessário avaliar até que ponto a renda produzida pelo país reverte em benefícios da população sob forma, por exemplo, de melhores níveis de educação, saúde e saneamento.

Ou seja, na avaliação da qualidade de vida da população, é necessário considerar não apenas os aspectos estritamente econômicos (nível de renda, renda *per capita* e distribuição de renda), mas também aqueles ligados à oferta de bens públicos, como saúde e educação, que afetam diretamente o bem-estar. A preocupação com esse bem-estar da sociedade nos remete ao estudo de dois importantes conceitos: crescimento e desenvolvimento econômico.

As nações consideradas desenvolvidas apresentam bons índices sociais com taxas de analfabetismo e mortalidade infantil praticamente nulo e de saneamento básico e expectativa de vida positivamente favorável, além de forte crescimento econômico expresso por altos níveis de rendas agregadas e per capita. Além disso, nos países considerados desenvolvidos, a distribuição de renda é praticamente favorável. De fato, a questão de se saber o que deve e não deve fazer parte de uma avaliação do processo de desenvolvimento é bastante controversa.

Segundo COMIM, (2008), “é preciso definir o que são as “reais condições” de desenvolvimento. O IDH foi feito para refletir as condições básicas, nas áreas de conhecimento, saúde e condições de vida. Ele não foi feito para ser um índice completo. O problema reside, especificamente, no fato de ele não estar refletindo, talvez, bem essas dimensões” (ANEXO II p. 116).

O que o especialista afirma é que o IDH não foi elaborado para medir com minúcias e precisão absoluta as reais condições de desenvolvimento de uma nação, ele foi

feito apenas para refletir as três variáveis que o compõem, do que podemos inferir que o desenvolvimento vai muito além das variáveis que o IDH usa no seu cálculo.

Segundo PIRES, (2008), “estas três variáveis são muito restritas para medir o desenvolvimento de um país. Condições adequadas de acesso à alimentação, cultura, lazer etc. não são consideradas. A razão principal para isso, me parece, está ligada à disponibilidade desses dados para a maioria dos países, mas, de qualquer forma, isso torna o IDH muito deficiente”. (ANEXO V, p.122).

Segundo o autor acima, as três variáveis são de certa forma, deficientes para medir com clareza o que podemos chamar de país desenvolvido. A maior restrição para o especialista está no fato da restrição da disponibilidade de dados dos diversos órgãos. Por exemplo, é sabido que muitos países, especialmente, os da África, como também muitos da Ásia Ocidental, divulgam seus dados de forma esparsa através de órgãos ou instituições pouco confiáveis, além de apresentar dados de forma atrasada, ou seja, alguns índices são divulgados a cada 10 ou 20 anos e muitos nem são divulgados, fazendo com que o PNUD – ONU faça estimativas para obter a variável desejada.

Tome-se apenas a questão da renda *per capita*, um dos temas que mais denota atenção no IDH, já que, mesmo utilizando o critério da paridade do poder de compra (PPC) em dólares *per capita* pode não ser uma medida confiável para esta variável. Alguns especialistas possuem opiniões diversas a respeito do tema.

Para COMIM, (2008) “Essa crítica vale para todas as variáveis. No entanto, vale à pena mencionar que o trabalho que tem sido feito para a mensuração da renda, que começou de uma maneira sistemática com a criação das contas nacionais, com Richard Stone, em 1945, evoluiu muito nos dias de hoje.” (ANEXO II p. 116).

Conforme ALMEIDA FILHO, (2009) “Realmente é uma questão relevante a ser considerada, mas creio que o uso do critério do PPC minimiza esse viés, e de qualquer modo, não invalida os méritos do IDH” (ANEXO VII p. 127).

De acordo com FONSECA, (2009), “É pior do que isso. A renda per capita é como o próprio nome diz uma média. Ou seja, ela não capta as disparidades sociais decorrentes dos padrões desiguais de apropriação e de distribuição da renda. No Brasil, existem municípios com rendas per capita elevadas e padrões sociais de vida extremamente precários” (ANEXO XIII p. 141).

O que se depreende da opinião dos entrevistados é que a renda *per capita* é uma variável “frágil” na aferição do cálculo, principalmente na opinião de FONSECA (2009). De qualquer modo, para os propósitos do IDH, muitos especialistas concordam, que a renda per capita, se não constitui uma medida “perfeita,” traduz uma medida aceitável ou até mesmo adequada para seus objetivos.

De qualquer modo importa haver certo consenso quanto à importância de alguns indicadores econômicos e sociais, que auxiliam no diagnóstico acerca do estágio de desenvolvimento de um país. Dentre esses indicadores estão àqueles relativos à distribuição da renda e às condições da população no que diz respeito à educação e saúde.

2.1 – Cálculo do IDH

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, criado pelas Nações Unidas, tem como objetivo auxiliar a qualidade de vida nos países. O IDH considera em seu cálculo três variáveis: saúde, educação e renda *per capita*, como citado anteriormente.

A renda *per capita* bruta é um indicador, que ajuda a avaliar o grau de desenvolvimento de um país e consiste na divisão da renda nacional (Produto Nacional Bruto) menos os gastos com depreciação do capital e os impostos indiretos pela sua população.

Embora seja uma variável muito importante, por ser tratar de uma média, a mesma esconde várias disparidades na distribuição da renda, já que um país pode ter uma elevada renda *per capita*, porém com grande concentração de renda motivada por disparidades socioeconômicas. No caso do Brasil, essa concentração é discrepante, conforme apontam os dados do Banco Mundial referentes ao índice de Gini (PAULANI; BRAGA, 2006, cap.9)

Por outro lado, é possível que uma nação tenha alta renda *per capita*, porém com baixa concentração, como é o caso de Luxemburgo, o país que apresenta maior renda *per capita*, seguido pela Noruega e EUA, segundo dados da ONU relativos à Paridade do Poder de Compra (PPC).

É importante ressaltar ser impossível medir com precisão a variável renda *per capita* dadas as disparidades existentes entre os preços dos produtos dos diversos países, mesmo usando-se o critério do PPC. As medidas de renda *per capita* são utilizadas para se aproximar de uma estimativa das reais condições do nível de vida dos habitantes dos vários países e da produtividade industrial destes, que integra a medição do índice de renda e é basicamente definida como a relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Segundo especialistas do PNUD, a educação engloba ensinar e aprender, um fenômeno que acontece em qualquer sociedade, e é responsável por mantê-la e perpetuá-la.

Em relação ao Brasil, considerado uma das nações mais desiguais do planeta, onde as diferenças de qualidade de vida entre ricos e pobres são imensas. Contudo, dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) demonstram já algumas alterações. Por exemplo, entre 2001 e 2004, a renda dos 20% mais pobres cresceu aproximadamente 5% ao ano, enquanto a renda dos 20% mais ricos caiu 1%. Neste período houve declínio de 1% na renda *per capita* e o PIB não cresceu significativamente. (HOFFMANN, 2004, p. 81)

A explicação dos economistas brasileiros e também de técnicos do Banco Mundial para o declínio gradual das desigualdades está nos programas de distribuição de renda do governo Lula, como o Bolsa Família, porém, como mais de dois terços dos rendimentos das famílias brasileiras provêm do trabalho assalariado, faz-se necessário o crescimento da economia e do mercado de trabalho. (COMIM, 2006)⁵

Segundo economistas do Banco Mundial, no que tange ao declínio da economia brasileira em relação à estagnação do PIB, a causa é a alta taxa de juros que impede a proliferação de investimentos, que inibe o crescimento da renda e do consumo. A meta da política econômica brasileira, desde o início dos anos 1990, e especialmente no ano de 1994, quando foi efetivado o Plano Real, é o controle da inflação e, para obter êxito, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso elevou as taxas de juros com o objetivo de conter o consumo e diminuir a inflação.

Essa política predomina no Governo Lula, trazendo um *trade off* entre inflação e desemprego. Este é um tema bastante debatido atualmente, e órgãos de defesa do trabalho, como sindicatos, entre eles a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores, pedem a queda da taxa de juros para obter mais investimento, emprego, a renda, enfim, o crescimento do país, contrariando as percepções do Banco Central, que em 2007 aumentou gradativamente a taxa de juros, uma das mais altas do mundo.

As variáveis do IDH recebem valores entre zero e um, o que permite classificar os países em três grupos: os de baixo desenvolvimento (IDH menor que 0,5); os de médio desenvolvimento (IDH entre 0,500 e 0,800); e os de alto desenvolvimento (IDH maior que 0,800). O objetivo é mensurar o bem-estar das sociedades e a qualidade de vida das populações (MARQUES; NAKATANI, 2006).

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) vem divulgando, desde 1990, o IDH, que hoje é estimado para 174 países. As duas primeiras variáveis que compõem o IDH – saúde e educação – subdividem-se em outros indicadores, descritos a seguir:

1) A medição da variável relativa à saúde de um país é feita pela análise da variável longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer e funcionando como uma *Proxy* das condições de saúde de um país.

⁵ <http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=43954>

Em se tratando da variável de saúde, a longevidade é aceita como índice relativo, porém com algumas limitações.

Conforme PESSALI, (2009). “Além de ser uma estimativa com muitos problemas, a questão da esperança de vida ao nascer desconsidera vários fatores, como, por exemplo, as causas de morte. Exemplo: como afirmar que possuímos desenvolvimento humano ao saber que foi erradicada a paralisia infantil (que mataria 0,02% da população ou menos) e todos estes 0,02% mais uns 2% (100 vezes mais) morrem 15 anos depois – antes de começarem sua vida madura e produtiva, propriamente dita – no trânsito e nas guerras do tráfico?” (ANEXO XI p. 137).

De acordo com FONSECA, (2009). “De que vale uma nação, como os Estados Unidos, na qual a longevidade deve ser (não disponho dos dados) relativamente elevada, porém com uma população obesa e sofrendo de outros tipos de enfermidades endêmicas, resultantes de um estilo de vida pautado no consumismo desenfreado?” (ANEXO XIII p. 141).

Pode-se perceber, pela opinião dos especialistas acima citados, que a longevidade é importante. Como todas as outras variáveis, pode não retratar com clareza as condições de desenvolvimento de um país, porém é relevante, devido à dificuldade na obtenção de outros dados comparáveis em nível mundial.

2) O índice da variável educação é calculado por meio da combinação da taxa de alfabetização de adultos (15 anos ou mais tem peso de dois terços, juntamente com uma taxa combinada de matrícula nos três níveis do ensino, quais sejam: fundamental, médio e superior, relativamente à faixa etária de 7 a 22 anos, e que tem peso de um terço).

A questão da variável educação com os dois sub-índices que a compõem repercute de múltiplas formas. Alguns analistas crêem que a divisão de pesos não é adequada, outros discordam de forma a ponderar de maneira positiva a respeito dessa divisão.

Para COMIM, (2008). “Os pesos não deveriam ser fixos, esse é o ponto principal. A pré-fixação de pesos continua sendo uma grande limitação do IDH” (ANEXO II p. 116).

Já para COSTA, (2008). “A taxa de matrícula gera discrepâncias em países, onde o trabalho infantil e juvenil é significativo, como no Brasil. Por sua vez, a matrícula e a frequência em cursos universitários noturnos mostram um esforço gigante daqueles que estudam e trabalham no sentido de aperfeiçoar suas habilidades. Este esforço comportamental diferenciado não é ponderado positivamente, quando comparado com outros países. Os pesos deveriam medir não a entrada de estudantes (matrícula), mas a saída (finalização daquela etapa dos estudos)” (ANEXO III, p.118)

Conforme VEIGA. (2008). “Antes de atribuir pesos, é comum que os estatísticos façam inúmeros testes para verificar até que ponto seria aceitável. Imagino que tais testes tenham sido feitos antes do lançamento do IDH. E nunca tomei conhecimento de nenhuma evidência de que eles seriam despropositados. Claro, quando existem mais e melhores indicadores primários para essa dimensão, certamente é possível ir mais longe. Um ótimo exemplo está no O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IPRS), da Fundação Seade” (ANEXO VI p 124).

O que se pode comentar a respeito das opiniões dos entrevistados é que os pesos atribuídos, de certo modo retratam a realidade, porém poderiam ser otimizados, se houvesse novas formas de medir a educação, por exemplo, como cita COMIM, (2008), que se os pesos não fossem fixos, a variável poderia ser mais benéfica à composição do índice. Destaque interessante deu a pesquisadora COSTA (2008), quando afirma que seria mais ponderável, se a variável medisse a saída dos estudantes, constatando se os mesmos concluíram ou não o referido grau. Isto possui lógica, já que de nada adianta um estudante estar matriculado, se não frequenta, não estuda, não aprende e, na maioria das vezes, não conclui o curso em que está matriculado.

3) O índice do nível de renda, medido pelo PIB real *per capita*, e estimado em dólares relativo à paridade do poder de compra (PPC).

Esses indicadores, uma vez estimados, são variáveis que apresentam diferentes unidades de medidas: a primeira é medida em anos; a segunda já é uma variável composta de outros dois indicadores, ambos medidos em porcentagem, pois são taxas; e a terceira é medida em dólares PPC. Para que seja possível combiná-las, de modo a obter um único indicador, é preciso expressar todas elas na mesma medida. Para assim se proceder, utiliza-se a seguinte expressão: (MONTEIRO, 2007, p.31)

$$IDH = \frac{L + E + R}{3}$$

Em que:

L = Longevidade

E = Educação

R = Renda

$$L = \frac{EV - 25}{85}$$

Sendo EV = Expectativa de Vida, o número 25 e 85 são estados de referências utilizados pelo PNUD, e expressam respectivamente a idade em que o indivíduo torna-se adulto e, posteriormente, idoso.

$$E = \frac{2TA + TE}{3}$$

$$R = \frac{\log_{10} \text{ PIB PC} - 2}{2,60206}$$

Em que:

TA = Taxa de Alfabetização

TE = Taxa de Escolarização

Log = PIB= logaritmo decimal

Do PIB *per capita*

$$\frac{\text{Índice} = (V_{ij} - V_{\text{imin}})}{(V_{\text{imax}} - V_{\text{imin}})}$$

Em que:

V_{ij} = Valor do componente i no país j

V_{imin} = Valor mínimo do componente i entre os países

V_{imax} = Valor máximo do componente i entre os países

Os valores mínimos e máximos admitidos para cada uma das variáveis componentes dos índices são determinados previamente e têm caráter normativo. Por isso, nessa determinação, há também uma dimensão temporal, ou seja, trata-se, para cada variável, de valores observados e esperados em um período de tempo que engloba tanto os 30 anos anteriores quanto os 30 anos futuros, num total de 60 anos. Desde 1995, esses valores são definidos, da seguinte forma, para cada uma das variáveis:

- 1) 25 e 85 anos para a esperança de vida;
- 2) 0 e 100% para a taxa de alfabetização de adultos;
- 3) 0 e 100% para a taxa combinada de matrícula; e
- 4) 100 e 40.000 dólares PPC para o PIB *per capita*.

Um exemplo deve esclarecer melhor de que maneira a expressão anteriormente apresentada transforma todas as variáveis em escalas que variam de 0 a 1.

Supondo-se que, no ano de 2006, a esperança de vida do país X tenha sido estimada em 70 anos, sua taxa de alfabetização tenha sido estimada em 97%, e sua taxa combinada de matrícula tenha sido estimada em 90% qual será o valor dos indicadores de longevidade e educação nesse país, nesse ano? Utilizando-se a expressão de conversão e as informações sobre valores máximos e mínimos obtém-se:

$$\text{Índice de longevidade} = \frac{(70 \text{ anos} - 25 \text{ anos})}{(85 \text{ anos} - 25 \text{ anos})} = 0,75$$

$$\text{Taxa de alfabetização} = \frac{(97\% - 0\%)}{(100\% - 0\%)} = 0,97$$

$$\text{Taxa de escolarização} = \frac{(90\% - 0\%)}{(100\% - 0\%)} = 0,90\%$$

$$\text{Índice de educação} = \frac{[(0,97 \cdot 2) + (0,90 \cdot 1)]}{3} = 0,946$$

Transformados em números puros, os índices de longevidade e educação podem agora ser combinados em uma fórmula. Para calcular o IDH no país no ano de 2006, falta-nos apenas a conversão do produto *per capita* para que ele se transforme em um número puro e deixe de ser algo expresso em dólares PCC. Contudo, no que tange especificamente ao nível de renda, é preciso ter em mente que o produto real *per capita* deve sofrer algumas modificações, não entrando na forma da conversão imediatamente. Este número, que representa o nível de renda do país X, citado em nosso exemplo, após as alterações necessárias, poderá tornar-se um número maior ou menor do que realmente é e, posteriormente, por meio da fórmula de conversão é que o índice de renda somar-se-á aos outros dois para que seja computado o valor do IDH.

Assim, em países onde o nível de renda é baixo, a variável da renda *per capita* deverá sobrevalorizar-se em relação aos demais; em contrapartida, há países em que esta variável é expressiva. Nesses países desenvolvidos, a variável da renda *per capita* deverá sofrer um ajuste para menos, mas como e quanto esta variável poderá ser ajustada e que parâmetro indica se o produto é baixo ou alto? Um parâmetro que pode ser utilizado é o valor obtido pela média de todos os países (que, em 1996, por exemplo, foi estimada em 6.382 dólares). (CELOTTO, 2007)

Até muito recentemente, o ajuste no produto *per capita* era realizado, utilizando-se esse parâmetro por meio de uma fórmula conhecida como fórmula de *Atkinsons*. Este índice privilegiava as nações, cuja renda *per capita* possuía valores abaixo da média mundial, mantendo-a inalterada caso isso ocorresse, ou ajustando-o para menos se a média mundial fosse superior a determinado país. Assim, as discrepâncias no cômputo

geral do IDH decorrentes do produto *per capita* eram suavizadas, pois diminuía o peso desta variável aos países desenvolvidos, ou seja, quanto mais distante, para mais do nível médio, tanto maior o ajuste para menos; o oposto é verdadeiro.

Contudo, essa fórmula de ajuste foi modificada de modo a tornar as mudanças de situação menos abruptas, já que pela fórmula de *Atkinsons*, o índice de renda mantinha uma relação linear com o produto *per capita* do país, até que ele alcançasse a média mundial. A partir de então, estabeleceu-se uma relação crescente de taxas decrescentes do índice de renda com o produto *per capita*. Na nova metodologia não há mais o trecho da relação linear e o uso da fórmula logarítmica tornou as mudanças dos ajustes menos abruptas. Tal metodologia continua a ser utilizada, pelo fato de que, quanto menor a renda *per capita* de um país, maior será sua importância no cálculo do IDH, porém diminuirá sua intensidade à medida que este índice crescer em determinada economia.

Quando se aplicava a fórmula antiga de medição da renda, o Brasil era classificado como país de alto desenvolvimento humano, segundo dados do PNUD, atingindo o índice de 0,826. Porém, com a nova metodologia, ele é considerado um país de médio desenvolvimento humano com IDH abaixo de 0,8, até o ano de 2006, uma vez que, para a nova medição, utilizando-se a função logarítmica, o nível do produto importa menos do que para a medição de *Atkinsons*⁶

Assim, nota-se que esta nova fórmula retrata com maior clareza as reais condições socioeconômicas entre os países, especialmente naqueles em que há enormes discrepâncias de renda e níveis sociais, como a China (caso prevalecesse a antiga metodologia, ela estaria mais bem posicionada no *ranking*, conforme demonstram os relatórios do PNUD).

Focando o cômputo do cálculo do IDH para o país X, supondo-se que o nível de renda *per capita* para este país seja de 0,90; e feitas as alterações citadas anteriormente, o cálculo final é a média ponderada desses três índices:

$$\text{IDH para o país será: } \frac{0,75 + 0,90 + 0,946}{3} = 8,65$$

3

Ou seja, o país X está classificado como país de alto IDH.

⁶http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=fr&u=http://www.insee.fr/fr/insee_regions/Guyane/publi/AE65_art04.htm&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3Datkinsons%26IDH%26hl%3Dpt-BR%26lr%3Dlang_pt%26sa%3DX

2.2 – O Índice de Gini

Outra informação importante para entender a renda de um país é avaliar a distribuição desta variável em determinado país; para isso utiliza-se o índice de *Gini*. Esse índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, pior a distribuição de um país; quanto mais próximo de 0, melhor a distribuição.

O índice de Gini é um índice que se propõe medir a desigualdade existente entre os países. Desenvolvido pelo estatístico italiano Conrado Gini, em 1912, esse índice geralmente é utilizado para classificar os países em uma escala de 0 a 1, em que: 0 (zero) corresponde à completa igualdade de renda, ou seja, todos possuem a mesma renda e 1 (um) corresponde à total desigualdade, em que uma pessoa detém toda a renda e a(s) outra(s) não possuem renda alguma. É um índice expresso em grandeza percentual (igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Da mesma forma, o índice de Gini pode ser usado para se calcular as disparidades de renda, para se calcular a desigualdade de riqueza. O cálculo do coeficiente de Gini é calculado como razão das áreas do diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é A, e a área abaixo da curva é B, então o coeficiente é igual a $A/(A+B)$, expresso em porcentagem entre números de 0 a 1.

O índice de Gini pode ser calculado, também, com a forma de Brown:

$$K = n - 1$$

$$G = 1 - \sum_{K=1}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) \cdot (Y_{K+1} + Y_K)$$

$$K=1$$

Em que: G = coeficiente de Gini / X = proporção acumulada da variável população

Y = proporção acumulada da variável renda

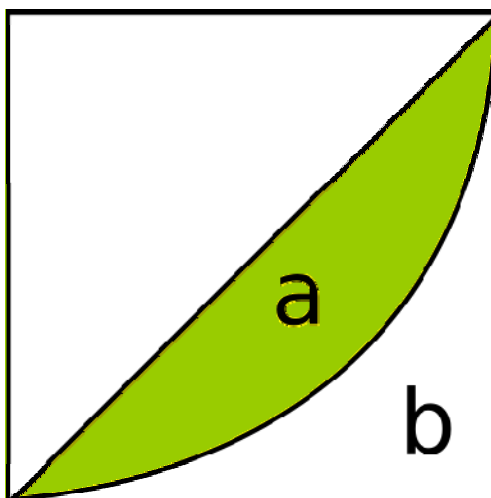


Gráfico 1 Representação gráfica do índice de Gini, tomando como base a expressão logarítmica e algébrica da curva de Lorenz. Disponível em: <http://estatisticax.blogspot.com/2007/11/curva-de-lorenz-e-coeficiente-de-gini.html>

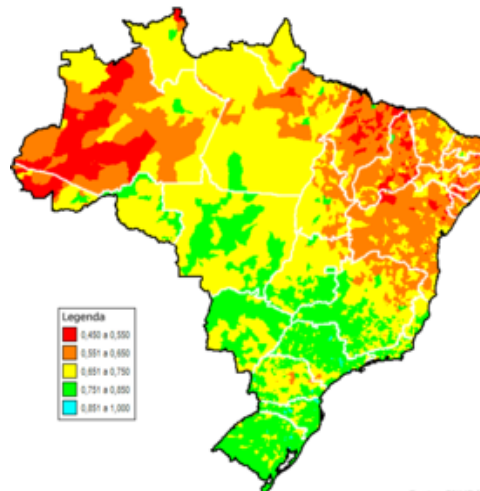
Tabela 1 - distribuição de renda em alguns países do mundo.**Tabela 1**- Distribuição de renda em países selecionados no período de 1993 a 2002.

PAÍSES	ÍNDICE DE GINI
Dinamarca	0,247 (1997)
Japão	0,249 (1993)
Suécia	0,250 (2000)
Bulgária	0,250 (1996)
República Tcheca	0,254 (1996)
Finlândia	0,269 (2000)
Etiópia	0,300 (1999)
Áustria	0,300 (1999)
Rússia	0,310 (2002)
França	0,327 (1995)
Suíça	0,331 (1992)
Canadá	0,331 (1998)
Burundi	0,333 (1998)
Austrália	0,352 (1994)
Reino Unido	0,360 ⁷
Itália	0,360 (2000)
Portugal	0,385 (1997)
Moçambique	0,396 (1996)
Turquia	0,400 ⁹
EUA	0,408 (2000)
Senegal	0,413 (2000)
China	,447 (2001)
Bolívia	0,447 (1999)
Venezuela	0,491 (1998)
Argentina	0,522 (2001)
Brasil	0,552 (2005)
Chile	0,571 (2000)
Paraguai	0,578 (2002)
Serra Leoa	0,629 (1989)
Namíbia	0,707 (1993)

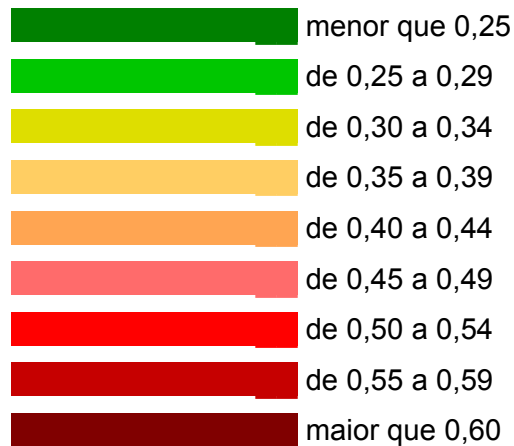
Fonte: Relatório de Desenvolvimento da ONU⁸ de 2005 (IBGE; PNAD, 2005).

Será feito um paralelo entre índice de *Gini* e o IDH, porque se nota que em países que possuem alto IDH⁸ o índice de *Gini* está mais próximo de zero; em contrapartida, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, como Brasil, Guatemala e Paraguai, este índice é alto. No Brasil, o índice de Gini foi de 0,601 em 1995, e em 2005 caiu para 0,552 sendo que os 20% mais ricos detêm 64,2% da riqueza do país, como apresenta a Tabela 1.

Por meio do mapa, a seguir, será demonstrada a dispersão do índice de concentração de renda no Brasil, apresentando as divergências existentes em todo território nacional. Assim, notam-se os vários “brasis” existentes no Brasil.



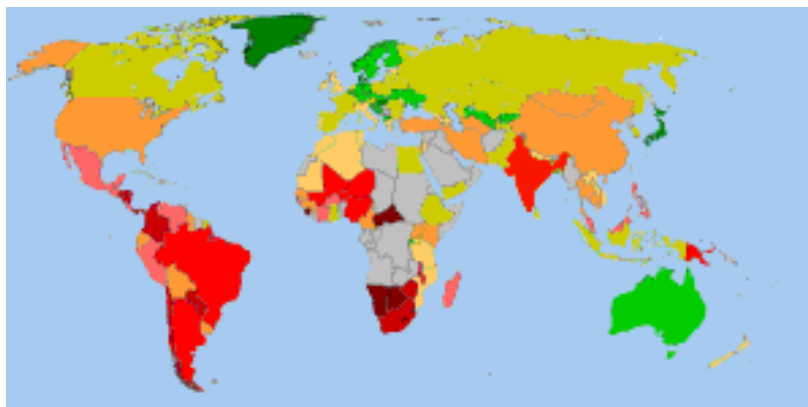
Coeficiente de Gini no Brasil



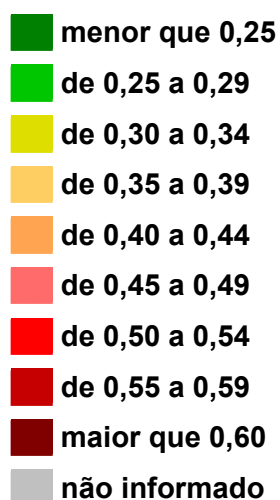
Mapa 1 Ilustração gráfica do coeficiente de Gini no âmbito global (PNUD, 2000, pesquisado na Wikipédia). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano#Situa.C3.A7.C3.A3o_do_Brasil Acessado em: 05/07/2007

Por meio da Tabela 1, nota-se a diferença entre o Brasil e outros países em termos de medição da desigualdade de renda. Enquanto os países nórdicos, ao lado do Japão e de alguns europeus como a Bélgica, República Tcheca e Áustria, apresentam os melhores indicadores, o Brasil aparece nas últimas posições, sendo considerado um país discrepante em termos de distribuição de renda, comparado a países como Paraguai, Bolívia, Venezuela e a países africanos, como Namíbia, Serra Leoa. Apesar de o Brasil ter uma das maiores economias do mundo, a estagnação do PIB nos últimos anos, demonstra ser um país com renda altamente concentrada. (PEREIRA, 2004)

A seguir, a ilustração gráfica do coeficiente de Gini ao redor do mundo e suas discrepâncias entre os países ricos e pobres.



Coeficiente de Gini no mundo



Mapa 2 Coeficiente de Gini ao redor do Mundo (PNUD, 2007, pesquisado na Wikipédia).

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano#Situa.C3.A7.C3.A3o_do_Brasil Acessado em: 05/07/2007.

Na seqüência, a lista de países selecionados, por grau de desigualdade segundo o Coeficiente de Gini, com objetivo de demonstrar e analisar a participação de determinados países no contexto global.

Tabela 2 Índice de Gini para países selecionados, conforme dados do Banco Mundial (2000).

País	Ano	Índice de Gini	20% mais pobres	20% mais ricos
EUA	1994	0,401	4,8	45,7
França	1989	0,327	7,2	40,1
Suíça	1982	0,361	17,6	43,5
Canadá	1994	0,315	7,5	39,3
Chile	1994	0,565	3,5	61,0
Índia	1994	0,297	9,2	39,3
Brasil	1995	0,601	2,5	64,2
Guatemala	1989	0,596	2,1	63,0
Serra Leoa	1989	0,629	2,0	63,4
Paraguai	1995	0,591	2,3	62,3

Fonte: Banco Mundial, 2000. (idem ibid, 2006)

Como mencionado anteriormente sobre o debate entre crescimento e desenvolvimento, o índice de Gini revela que um país pode apresentar forte crescimento econômico, mas não será considerado desenvolvido, mostrando que a grande concentração de renda em alguns países traz reflexos negativos na qualidade socioeconômica de seus membros à medida que exclui grande contingente populacional, que vive na miséria, reproduzindo padrões de desigualdades, com uma população desprovida de condições mínimas de subsistência.

Para se observar de forma mais detalhada o real nível de pobreza de uma nação, utiliza-se o conceito da linha de pobreza, que indica o mínimo de renda em termos de valor que cada habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas. Porém não existe uma resposta concreta de qual seria o mínimo de renda que um cidadão necessita para viver em um padrão aceitável, já que depende dos elementos incluídos nesta “cesta básica da sobrevivência”. Os valores usualmente empregados como referência para estabelecer a linha de pobreza é a US\$1 a US\$ 2 por dia por pessoa. A Tabela 3, a seguir, apresenta dados sobre contingentes populacionais vivendo abaixo desta linha de pobreza em países selecionados.

A seguir, a lista para países selecionados e considerados emergentes, tendo-se como base o grau de pobreza e desigualdade em que vivem.

Tabela 3 Linha de pobreza em países selecionados de 1992 a 1995.

País	Ano	% População abaixo da linha de pobreza de US\$ 1, relativamente à população absoluta de cada país.	% População abaixo da linha de pobreza de US\$ 2, relativamente à população absoluta de cada país.
Índia	1992	52,5 (496milhões)	88,8 (839milhões)
Indonésia	1995	11,8 (23 milhões)	58,7 (116milhões)
Brasil	1995	23,6 (38 milhões)	43,5 (70milhões)
México	1992	14,9 (14 milhões)	40,0 (37milhões)
Chile	1992	15,0 (2 milhões)	33,5 (5milhões)
Venezuela	1991	11,8 (3milhões)	32,2 (milhões)
Guatemala	1989	53,3 (6milhões)	76,8 (8milhões)
Polônia	1993	6,8 (3 milhões)	15,1(6milhões)
Rússia	1993	Menos de 2,0 (menos de 3 milhões)	10,9 (16milhões)
Hungria	1993	Menos de 2,0 (menos de 200mil)	10,7(milhões)
Quênia	1992	50,2 (14milhões)	78,1(21milhões)
Nigéria	1993	31,1 (36milhões)	59,9 (69milhões)
Ruanda	1988	45,7 (3 milhões)	88,7(6milhões)

Fonte: Banco Mundial, 1999. (idem ibid,2006)

Observando os dados na Tabela 2, nota-se que muitos dos países que figuram na Tabela 3 apresentam grande parcela da população vivendo abaixo da linha de pobreza, respectivamente com menos de US\$1 e US\$2, especialmente os países da África, Índia e Indonésia, onde fica evidente que, decorrente da enorme concentração da renda de tais países, a maioria da população não consegue meios que lhes garantam desejáveis condições de sobrevivência. Este último termo é mais realista, pois a população destes países tenta sobreviver a cada dia.

Nos países listados, o índice relativo à longevidade é reduzido. Em alguns países africanos a média de vida é inferior a 50 anos, como na Etiópia, onde a expectativa de vida foi de 42,4 anos entre homens e mulheres no ano de 1999, caindo para 42,1 anos em 2002. Na África do Sul, a expectativa foi de 48,5 e 46,5 anos entre homens e mulheres nas décadas de 1980 e 1990, em razão das epidemias, doenças contagiosas e fatais como a AIDS. Em Serra Leoa, um dos países mais pobres do globo, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), a esperança de vida ao nascer é de 37,5 anos e a taxa de mortalidade infantil por 1000 nascidos vivos é de 165 para o período entre 1995 e 2001; apenas 11% da população deste país possuem acesso a tratamento sanitário e só 34,5% usufruem de água potável; são fatores que decorrem da pobreza insustentável em que grande parte da população vive, colocando o país em último lugar no *ranking* do IDH.

Na Tabela 2, observa-se que países como a França, Suíça e Canadá possuem menor concentração de renda e o índice de Gini é mais favorável que nos EUA; diferentemente de países africanos como Serra Leoa, que está no último lugar no *ranking* do índice de Gini em termos distributivos.

A última publicação do *ranking*, segundo o Banco Mundial, retratou que o mundo está se defrontando com uma grande crise de desenvolvimento, caracterizada por recuos socioeconômicos. No ano de 2003, o IDH mostra que 21 países revelaram um recuo nos anos noventa. Na década de 1980, só um quarto dos países avaliados por este indicador havia experimentado tal declínio. O fato de 21 países terem apresentado um recuo na década de 1990, em alguns casos uma queda drástica, mostra até que ponto é urgente agir para ajudar esses países a aumentar os níveis de saúde e instrução, bem como o rendimento.

O Índice de Desenvolvimento de 2003 classificou 174 países, levando em consideração dados de 2001, o ano mais recente relativamente em que foi possível obter os dados. Como será detalhado no próximo capítulo, a Noruega foi considerado o primeiro país do ranking, e Serra Leoa o último.

O Indicador de Desenvolvimento Humano de 2003 registrou casos generalizados na Europa do Leste e na Ásia Central, resultantes de uma diminuição do

rendimento *per capita*. Este declínio é particularmente acentuado na Moldávia, no Tajiquistão, na Ucrânia e na Rússia.

Na África Subsaariana, a devastação provocada pela epidemia de Aids é um dos responsáveis pelo declínio registrado no IDH de 2003. A expectativa de vida diminuiu com as elevadas taxas de incidência do HIV em alguns dos países desta zona. A África do Sul, por exemplo, decaíram 28 lugares desde 1990, principalmente em razão do aumento da mortalidade de jovens por causa de doenças ligadas à AIDS.

Este quadro é igual em Botswana, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Países como Benim, Gana, Ilhas Maurício, Ruanda, Senegal e Uganda regrediram significativamente desde 1990. Contudo, o IDH de 2003 revela dados positivos sobre alguns países em desenvolvimento, como Bangladesh, China, Laos, Malásia, Nepal e Tailândia, que melhoraram seu nível de desenvolvimento humano.⁹

O Brasil registrou um enorme salto no IDH, particularmente em razão dos esforços registrados na área de educação. Bolívia e Peru também melhoraram suas posições em razão das reformas políticas introduzidas.¹⁰

No relatório de desenvolvimento humano de 2003, há dois outros indicadores que dão realce a dois aspectos importantes do desenvolvimento:

O primeiro é o indicador de pobreza humana (IPH) para os países ricos, classificando-os de acordo com os níveis nacionais de pobreza, analfabetismo, desemprego e expectativa de vida. A Suécia aparece no início da lista, enquanto os EUA situam-se no fim. Esta classificação significa que a Suécia, apesar de ter rendimento inferior aos EUA, tem, em média, mais adultos alfabetizados e menos pessoas vivendo na pobreza. Este índice revela que, mesmo em países de rendimento médio e elevado, as desigualdades existem.

A Medida de Participação Segundo o Gênero (MPG – que mede a participação da mulher na cena política e econômica) é o segundo indicador. Os dados de 2003 mostram que a discriminação em relação à mulher persiste mesmo em casos em que o IDH é elevado ainda que muitos países pobres tenham melhor desempenho, em comparação com os países ricos. Em Botswana, Costa Rica e Namíbia, por exemplo, as mulheres têm mais acesso à política e à economia do que na Grécia, Itália ou Japão.

Para os países muito desenvolvidos, “o MPG e o IPG¹¹” são indicadores de extrema importância para avaliar o desenvolvimento humano, mais significativos do que o

⁹http://hdr.undp.org/en/media/hdr_2003_presskit_pt.pdf

¹⁰ -<http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/dh/BrasilEvolucao.pdf>

¹¹ - <http://www.yorku.ca/ishd/capIII.pdf>

próprio índice de desenvolvimento humano” (SAKIKO FUKUDA-PARR, 2003).¹² Estes índices mostram que os dois podem ter uma classificação semelhante de desenvolvimento humano, mas serem completamente divergentes quando se avalia a porcentagem de cidadãos que se mantêm excluídos ou aos quais não é dada a oportunidade de participação.

Neste capítulo, foi enfocada a definição do IDH, como este é medido e que fontes são utilizadas para isso. No próximo capítulo, analisar-se-á o IDH brasileiros e seus componentes.

CAPÍTULO II

2. ANÁLISE COMPARATIVA DO IDH REGIONAL BRASILEIRO

No presente capítulo será abordado o IDH dos estados e cidades brasileiras, pois, é de fundamental importância conhecerem-se as variáveis do país. Será visto, detalhadamente, que o Brasil possui um amálgama de contrastes regionais, apresentando estados e cidades com índices acima de 0,800 e, em contrapartida, estados e cidades com índices precários. Com isso, pode-se traçar um paralelo entre os estados e/ou cidades brasileiras e diversos países em desenvolvimento.

Nota-se que alguns estados possuem indicadores semelhantes a países de alto IDH, em contrapartida, outros possuem IDH parecidos como de países africanos. Assim, pode-se afirmar que no Brasil há vários “brasis”, alguns privilegiados e outros atrasados. Através da desagregação das três variáveis, serão comparados os indicadores dos estados e cidades e suas respectivas posições no ranking.

No final do capítulo, será mostrada uma tabela do ranking das cidades brasileiras, na qual fica explícito que as primeiras do ranking são predominantemente cidades das regiões sul e sudeste. Também é indicada a metodologia usada no cálculo do IDH das cidades.

2.1 O IDH dos estados brasileiros

O IDH brasileiro, desde 1990, subiu 14 posições entre 177 países avaliados; em 2005, esteve na 65ª colocação (índice = 0,792), considerado como médio desenvolvimento humano. Em 2006, quando houve sua divulgação, em novembro, obteve a 69ª colocação, com índice = 0,792; em 2007 havia perspectiva da provável chegada ao grupo de países com alto desenvolvimento, por meio de estimativas feitas pelo PNUD, que havia divulgado uma lista com o provável IDH até o ano de 2014.

No relatório divulgado pelo Banco Mundial, em novembro de 2006, o Brasil esteve em 69º no *ranking*, com índice de 0,792 (médio desenvolvimento humano), melhorando sua posição nos critérios de educação e longevidade. Quanto à educação, o Brasil tem uma taxa de 2,6% de analfabetismo, o que o coloca em 45º no *ranking*, representado pelo aumento na taxa bruta de matrículas, um dos maiores avanços, colocando o país na

26ª posição no *ranking* dessa área, na qual o país tem desempenho melhor que a média mundial e regional.¹²

Em longevidade, a esperança de vida ao nascer no Brasil está em 0,767 em termos percentuais, o que lhe assegura a 48ª posição mundial; a esperança de vida supera a média global. No item renda *per capita*, o país ocupa a 64ª posição no *ranking*, sendo que de 2002 para 2003, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2005, a renda brasileira caiu 1,6%, passando de US\$12.918 para US\$12.790. Seis países da América Latina e do Caribe têm desempenho superior ao brasileiro, são eles: México (53º no *ranking*, IDH de 0,816), Cuba (52º no *ranking*, IDH de 0,817), Costa Rica (48º no *ranking*, IDH de 0,841), Uruguai (43º no *ranking* e IDH de 0,851) Chile (38º no *ranking* e IDG de 0,859) e Argentina (36º no *ranking*, IDH de 0,863) e Barbados (31º no *ranking*, IDH de 0,879).

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) destaca os países mais bem classificados no *ranking*, porém pondera os problemas verificados principalmente em relação à renda *per capita* em que 46,9% da renda estão nas mãos dos 10% mais ricos (apenas sete países estão atrás do Brasil neste quesito) e somente 0,7% da renda estão nas mãos dos 10% mais pobres (apenas cinco países estão atrás do Brasil neste quesito).

Como comentado anteriormente, o índice de Gini brasileiro é um dos mais desiguais, sendo o 8º pior colocado na esfera global, com 0,593 p.p. (ponto percentual).

Para os analistas do RDH, a concentração de renda irá se equilibrar quando houver o desenvolvimento e a absorção da mão-de-obra estritamente excedente, sendo necessário que o Brasil supere a oferta de mão-de-obra ilimitada e não qualificada. Os salários tenderão a crescer com o aumento de produtividade e a concentração diminuirá.

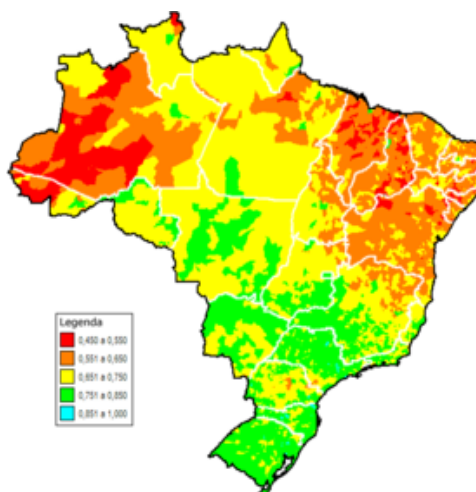
É necessário retomar o desenvolvimento e, então, a oferta ilimitada de mão-de-obra voltará a ser reduzida, já que a tese desses analistas é que, a imigração para os países ricos e a tecnologia poupadora de mão-de-obra não impedem que o crescimento crie empregos. (BRESSER PEREIRA, 2005)

Analisando-se o IDH brasileiro e suas variáveis, verifica-se que existe um amálgama entre as regiões e sub-regiões mostrando que existem “vários brasis” no mesmo espaço geográfico. (PASSARINHO, 1999)

A seguir, uma cartografia referente ao IDH interno brasileiro no período considerado.

¹² -<http://ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=noticia&IDnoticia=90453&IDidioma=1>-

¹² <http://www.yorku.ca/ishd/capIII.pdf>



Mapa 3 IDH regional dos estados brasileiros (PNUD, 2000).¹³

Observando o mapa referente aos estados brasileiros, verifica-se que nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília (DF) o IDH é superior a 0,801, enquanto nos estados do Centro-Oeste, Paraná, Espírito Santo e Amapá o IDH encontra-se na escala entre 0,751 e 0,800. Já em quase toda a região norte e quase todo Rio Grande do Norte, o índice se mantém entre 0,701 e 0,750, em quase todo Nordeste e Acre, o índice ficou entre 0,651 e 0,700, e, por fim, Maranhão e Alagoas são os estados com menor índice de IDH, inferior a 0,650.

Para se ter indicadores mais precisos quanto à realidade brasileira pode-se analisar o IDH dos municípios, onde se nota discrepâncias acentuadas em estados específicos. Um exemplo dessa situação é o estado de Minas Gerais, que está no conceito de médio desenvolvimento humano, porém se analisado o norte de Minas Gerais, especialmente a região do Vale do Jequitinhonha, verifica-se que nesses municípios a carência de condições adequadas de sobrevivência, assistência social e bem-estar situa esses municípios em índice parecido ao dos estados do Maranhão e de Alagoas. Inclusive observam-se discrepâncias nos estados mais ricos do país, como São Paulo e Santa Catarina, que quando analisados sob a esfera regional ou municipal apresentam focos de desigualdades, especialmente nos aspectos ligados ao saneamento básico e à água potável, com carência de fontes alternativas deste indicador precário. (CARMO; HOGAN; 1995)

¹³<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH->

M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20(pelos%20dados%20de%202000).htm

Pode-se justificar este conceito por meio de análise do indicador de longevidade que agrega também as condições de saneamento básico conforme será visto a seguir.

Em notícia publicada na Agência do Estado no portal UOL, acessado no dia 23/9/2007, analistas da Fundação Getúlio Vargas apontam que metade do Brasil não tem serviço de esgoto, ou seja, 51,5% não dispõem de rede de coleta e tratamento de esgoto, e o acesso a esse serviço avançou de forma mínima nos últimos 14 anos, ao ritmo de 1,59% ao ano. Segundo estes pesquisadores, mantendo esse ritmo para reduzir a metade do *déficit* de saneamento básico seriam necessários, conforme os cálculos da FGV, 56 anos e meio.

Buscou-se, através de entrevistas elaboradas, compreender o que os especialistas da área do desenvolvimento pensam em relação à notícia publicada acima. Deu-se destaque a esta questão já que um país em desenvolvimento como o Brasil, pode possuir dados dessa natureza. A intenção foi saber se é “normal”, o Brasil estar inserido nesta situação.

Segundo VEIGA (2008). “Contradições desse tipo são inúmeras”. Mas, se alguém examinar as condições de saneamento dos países que têm IDH inferior ao do Brasil facilmente encontrará muitos países em que a situação é ainda mais escabrosa. Por isso, o erro consiste em se afirmar que um país deve ser classificado “de alto desenvolvimento humano” só porque consegue a média aritmética 0,800. No mínimo, tal classificação deveria exigir que um país obtivesse 0,800 em cada uma das três dimensões para que fosse considerado entre os “de alto desenvolvimento” (ANEXO VI. P. 124).

Já para outro entrevistado, VIEIRA, (2009): “Para você ver que não é preciso muita coisa para ser desenvolvido. E se você observar a realidade das grandes cidades, constatará que, mesmo nos centros urbanos, a política de saneamento é uma catástrofe. Mas é a política habitacional como um todo, que é problemática (o saneamento é parte dela)” (ANEXO XV p.146).

Conforme NUNES, (2009), “O Brasil possui muitos “brasis” Uma leitura desse tipo só se explica, quando se utiliza um índice sintético para simular que está se medindo um valor multidimensional, como o desenvolvimento humano. Ainda mais, se for acrescentar a perspectiva sócio-ambiental ou da eco-sócioeconomia. Com a devida ressalva, seria até mais válido comparar esses países com os estados que integram o Brasil” (ANEXO, VIII, p. 127).

O que se nota nas respostas dos pesquisados é que este é um tema que precisa ser tratado através de políticas públicas voltadas para minimizar as desigualdades sócio-regionais, que na verdade representam um entrave para o alcance do desenvolvimento.

Assim, o Brasil chegaria ao ano de 2063 ainda com 25% dos lares sem coleta e tratamento de esgoto. “Esse é um problema sistêmico, de política pública. Enquanto o país avança no combate à pobreza a uma velocidade quatro vezes maior do que a determinada pelas Metas do Milênio, não chega à metade do que deveria na questão do saneamento”, diz o economista Marcelo Néri, da FGV, que utilizou micro-dados do PNAD e do IBGE para fazer a projeção.

Todavia, segundo dados referentes ao ano de 2007, pela primeira vez, o Brasil passou a ter mais da metade dos domicílios com acesso a tratamento de esgoto, segundo a PNAD, do IBGE. Em 2007, 51,3% das habitações estavam ligadas à rede coletora, totalizando 28,9 milhões de residências.¹⁴

Estes dados analisados, em um contexto geral, prejudicam o desenvolvimento integral do país, na medida em que existem regiões discrepantes dentro do mesmo espaço, é o que apontam os analistas do Banco Mundial. Somente com políticas públicas igualitárias e que visem à harmonização do desenvolvimento socioeconômico brasileiro como um todo é que o país poderá aumentar seu índice com estruturas sólidas e desenvolvimentistas.

A seguir, dados referentes às questões sociais internas brasileiras no período considerado, observando-se dados mais recentes¹⁵.

Estas citações feitas anteriormente corroboradas pelos baixos indicadores sociais como a alta taxa de analfabetismo, como se verá a seguir, fazem do Brasil um país que necessita de melhorias no aspecto social, ainda que estas venham sendo implementadas ao longo dos anos.

¹⁴ Néri, Marcelo. *Terra magazine*, 8 dez. 2007.

¹⁵ Quando a porcentagem do índice de analfabetismo foi analisada, ocorreu empate percentual em alguns estados. Utilizou-se o percentual relativo como critério de desempate, porém na tabela consta os pontos percentuais absolutos.

Tabela 4 Taxa de analfabetismo e de mortalidade infantil no contexto regional brasileiro no período considerado 2002 e 2003.

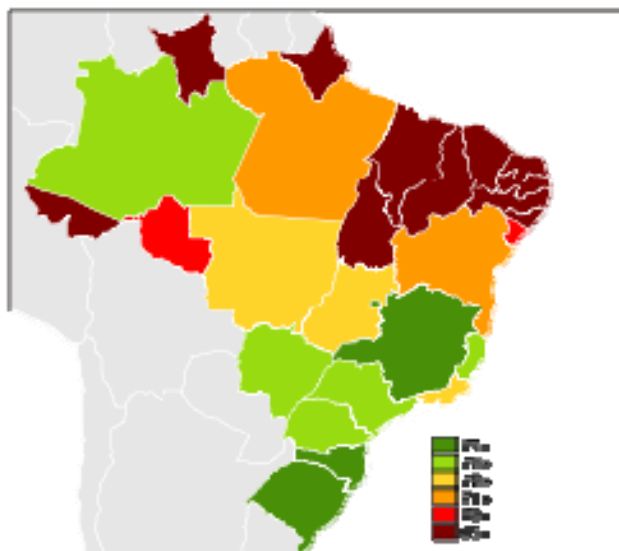
Analfabetismo (2003)		Mortalidade infantil – (2002) por 1000		
1 ^o	Distrito Federal	4%	Rio Grande do Sul	15,4
2 ^o	Rio de Janeiro	4%	São Paulo	17,4
3 ^o	Santa Catarina	5%	Distrito Federal	17,5
4 ^o	São Paulo	5%	Rondônia	17,8
5 ^o	Rio Grande do Sul	5%	Santa Catarina	18,2
6 ^o	* Amazonas	6%	Mato Grosso do Sul	19,2
7 ^o	Paraná	7%	Rio de Janeiro	19,5
8 ^o	Rondônia	8%	Paraná	20,7
9 ^o	* Amapá	9%	Goiás	20,7
10 ^o	Mato Grosso Sul	9%	Amazonas	20,8
11 ^o	* Roraima	9%	Minas Gerais	20,8
12 ^o	Sergipe	10%	Espírito Santo	20,9
13 ^o	Goiás	10%	Mato Grosso	21,5
14 ^o	Espírito Santo	10%	Roraima	24,6
15 ^o	* Pará	10%	Amapá	24,9
16 ^o	Mato Grosso	10%	Pará	27,3
17 ^o	* Acre	10%	Tocantins	28,4
18 ^o	Minas Gerais	11%	Piauí	33,1
19 ^o	* Tocantins	17%	Acre	33,2
20 ^o	Bahia	21%	Ceará	35,1
21 ^o	Pernambuco	21%	Bahia	38,7
22 ^o	Ceará	22%	Sergipe	40,6
23 ^o	Rio Grande do Norte	23%	Rio Grande do Norte	41,9
24 ^o	Maranhão	23%	Pernambuco	44,8
25 ^o	Paraíba	25%	Paraíba	45,5
26 ^o	Piauí	28%	Maranhão	46,3
27 ^o	Alagoas	30%	Alagoas	57,7

Obs. * Exclui a população rural.

Fonte: Wikipédia (2007)¹⁶

Observe a expectativa de vida brasileira por meio do mapa ilustrativo.

¹⁶ Dados referentes às taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil dos estados brasileiros



Mapa 4 Expectativa de vida (PNAD, 2005).

Como foi comentado anteriormente, observa-se que os estados que apresentam melhores índices são os mesmos que apresentam a maior estrutura socioeconômica, principalmente os estados da região sul, além de quase a totalidade da região sudeste, com exceção do norte de Minas, que possui discrepância em relação às outras regiões.

A seguir, observa-se a expectativa de vida entre homens e mulheres em 2007.

Tabela 5 Expectativa de vida (2007).¹⁷

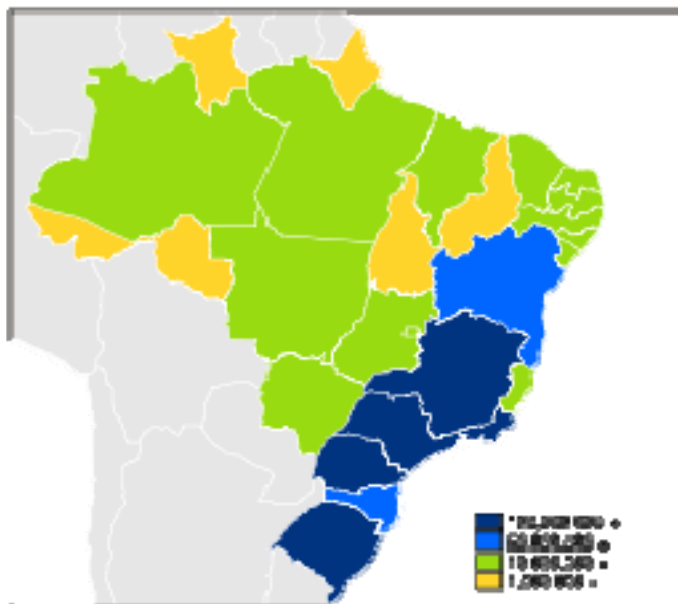
Estado	Ambos os sexos	Pos.	Homens	Pos.	Mulheres	Pos.
Distrito Federal	75,3 anos	1	71,7 anos	2	79,2 anos	1
Santa Catarina	75,3 anos	2	72,1 anos	1	78,6 anos	3
Rio Grande do Sul	75,0 anos	3	71,4 anos	3	78,8 anos	2
Minas Gerais	74,6 anos	4	70,3 anos	4	78,2 anos	5
São Paulo	74,2 anos	5	70,1 anos	9	78,6 anos	4
Paraná	74,1 anos	6	71,0 anos	5	77,4 anos	8
Mato Grosso do Sul	73,8 anos	7	70,5 anos	6	77,2 anos	9
Espírito Santo	73,7 anos	8	70,2 anos	8	77,5 anos	7
Goiás	73,4 anos	9	70,2 anos	7	76,8 anos	11
Mato Grosso	73,1 anos	10	69,6 anos	10	76,9 anos	10

Continuação Tabela 5

Estado	Ambos os sexos	Pos.	Homens	Pos.	Mulheres	Pos.
Rio de Janeiro	73,1 anos	11	68,8 anos	15	77,6 anos	6
Bahia	72,0 anos	12	68,8 anos	14	75,4 anos	12
Pará	72,0 anos	13	69,1 anos	11	75,0 anos	13
Amazonas	71,6 anos	14	68,6 anos	15	74,7 anos	14
Acre	71,4 anos	15	68,8 anos	13	74,1 anos	19
Tocantins	71,3 anos	16	69,1 anos	11	73,6 anos	21
Rondônia	71,2 anos	17	68,5 anos	17	74,1 anos	20
Sergipe	70,9 anos	18	67,6 anos	18	74,4 anos	17
Amapá	70,4 anos	19	66,6 anos	21	74,4 anos	16
Rio Grande do Norte	70,4 anos	19	66,7 anos	20	74,4 anos	17
Ceará	70,3 anos	21	66,0 anos	22	74,7 anos	15
Roraima	69,9 anos	22	67,5 anos	19	75,5 anos	23
Paraíba	69,0 anos	23	65,6 anos	24	72,6 anos	22
Piauí	68,9 anos	24	66,00 anos	23	72,1 anos	24
Pernambuco	68,3 anos	25	64,9 anos	25	71,9 anos	25
Maranhão	67,6 anos	26	63,8 anos	26	71,7 anos	26
Alagoas	66,8 anos	27	62,9 anos	27	70,9 anos	27

Fonte: IBGE, (2007)

A seguir, observa-se cartografia, ilustrando o PIB dos estados brasileiros no período considerado.



Mapa 5 PIB dos estados em milhões de reais (PNAD, 2004).

¹⁷ – Dados coletados no seguinte endereço eletrônico de acordo com a divulgação do IBGE http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_expectativa_de_vida

Na seqüência, a tabela do PIB para que se entendam os indicadores existentes no contexto regional brasileiro.

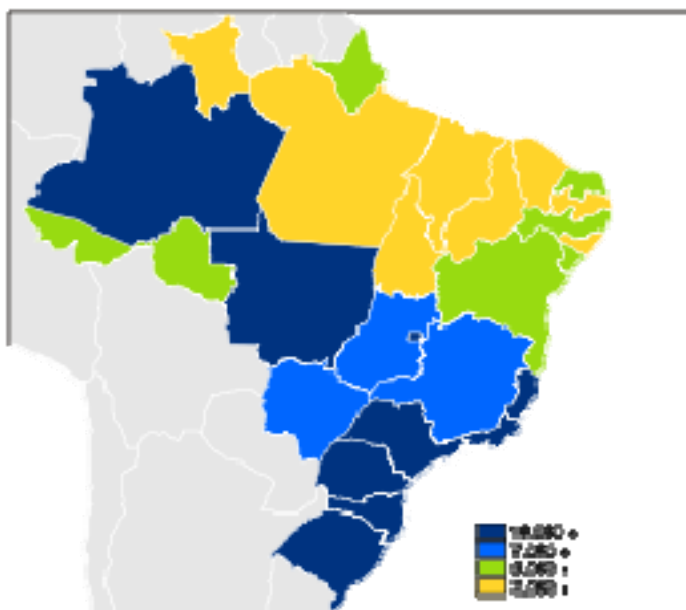
Tabela 6- PIB dos estados em milhões de R\$ *per capita* nos anos de 2004.

PIB dos estados em milhões de reais¹⁸		PIB <i>per capita</i> dos estados em milhões de reais	
São Paulo	546.606,819	Distrito Federal	19.071
Rio de Janeiro	222.563,503	Rio de Janeiro	14.639
Minas Gerais	166.586,327	São Paulo	13.725
Rio G. do Sul	142.874,226	Rio G. do Sul	13,320
Paraná	108.689,901	Santa Catarina	12.159
Bahia	86.882,057	Amazonas	11.434
Santa Catarina	70.207,924	Paraná	10.725
Pernambuco	47.697,442	Espírito Santo	10.289
Distrito Federal	43.521,629	Mato Grosso	10.162
Goiás	41.316,491	Mato Grosso Sul	8.945
Amazonas	35.888,581	Minas Gerais	8,771
Espírito Santo	34.487,905	Goiás	7.501
Pará	34.195,676	Amapá	6.796
Ceará	33.260,672	Sergipe	6.782
Mato Grosso	27.935,499	Bahia	6.350
Mato Grosso Sul	19.953,529	Rondônia	6.238
Maranhão	16.547,449	Pernambuco	5.730
Rio Grande Norte	15.906,124	Rio Grande Norte	5.370
Paraíba	14.863,057	Acre	5.143
Sergipe	13.120,855	Pará	4,992
Alagoas	11.566,232	Roraima	4.881
Roraima	9.744,451	Ceará	4.170
Piauí	8.611,415	Paraíba	4.165
Tocantins	4.767,936	Alagoas	3.877
Amapá	3.720,359	Tocantins	3.776
Acre	3.241,847	Piauí	2.892
Rondônia	1.864,151	Maranhão	2.748

Fonte: IBGE, 2004.

Observe o mapa sobre o PIB dos estados brasileiros e suas divergências inter-regionais.

¹⁸ Estatísticas do IBGE. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas- Regionais/1985-a-2004/>. Acesso em: 12/9/2007.



Mapa 6 PIB dos estados *per capita* em milhões de reais (IBGE, 2004)¹⁹.

Tabela 7 Participação do PIB por estados brasileiros no ano de 2003.

Participação do PIB	
São Paulo	30,94
Rio de Janeiro	12,60
Minas Gerais	9,43
Rio Grande Sul	8,09
Paraná	6,15
Bahia	4,92
Santa Catarina	3,97
Pernambuco	2,70
Distrito Federal	2,46
Goiás	2,34
Amazonas	2,03
Espírito Santo	1,95
Pará	1,94
Ceará	1,88
Mato Grosso	1,58
Mato Grosso do Sul	1,13
Maranhão	0,94
Rio Grande Norte	0,90
Paraíba	0,84
Sergipe	0,74
Alagoas	0,65
Roraima	0,55
Piauí	0,49
Tocantins	0,27
Amapá	0,21
Acre	0,18
Rondônia	0,11

¹⁹As Nações Unidas divulgaram em setembro de 2003 um Atlas sobre o desenvolvimento humano dos estados e cidades brasileiras durante a década de 1990.

Quadro 1 Posições referentes ao IDH dos estados brasileiros no período de 2000-2005.²⁰

Posição		Estado	IDH	
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000		em 2005	em 2000
1	—(0)	Distrito Federal	▲0.874	▲0.844
2	—(0)	Santa Catarina	▲0.840	▲0.822
3	—(0)	São Paulo	▲0.833	▲0.820
4	▲(1)	Rio de Janeiro	▲0.832	▲0.814
5	▼(1)	Rio Grande do Sul	▲0.832	▲0.807
6	—(0)	Paraná	▲0.820	▲0.787
7	▲(4)	Espírito Santo	▲0.802	▲0.765
8	▼(1)	Mato Grosso do Sul	▲0.802	▲0.778
9	▼(1)	Goiás	▲0.800	▲0.776
10	—(0)	Minas Gerais	▲0.800	▲0.773
11	▼(2)	Mato Grosso	▲0.796	▲0.773
12	—(0)	Amapá	▲0.780	▲0.753
13	▲(3)	Amazonas	▲0.780	▲0.713
14	—(0)	Rondônia	▲0.776	▲0.735
15	▲(2)	Tocantins	▲0.756	▲0.710
16	▲(1)	Pará	▲0.755	▲0.723
17	▲(4)	Acre	▲0.751	▲0.710
18	▼(5)	Roraima	▲0.750	▲0.746
19	▲(3)	Bahia	▲0.742	▲0.688
20	▲(3)	Sergipe	▲0.742	▲0.682
21	▼(2)	Rio Grande do Norte	▲0.738	▲0.705
22	▼(2)	Ceará	▲0.723	▲0.700
23	▼(5)	Pernambuco	▲0.718	▲0.705
24	—(0)	Paraíba	▲0.718	▲0.661
25	—(0)	Piauí	▲0.703	▲0.656
26	▲(1)	Maranhão	▲0.683	▲0.636
27	▼(1)	Alagoas	▲0.677	▲0.649

Fonte: PNUD, 2005. Com dados retirados do endereço eletrônico.²¹

²⁰ Para os quadros apresentados, os dados em azul não sofreram mudanças no período considerado; os dados em verde aumentaram sua posição; e os dados em vermelho caíram no ranking.

²¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH

Observando-se o Quadro 1, verificam-se as mudanças ocorridas durante análise do IDH nos anos entre 2000 a 2005. Nota-se um evidente aumento em relação aos dados de 2000. Para alguns analistas do PNUD, isto é reflexo das novas políticas socioeconômicas implantadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, além de governos regionais e locais.

O Distrito Federal se manteve na primeira posição, seguido de Santa Catarina e São Paulo, com destaque para os estados do Acre e Espírito Santo, que subiram quatro posições no *ranking* dos estados.

Apesar da melhoria dos fatores socioeconômicos de todos os estados nacionais, a maior parte dos estados do nordeste obteve um aumento inferior à média nacional, como também os do centro-oeste, excetuando-se o Distrito Federal.

Quadro 2 IDH Saúde dos estados brasileiros indicado pelo Índice de longevidade no período de 2000 a 2005.

Posição		Estado	Variável de longevidade	
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000		em 2005	em 2000
1	—(0)	Distrito Federal	▲0.835	▲0.814
2	—(0)	Santa Catarina	▲0.830	▲0.808
3	—(0)	Rio Grande do Sul	▲0.827	▲0.804
4	▲(1)	Minas Gerais	▲0.819	▲0.796
5	▼(1)	São Paulo	▲0.812	▲0.786
6	▲(1)	Paraná	▲0.809	▲0.782
7	▲(5)	Espírito Santo	▲0.802	▲0.777
8	▼(2)	Mato Grosso do Sul	▲0.802	▲0.776
9	▼(1)	Goiás	▲0.797	▲0.773
10	▼(1)	Rio de Janeiro	▲0.793	▲0.766
11	▼(1)	Mato Grosso	▲0.789	▲0.764
12	▲(10)	Bahia	▲0.775	▲0.751
13	▼(2)	Pará	▲0.772	▲0.748
14	▲(4)	Amazonas	▲0.766	▲0.741
15	▲(2)	Acre	▲0.763	▲0.737

Continuação quadro 2				
Posição	Estado	Variável de longevidade		
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000	Estado	em 2005	em 2000
17	▲(3)	Rondônia	▲0.759	▲0.733
18	▲(6)	Sergipe	▲0.756	▲0.726
19	▼(3)	Rio Grande do Norte	▲0.747	▲0.717
20	▼(7)	Amapá	▲0.744	▲0.717
21	▼(8)	Ceará	▲0.744	▲0.715
22	▼(3)	Roraima	▲0.736	▲0.708
23	▲(3)	Paraíba	▲0.723	▲0.675
24	▼(1)	Piauí	▲0.720	▲0.694
25	▼(10)	Pernambuco	▲0.710	▲0.677
26	▲(1)	Maranhão	▲0.696	▲0.661
27	▼(2)	Alagoas	▲0.683	▲0.648

Fonte: PNUD, 2005.²² Disponível no Endereço Eletrônico :
http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Longevidade

Quadro 3 IDH Educação dos estados brasileiros no período de 2000 a 2005.

Posição		Estado	Variável de educação	
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000		em 2005	em 2000
1	—(0)	Distrito Federal	▲0.962	▲0.935
2	▲(2)	Rio de Janeiro	▲0.945	▲0.902
3	▼(1)	Santa Catarina	▲0.934	▲0.906
4	▲(13)	Amazonas	▲0.925	▲0.813
5	▼(1)	Rio Grande do Sul	▲0.921	▲0.904
6	▼(1)	São Paulo	▲0.921	▲0.901
7	▼(1)	Amapá	▲0.919	▲0.881
8	▼(1)	Paraná	▲0.913	▲0.879
9	▲(2)	Mato Grosso	▲0.898	▲0.860
10	▲(2)	Mato Grosso do Sul	▲0.894	▲0.864
11	▼(3)	Goiás	▲0.891	▲0.866
12	—(0)	Espírito Santo	▲0.887	▲0.855

²³http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Longevidade

Continuação do quadro 3				
Posição	Estado	Variável de educação		
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000	Estado	em 2005	em 2000
14	—(0)	Rondônia	▲0.885	▲0.833
15	▼(2)	Minas Gerais	▲0.878	▲0.850
16	▼(1)	Tocantins	▲0.860	▲0.826
17	▼(1)	Pará	▲0.861	▲0.815
18	▲(5)	Acre	▲0.844	▲0.757
19	▼(1)	Bahia	▲0.830	▲0.785
20	▲(1)	Sergipe	▲0.827	▲0.771
21	▼(2)	Rio Grande do Norte	▲0.810	▲0.779
22	▼(2)	Ceará	▲0.808	▲0.772
23	▼(1)	Pernambuco	▲0.811	▲0.768
24	▲(1)	Paraíba	▲0.793	▲0.737
25	▼(1)	Maranhão	▲0.784	▲0.738
26	—(0)	Piauí	▲0.779	▲0.730
27	—(0)	Alagoas	▲0.759	▲0.703

Fonte: PNUD, 2005.DISPONIVEL NO ENDEREÇO ELETRONICO:

²⁴http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Educa.C3.A7.C3.A3o

Quadro 4 IDH Renda *per capita* dos estados brasileiros no período entre os anos de 2000 a 2005.

Posição		Estado	Variável de renda	
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000		em 2005	em 2000
1	—(0)	Distrito Federal	—0.824	▲0.824
2	—(0)	São Paulo	▼0.768	▲0.776
3	—(0)	Rio de Janeiro	▼0.758	▲0.766
5	▲(1)	Santa Catarina	▲0.756	▲0.738
4	▼(1)	Rio Grande do Sul	▲0.748	▲0.743
6	—(1)	Paraná	▲0.739	▲0.725
7	—(0)	Espírito Santo	▲0.715	▲0.704

Continuação do quadro 4				
Posição	Estado	Variável de renda		
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000	Estado	em 2005	em 2000
8	▲(2)	Goiás	▲0.712	▲0.699
10	▼(1)	Mato Grosso	▼0.702	▲0.703
11	▬(0)	Minas Gerais	▲0.702	▲0.695
12	▬(0)	Rondônia	▼0.685	▲0.694
13	▲(1)	Amapá	▲0.676	▲0.668
14	▲(3)	Rio Grande do Norte	▲0.657	▲0.633
15	▲(3)	Amazonas	▲0.648	▲0.641
16	▬(0)	Acre	▼0.647	▲0.692
17	▲(2)	Tocantins	▲0.647	▲0.628
18	▲(3)	Sergipe	▲0.643	▲0.622
19	▲(5)	Paraíba	▲0.638	▲0.626
20	▼(5)	Pernambuco	▲0.632	▲0.629
21	▼(1)	Pará	▼0.632	▲0.639
22	▼(9)	Roraima	▼0.629	▲0.688
23	▼(1)	Bahia	▲0.621	▲0.609
24	▼(1)	Ceará	▲0.616	▲0.608
25	▲(1)	Piauí	▲0.608	▲0.583
26	▼(1)	Alagoas	▼0.589	▲0.594
27	▬(0)	Maranhão	▲0.570	▲0.568

Fonte: PNUD, 2005. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Renda

Pelos dados, nota-se a discrepância existente entre os indicadores sociais dos estados em relação às diversas regiões e territórios brasileiros. Enquanto estados nordestinos apresentam IDH parecidos com o de países africanos, estados do sudeste, especialmente os estados do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, apresentam bons índices socioeconômicos.

Um fato interessante é que se observa melhora contínua nos níveis de educação em quase todos os estados, o que, segundo especialistas do IBGE, mostram que as políticas desta variável estão sendo concretizadas.

Já em relação à renda *per capita*, apenas o Distrito Federal possui variável acima de 0,800. Em relação à longevidade, todos os estados do sul do país, mais o Distrito

Federal e todos do sudeste, excetuando-se o Rio de Janeiro, possuem valores acima de 0,800.

Pela tabela de longevidade (quadro2), no período considerado, nota-se que os três estados mais bem classificados no ranking, mantiveram suas posições no período em tela, sendo que, todos obtiveram melhoras na variável. São Paulo, por exemplo, caiu uma posição, apesar da melhora no índice. Reflexo este que mostra melhora em todos os estados.

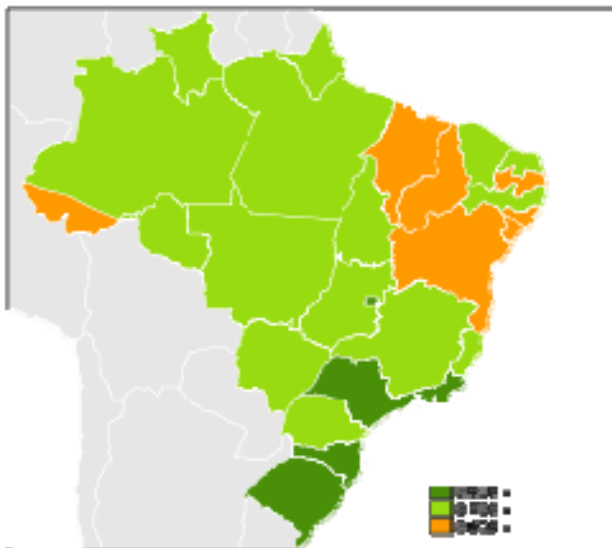
Último estado no ranking foi Alagoas que obteve uma melhora, porém não o suficiente para a sua ascensão no ranking. Motivo este que fez com que caísse duas posições. Como se vê no quadro, apenas Maranhão e Alagoas possuem índice abaixo de 0,700 no ano de 2005. Já no quadro 3 referente à educação, a liderança coube novamente ao Distrito Federal, que manteve a posição conquistada no ano 2000.

Cabe destacar o estado do Amazonas, que subiu 13 posições em relação a 2000. Em contrapartida, todos os estados da região sul declinaram uma posição no período, apesar de evoluírem na variável, porém assim como ocorreu com a longevidade, na educação todos os estados aumentaram em termos numéricos, no entanto, muitos declinaram no ranking, podendo-se citar Roraima e Goiás, que declinaram 4 e 3 posições respectivamente. Novamente Alagoas ficou em último lugar no ranking, mantendo a posição obtida em 2000.

No quadro 4, pela renda *per capita* nos estados, os três primeiros colocados não sofreram oscilações quanto as suas colocações no ranking. Todavia, São Paulo e Rio de Janeiro declinaram no cômputo numérico.

Pode-se destacar o estado de Roraima, que ascendeu nove posições no ranking. Destaque negativo para Pernambuco que, apesar de ter elevado numericamente no ranking, caiu cinco posições no quadro. Nessa variável, a última posição ficou com o Maranhão, cujo aumento observado em termos quantitativos não foi suficiente para a sua elevação no ranking que mais uma vez ficou na última posição.

Somente Alagoas e Maranhão possuem índice abaixo de 0,600 para a variável renda *per capita*. Observando-se as três variáveis, nota-se que a variável educação possui os maiores valores brutos e a renda per capita apresentou os menores valores numéricos.



Mapa 7 Participação do IDH em âmbito estadual no contexto interno brasileiro (IBGE, 2004).²⁴

2.2 O IDH das cidades brasileiras

No Brasil, as 159 cidades brasileiras que tiveram os maiores ganhos proporcionais de desenvolvimento humano no país entre 1991 e 2000 têm menos de 50 mil habitantes.

Na média, os menores municípios tiveram uma evolução de 15,9% no IDH–M contra um crescimento médio de 11,2% das cidades entre 50 e 500 mil habitantes, de 6,7% das cidades entre 500 mil e um milhão de habitantes, e de 6,1% das cidades com mais de 1 milhão de habitantes.

O IDH–M médio das cidades com menos de 50 mil habitantes cresceu de 0,603 em 1991 para 0,693 em 2000, aproximando-se, com isso, dos índices das cidades maiores, especialmente porque estas cidades abrigam 36% da população brasileira.

Entre os municípios com população entre 50 e 500 mil habitantes, considerados de médio porte, segundo dados do IBGE, o aumento dos níveis de educação foi o principal responsável pela elevação do IDH–M, especialmente os da região Nordeste no período de 2000-2004. As cidades paulistas foram as que registraram menor progresso.

Já entre as grandes cidades, as cinco primeiras são paulistas, sendo Ribeirão Preto a mais bem classificada, segundo o IBGE – Censo de 2003.

²⁴ Mapa elaborado de acordo com os índices apresentados nas tabelas anteriores.

²⁵ www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20
www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc
www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc
www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20
<http://www.un.org/av/radio/pt/detail/3698.html>.

Em 83% das cidades brasileiras, a dimensão que mais se destacou foi a educação ao longo da década de 1990 e início do século XXI. Na média das 5507 cidades, a variável educação cresceu 25%, entre 1991 e 2000, contra um crescimento de 12% do indicador longevidade e de 11% do índice de renda.

Embora a alfabetização tenha aumentado, o que mais se destacou na evolução da variável educação foi o aumento da taxa bruta de matrículas dos alunos, de todos os níveis de ensino, residentes no município pela população de 7 a 22 anos (considerada faixa etária ideal das pessoas que estudam) no mesmo município. Em 96% das cidades brasileiras, o crescimento dessa taxa foi proporcionalmente maior ao aumento da alfabetização.

Percebemos que as cidades menores possuem melhores índices de desenvolvimentos. Um dos motivos desta situação pode ser dada por se tratar de núcleos habitacionais menores. Desta mesma forma, o PNUD elaborou o IDH-M de forma diferenciada de países como observamos ao longo do capítulo.

2.3 – Metodologia do cálculo do IDH sob o parâmetro das cidades

Para medir o nível de desenvolvimento humano de municípios, os parâmetros são os mesmos, mas alguns dos indicadores usados diferem em alguns aspectos.

Embora mensurem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

Para a avaliação da variável educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diversos: taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos de idade (possui peso 2) e a taxa bruta de freqüência à escola (peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas maiores de 15 anos, capazes de ler e escrever algo meramente simples como um bilhete (ou seja, adultos alfabetizados). O segundo indicador é resultado de uma conta não muito complexa: a somatória de pessoas (independentemente da idade) que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior, sendo dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da região. Estão também inclusos os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária, com exceção das classes especiais de alfabetização.

Para a avaliação da variável longevidade, o IDHM considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela região, no ano de referência, deve viver.

O indicador de longevidade analisa as condições de saúde e salubridade daquele município, uma vez que, quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Para a avaliação da variável renda, o critério usado é a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada morador no município. (Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os moradores, dividindo-se o resultado pelo número de habitantes no município). No caso do Brasil, o cálculo da *renda per capita* municipal é feito a partir das respostas de um questionário suplementar realizado pelo Censo, que é mais detalhado que o convencional e é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados. Os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dessa amostra são majorados para o número total de habitantes de um município e, usados para o cálculo da variável renda do IDH-M.

O IDH de cada município é resultado da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três (IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3), quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município.

Para medir o acesso à educação da população, o IDHM, leva em conta dois indicadores: a porcentagem de pessoas que são alfabetizadas entre os residentes com mais de 15 anos de idade daquela região (com peso 2) e a taxa de frequência bruta nas salas de aula (com peso um).

Para medir o nível de educação em países, a taxa de matrícula nos diversos níveis de ensino é um indicador favorável. Já em relação a cidades menores, essa variável é menos eficiente, uma vez que os estudantes podem residir em um município e estudar em outro, ocasionando um viés entre as taxas de matrícula. Por isso, a opção pelo indicador de frequência à sala de aula, que é medido em dados do Censo. O que se pretende medir é a porcentagem da população daquela cidade que frequenta a escola em relação à população do município em idade escolar.

Outro método para a análise da educação de uma cidade é o percentual de alfabetizados maiores de 15 anos. Este é baseado no direito de todas as pessoas terem acesso ao ensino fundamental. Após esse período, que, pelo calendário habitual terminaria aos 14 anos de idade, espera-se que o indivíduo seja capaz de ler e escrever um bilhete simples. Se considerarmos que as taxas de alfabetização e de frequência já variam entre 0 e 1, não é preciso "convertê-las" em um índice, como nas dimensões saúde e renda. É preciso apenas aplicar os pesos de cada indicador para se chegar a uma média.

Se o município em questão tem uma taxa bruta de frequência à escola igual a 95% e uma taxa de alfabetização de 92%, o cálculo será assim:

$$[0,95 + (2 \times 0,92)] / 3 \Rightarrow (0,95 + 1,84) / 3 \Rightarrow 2,67 / 3 = 0,93$$

Assim, o IDHM-E do município será 0,93.

Para analisar o desenvolvimento humano, no que tange à longevidade, o IDH nacional e o IDH municipal usam a esperança de vida ao nascer. Essa variável mostra qual a média de anos que a população nascida naquela localidade, no ano de referência (2000), deve viver - desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes. Quanto menor for a mortalidade registrada em um município, maior será a esperança de vida ao nascer. A variável é uma boa forma de avaliar as condições sociais e de saúde, por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto às provocadas por causas externas (violências e acidentes).

O Censo 2000 é a base de cálculo de todo o IDH municipal. Para se chegar ao número médio de anos que uma pessoa vive, a partir de seu nascimento, são utilizados os dados do questionário expandido do Censo. O resultado dessa amostra é expandido para o restante da população daquele município.

Em relação aos índices verificados entre os estados e municípios brasileiros, destaca-se o Distrito Federal que ficou em primeiro lugar no *ranking* estadual, seguido de Santa Catarina e São Paulo. Em relação às cidades, o primeiro lugar ficou com a cidade paulista de São Caetano do Sul, seguida por Águas de São Pedro, e o terceiro lugar, com a cidade carioca de Niterói.

Tabela 8 IDH das cidades brasileiras do período de 1991-2000.

Cidade	1991	2000
São Caetano do Sul (SP)	0,842	0,919
Águas de São Pedro (SP)	0,848	0,908
Niterói (RJ)	0,817	0,886
Florianópolis (SC)	0,824	0,875
Santos (SP)	0,838	0,871
Bento Gonçalves (RS)	0,799	0,87
Balneário Camboriú (SC)	0,797	0,867
Joaçaba (SC)	0,816	0,866
Porto Alegre (RS)	0,824	0,865
Fernando de Noronha (D. E-P)	0,759	0,862
Carlos Barbosa (RS)	0,768	0,858
Caxias do Sul (RS)	0,793	0,857
Joinville (SC)	0,779	0,857

Cidade	1991	2000
Jundiaí (SP)	0,807	0,857
Vinhedo (SP)	0,789	0,857
Curitiba (PR)	0,799	0,856
Selbach (RS)	0,796	0,856
Vitória (ES)	0,797	0,856
Blumenau (SC)	0,813	0,855
Luzerna (SC)	0,764	0,855
Ribeirão Preto (SP)	0,822	0,855
Lacerdópolis (SC)	0,734	0,854
Santana de Parnaíba (SP)	0,79	0,853
Campinas (SP)	0,811	0,852
Ivoti (RS)	0,794	0,851
Quatro Pontes (PR)	0,742	0,851
Saltinho (SP)	0,781	0,851
Videira (SC)	0,774	0,851
Ilha Solteira (SP)	0,813	0,85
Jaraguá do Sul (SC)	0,79	0,85
Veranópolis (RS)	0,786	0,85
Concórdia (SC)	0,774	0,849
Iomerê (SC)	0,769	0,849
Pato Branco (PR)	0,752	0,849
Pomerode (SC)	0,765	0,849
São José (SC)	0,798	0,849
São José dos Campos (SP)	0,805	0,849
Araçatuba (SP)	0,787	0,848
Chapecó (SC)	0,761	0,848
Entre Rios do Oeste (PR)	0,755	0,847
Nova Petrópolis (RS)	0,791	0,847
Paulínia (SP)	0,79	0,847
Braço do Norte (SC)	0,739	0,846
Presidente Prudente (SP)	0,794	0,846
Maripá (PR)	0,747	0,845
Santa Maria (RS)	0,792	0,845
Urussanga (SC)	0,762	0,845
Brasília (DF)	0,799	0,844
Farroupilha (RS)	0,777	0,844
Nova Bassano (RS)	0,771	0,844

Fonte: PNUD, 2003.²⁵

Pelo que se nota na Tabela 8, o destaque maior foi para o estado de Santa Catarina, que nos últimos anos passou do quinto para o segundo lugar no *ranking*, em 1991, o IDH foi 0,799 e, em 2000, foi 0,844.

Todavia, o destaque do referido estado se concentra no *ranking* de suas cidades. Entre as 50 primeiras cidades desse *ranking*, o estado possui o maior número de cidades neste grupo, são 16 no total, ou seja, 32% das cidades mais desenvolvidas do país encontram-se no estado de Santa Catarina. Logo após está São Paulo, com 14 cidades, Rio Grande do Sul com 11 e Paraná com 5 cidades.

No *ranking* de desenvolvimento dos estados e cidades brasileiras, nota-se claramente uma desproporção quanto aos níveis e seus indicadores.

Por exemplo, quando se faz uma analogia entre países, estados e municípios de diferentes regiões, os estados Distrito Federal e Santa Catarina e os municípios de São Caetano do Sul, Águas de São Pedro, Niterói e Florianópolis possuem indicadores parecidos com os de países nórdicos, como a Áustria e o Canadá, entre outros.

O *Relatório da ONU* (2006) aponta que o diferencial desses estados e cidades brasileiras, como demonstraram os dados das tabelas anteriores, está em uma relação política que visa desenvolver seus aspectos socioeconômicos, contendo as desigualdades de renda, diminuindo o analfabetismo por meio do estímulo à educação e frequência às aulas, cultivando e implementando estratégias políticas de conscientização de que a educação é o principal alicerce da construção de uma sociedade mais justa.

Segundo os analistas da ONU, o raciocínio é simples de entender: com educação escolar de alta qualidade e participativa, o jovem terá meios de inserção no mercado de trabalho, “colhendo os frutos” do futuro por meio de sua melhor qualificação, obtendo empregos melhores, aumentando sua renda, obtendo maiores requisitos na era atual da competitividade e globalização. (PNUD, 2007)²⁶ Pesquisas apontam que uma estrutura socioeconômica otimizada provoca bem-estar social na medida em que o indivíduo possui não somente acesso à educação, mas também acesso adequado à saúde, saneamento básico e água potável. Com isso, sua perspectiva de vida tende a aumentar, ou seja, um indivíduo que possui mecanismos positivos em qualidade de vida superior à dos indivíduos que são desprovidos desses mecanismos.

Diferentemente, outros estados e cidades que possuem variáveis comparadas a países periféricos como o oeste asiático, países andinos e alguns africanos, tais estados concentram-se basicamente nas regiões norte e nordeste, especialmente os estados do Maranhão e Piauí, que possuem baixos índices de educação, saúde e renda *per capita*. Entretanto, existem diferenças bruscas dentro de um mesmo estado, o exemplo mais notável desta realidade é o estado de Minas Gerais que possui cidades com padrão de médio a elevado desenvolvimento, especialmente no sul do estado e na região

²⁶ - <http://www.fup.org.br/artigos.php?id=137>

metropolitana de Belo Horizonte, porém, no norte, verifica-se a ocorrência de cidades que estão desprovidas de condições mínimas de bem-estar, sejam sociais ou econômicas.

Por esse motivo, muitos geógrafos propõem uma nova divisão de territórios brasileiros, assim o norte de Minas Gerais, com características parecidas às dos estados nordestinos em grandes dificuldades socioeconômicas, encontrar-se-ia em outra inserção (espaço).

Pelo que se pode observar, as desigualdades regionais são grandes, e segundo os especialistas, constituem o entrave para o desenvolvimento sustentável como um todo e não restrito apenas a algumas poucas regiões.

Neste capítulo mostramos a definição e os paradigmas que compõe o IDH regional entre estados e cidades do Brasil, fizemos comparações entre regiões e mostramos as diferenças existentes entre as mesmas.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DO IDH ENTRE PAÍSES NO ANO DE 2006

O objetivo do capítulo é analisar e comentar dados relativos às variáveis, bem como a posição dos países no ranking do IDH, no ano de 2006.

Destaca-se que o PNUD utiliza dados retroativos há dois anos para calcular o IDH do ano base, logo, os dados relativos do IDH, divulgados pelo PNUD de 2006, são referentes ao ano de 2004.

De início, será apresentado o ranking do IDH, para países selecionados, ou seja, dados dos 63 países melhores classificados no ranking, com a liderança da Noruega, seguida pela Islândia. Em seguida, será feita a desagregação das três variáveis. Inicialmente, na tabela 10, será apresentada a renda *per capita* de países selecionados, em seguida será feita análise da variável saúde e após da variável educação, bem como, comentários e análise comparativa dos mesmos.

3.1 Países com Índice de Desenvolvimento Elevado

Atente, na Tabela 9 para o indicador geral do IDH para os diversos países do globo.

Tabela 9 IDH: *ranking* para países selecionados.

Países	IDH	Países	IDH
Noruega	0,965	Hungria	0,863
Islândia	0,960	Argentina	0,863
Austrália	0,957	Polônia	0,862
Irlanda	0,956	Chile	0,859
Suécia	0,951	Bahrein	0,859
Canadá	0,950	Estônia	0,858
Japão	0,949	Lituânia	0,857
Estados Unidos	0,948	Eslováquia	0,856
Suíça	0,947	Uruguai	0,851
Países Baixos	0,947	Croácia	0,846
Finlândia	0,947	Letônia	0,845
Luxemburgo	0,945	Qatar	0,844
Bélgica	0,945	Seychilles	0,842
Áustria	0,944	Costa Rica	0,841
Dinamarca	0,943	São Cristóvão e Nevis	0,825
França	0,942	Bahamas	0,825
Itália	0,940	México	0,821

Continuação da tabela 9			
Países	IDH	Países	IDH
Reino Unido	0,940	Bulgária	0,816
Espanha	0,938	Tonga	0,815
Nova Zelândia	0,936	Omã	0,810
Alemanha	0,932	Trinidad e Tobago	0,809
Hong Kong	0,927	Panamá	0,809
Israel	0,927	Antigua e Barbuda	0,808
Grécia	0,921	Romênia	0,805
Cingapura	0,921	Malásia	0,805
Barbados	0,879	Bósnia – Herzegovina	0,800
Malta	0,875	Maurício	0,800
Kuwait	0,871		
Brunei	0,871		

Fonte: PNUD, 2006. Disponível em:

http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2388&lay=pde

No topo do *ranking* do desenvolvimento humano, encontra-se a Noruega, cuja principal característica da economia é o lema do bem-estar social caracterizado como uma interação da atividade livre do mercado com intervenções do governo quando necessárias; as áreas vitais da economia, como os setores petrolíferos, estão sob o controle estatal. Em 1999, por exemplo, o petróleo e o gás natural somaram 35% das exportações, somente a Rússia e Arábia Saudita exportaram mais petróleo que a Noruega, segundo dados da OPEP.²⁵

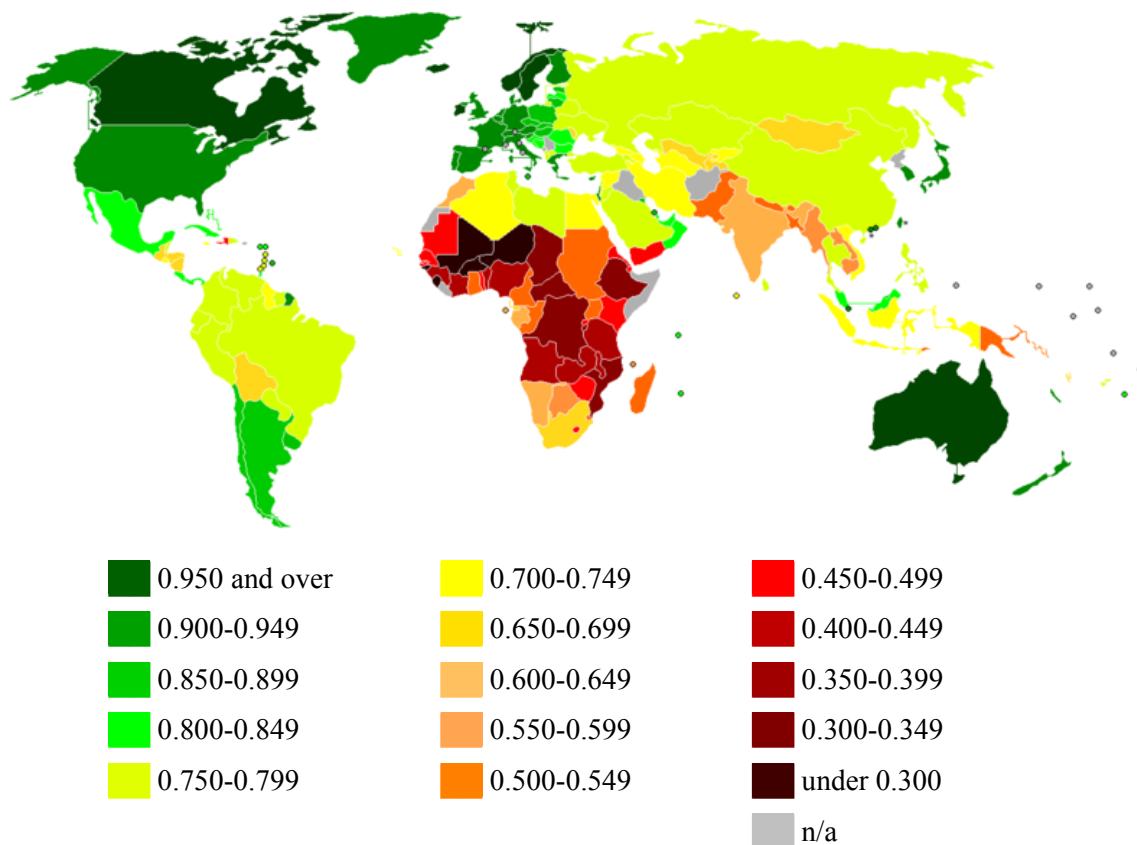
Quanto ao crescimento econômico, em 2000 foi de 2,7%, comparado com os 0,8% de 1999, mas voltou a cair 1,3% em 2001. O governo, então, interveio, privatizando um terço da companhia de petróleo Statoil, que tinha capital 100% estatal.

A economia da Islândia, parecida com a da Noruega e dos demais países nórdicos, também é fundamentada na política do bem-estar social, com reduzidas taxas de desemprego e baixa desigualdade social.

A economia é predominantemente fundamentada na pesca e indústria relacionada, que corresponde a quase 70% de suas exportações, em sua maior parte destinada para os EUA e o Japão, segundo especialistas da ONU.

Outro gigante do desenvolvimento é a Austrália, atualmente a 14^a economia do mundo, muito diversificada, com atividades oriundas do setor primário, como a produção de alimentos, especificamente a produção de gado ovino e seus derivados, como lã, além da produção de tabaco, vinho, trigo, e a exploração mineral. Também desenvolve atividades que demandam tecnologia de ponta, como indústria de máquinas e equipamentos, química, metalúrgica, siderúrgica e petroquímica.

O objetivo da cartografia é mostrar, por meio da ilustração, as condições de desenvolvimento relativas à posição de cada nação neste aspecto.



Mapa 8 - O IDH ao redor do mundo²⁷

3.2 Explicação do IDH dos 63 países mais desenvolvidos para o ano de 2006

O Japão, com um PIB de 4,5 trilhões de dólares, é a segunda economia mundial e a terceira em relação à paridade do poder de compra. A cooperação entre governo e indústria, investimentos em alta tecnologia e um orçamento relativamente baixo para a defesa são fatores para essa situação. Entre as atividades industriais que mais se destacam, estão a automobilística, a eletrônica e a informática. Também a siderurgia, metalurgia, construção naval e química, com destaque para as indústrias com tecnologia de ponta nesse setor, afirmam dados relativos do Banco Mundial sobre esse país. (GALVÃO; BARBOSA, 2007)

Quanto à educação bastante competitiva e obrigatória do infantil ao ensino fundamental, (Shougakko), dura nove anos (dos 6 aos 15 anos).

²⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:HDImap_spectrum2006.png#file>.

Praticamente todos continuam seus estudos no nível secundário, (Chûgakkô), e, de acordo com o Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, aproximadamente 75,9% dos formandos do ensino secundário cursam a Universidade.

Atualmente, a educação japonesa passa por uma reestruturação que tenta adaptá-la ao século XXI, alterando sua estrutura do respeito e da disciplina para a criatividade e a liberdade.

Apesar de o Japão possuir um PIB elevado, com estimativa de US\$4.420 trilhões em relação ao PPC e US\$4,5 em relação ao PIB bruto, o país está na 23ª posição em relação à renda *per capita*. Com isso, sua posição no IDH Mundial cai para sétima, ou seja, mesmo estando entre os países do topo, em decorrência de sua renda *per capita*, de US\$33,100, o país cai no IDH; mesmo contando com uma educação de alta qualidade e de indicadores positivos ligados à saúde.

Também merecem destaque os Estados Unidos, que possuem um PIB estimado em cerca de US\$13 trilhões, o maior do mundo, com renda *per capita* de \$41,400 (a quarta maior) sob o critério do PPC. Todavia, em termos sociais regridem, ficando com apenas a oitava colocação no ranking do IDH. Essa situação, em que o país possui um PIB quase três vezes superior ao japonês, porém cai no ranking social, é devido ao pesado investimento bélico. Considerado a maior potência econômica e militar do planeta, o país despense milhares de dólares em programas militares como a recente Guerra do Iraque. Segundo esses especialistas, os referidos recursos poderiam ser direcionados à melhoria do bem estar social da população²⁸.

Observa-se na última tabela a renda per capita em US\$ em países selecionados e de expressão para esta pesquisa.

²⁸Os dados representam à expectativa de vida, tomando como base a média de vida de homens e mulheres de cada nação.

Tabela 10 Renda *per capita* (PPC – US\$) – índice de 2006 com base em dados no ano de 2004.

Países	Participação do referido índice no cálculo bruto do IDH		Renda per capita (PPC US\$)- menos <i>ranking</i> do IDH
Noruega	38,454	0,99	3
Islândia	33,051	0,99	3
Austrália	30,331	0,95	11
Irlanda	38,827	1,00	- 1
Suécia	31,263	0,95	11
Canadá	31,263	0,96	4
Japão	29,251	0,95	11
Estados Unidos	39,676	1,00	- 6
Suíça	33,040	0,97	- 3
Holanda	31,789	0,96	- 1
Finlândia	29,951	0,95	4
Luxemburgo	69,961	1,00	- 11
Bélgica	31,096	0,96	- 2
Áustria	32,276	0,96	- 7
Dinamarca	31,914	0,95	- 7
França	29,300	0,95	1
Itália	28,180	0,94	3
Reino Unido	30,821	0,96	- 5
Espanha	25,047	0,92	3
Nova Zelândia	23,413	0,91	5
Alemanha	28,303	0,94	- 2
Hong Kong	30,822	0,96	- 10
Barbados	15,720	0,84	10
Argentina	13,298	0,82	10
Chile	10,874	0,78	18
Uruguai	9,421	0,76	19
Costa Rica	9,481	0,76	13
Cuba	N/D	0,67	43
Bahamas	17,843	0,87	- 14
México	9,803	0,77	7
Trinidad e Tobago	12,182	0,80	- 5
Panamá	7,278	0,72	18
Brasil	8,195	0,74	- 5
Colômbia	7,256	0,72	7
China	5,896	0,68	9
Peru	5,678	0,67	12
Paraguai	4,813	0,65	9
República Dominicana	7,449	0,72	5
Eritréia	977	0,38	9
Ruanda	1,263	0,42	- 5
Nigéria	1,154	0,41	- 1

Fonte: PNUD, 2006. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf

Quando se analisa o PIB *per capita* dos países, podem-se notar grandes disparidades nas análises dos dados. Luxemburgo, um país territorialmente pequeno, lidera o *ranking* acima de países de maior expressão econômica, enquanto nações como a China, que vem obtendo taxas de crescimento acima de 10% em seu PIB, aparece na 81ª posição.

O Brasil, que já figurou entre as oito maiores potências econômicas do mundo, vem perdendo posições no PIB mundial ano a ano, porém, mesmo com uma virtuosa estagnação econômica, o país continua entre as maiores economias do globo. Todavia, quando analisado em termos *per capita* a queda torna-se significativamente abrupta, assemelhando-se a países andinos e alguns africanos, ficando atrás de países vizinhos, como Uruguai, Argentina, e de alguns latinos, como o Chile, Costa Rica, Bahamas, México, entre outros.

O PIB *per capita* brasileiro, conforme os dados da última tabela assemelha-se ao da Colômbia e Panamá, países que não possuem uma estrutura desenvolvimentista em nível de renda com bases sólidas.

Segundo analistas do Banco Mundial, as desigualdades verificadas na distribuição de renda, como observadas anteriormente na análise do índice de Gini, são o maior entrave do desenvolvimento econômico no país, na medida em que a concentração de renda é elevada²⁹.

Por outro lado, tal situação contrasta com a de países com pouca expressão no cenário econômico, como Luxemburgo, que figura na primeira posição do *ranking*.

Em relação aos indicadores de saúde, seguem os dados de países com maior destaque para a proposta desta pesquisa.

Tabela 11 - Expectativa de vida ao nascer para países selecionados em anos, tomando como referência dados de 2004.

Países	Anos	Participação do referido índice no cálculo bruto do IDH
Noruega	79,6	0,91
Islândia	80,9	0,93
Austrália	80,5	0,92
Irlanda	77,9	0,88
Suécia	80,3	0,92
Canadá	80,2	0,92
Japão	82,2	0,92
Estados Unidos	77,5	0,88
Suíça	80,7	0,93
Holanda	78,5	0,89
Finlândia	78,7	0,89
Luxemburgo	78,6	0,89
Bélgica	79,1	0,90
Áustria	79,2	0,90
Dinamarca	79,2	0,90
França	79,6	0,91
Itália	80,2	0,92
Reino Unido	78,5	0,89
Espanha	79,7	0,91
Nova Zelândia	79,3	0,90
Alemanha	78,9	0,90
Hong Kong	81,8	0,95

Continuação tabela 11

Países	Anos	Participação do referido índice no cálculo bruto do IDH
Barbados	74,6	0,83
Argentina	78,1	0,89
Chile	78,1	0,89
Costa Rica	78,3	0,89
Cuba	77,6	0,88
México	75,3	0,84
Trinidad Tobago	69,8	0,75
Panamá	75,0	0,83
Brasil	70,8	0,76
Colômbia	72,6	0,79
China	71,9	0,78
Peru	70,2	0,75
Paraguai	71,2	0,77
Guatemala	67,6	0,71
Eritreia	54,3	0,49
Ruanda	44,2	0,32
Nigéria	43,4	0,31

Fonte: PNUD, 2006. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf

Quanto aos dados observados na Tabela 11, nota-se a discriminação de diversos países, especialmente aqueles que apresentam os maiores indicadores, os países latinos e os últimos do *ranking*, comparada à situação brasileira.

O indicador de saúde reúne dados relativos à expectativa de vida de uma nação, dados referentes à mortalidade infantil, e ao acesso à água potável, esgoto e saneamento básico.

A partir desses indicadores, extraímos a variável majoritária e fundamental para a análise da medição das condições de saúde de uma nação, a expectativa de vida de uma população, pois se espera que quanto mais eficiente forem as políticas sociais de combate à mortalidade infantil e de acesso a água potável, saneamento básico e esgoto, maior será a expectativa de vida ao nascer.

Por meio da Tabela 11, nota-se que os países considerados mais desenvolvidos são aqueles que possuem uma rede com infra-estrutura social ligada à saúde de forma estável e reguladora, construída em bases sólidas, com efetivo empenho governamental na adoção dessas políticas.

Pelos dados do Banco Mundial, verificados na Tabela 11, vê-se que países como a Islândia, Austrália, Suécia, Canadá, entre outros, apresentam expectativa de vida em uma faixa que ultrapassa os 80 anos. Vale ressaltar a variável do Japão, que está em primeiro lugar no *ranking*, com uma expectativa de vida de 82,2 anos.

Por outro lado, nota-se um declínio desta taxa, quando se analisam países latinos como o Chile, Argentina, Uruguai, México, Panamá, Cuba, entre outros, que possuem uma expectativa abaixo dos países anteriormente mencionados. Porém, estão em

posição superior à do Brasil, que possui expectativa de vida de 70,8 anos. O Chile, por exemplo, apresenta expectativa de vida de quase oito anos superior à brasileira.

O Brasil ainda está longe de se assemelhar aos países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai, e fica atrás de países como a Colômbia, Santa Lúcia, Venezuela e Paraguai.

Segundo o economista brasileiro BOBIK BRAGA, o indicador ligado à saúde é um dos obstáculos que o país necessita superar, pois este indicador faz o país declinar no *ranking* do IDH, conforme foi observado no capítulo anterior, no artigo do economista da FGV, NERY, o qual mostra estar mais da metade da população brasileira desprovida de tratamento de esgoto.

Todavia, a variável saúde declina ainda mais, quando se analisam dados da maioria dos países africanos, de alguns países da Ásia meridional e oeste e do Caribe. Por exemplo, a expectativa de vida da Guiné equatorial é de 42,8 anos, do Gabão é de 54 anos, da Namíbia é de 47,2 anos, do Camboja, de 56,5 anos, de Myanmar, de 60,5 anos, de Botswana, de 34,9. O país que apresenta a menor expectativa de vida é a Suazilândia, com 31,3 anos de média de vida de sua população, segundo dados do Banco Mundial.²⁸

O último item da Tabela 11 refere-se à participação da variável saúde no valor bruto do IDH. Isto significa que a variável saúde, quando é elevada ou superior às outras duas variáveis que compõem o cálculo final do IDH, faz com que o IDH também seja elevado.

Todavia, quando a participação desta variável é baixa, o IDH bruto declina. Isto é importante, segundo analistas do Banco Mundial, para mostrar que a saúde nos diversos países sofreu ou vem sofrendo avanços ou regredindo ao longo dos anos.

Políticas públicas voltadas à maior eficiência na saúde elevam o país no *ranking* do IDH, e o oposto é verdadeiro. Foi observado que no caso brasileiro, conforme citam estudiosos, a estagnação e os baixos índices neste setor são os maiores problemas no avanço do país no *ranking* do IDH.

Além dos problemas ligados à renda *per capita* e à educação, há fatores que necessitam melhorar para que o país possa alavancar seu desenvolvimento. O Brasil encontra-se na 69ª posição no ranking do IDH no ano considerado. Todavia, quando analisado sob a óptica do índice de saúde ligado à expectativa de vida, o país declina para a 84ª posição.

²⁹http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=557&Itemid=99.
http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0988.pdf
http://www.pnud.org.br/atlas/dl/Lista-indicadores_do_Atlas.htm

Como será visto posteriormente, o maior salto no setor social do país foi no quesito educação, em que o país se encontra na 40ª posição considerando-se os vários estágios de ensino.

Em novas comparações quanto à expectativa de vida, o Brasil situa-se atrás de países como El Salvador, que possui expectativa de vida de 71 anos, está na 82ª posição e se assemelha a países como o Irã, que possui expectativa de vida de 70,7 anos.

Segundo dados do PNUD, a probabilidade de um indivíduo não sobreviver até os 40 anos no Brasil é de 10,3%, o que o coloca na 95ª posição nesta variável, que tem o objetivo de suplementar e aprimorar o principal indicador nesta área, a saber, a esperança de vida ao nascer.³⁰

Na primeira posição está Hong Kong, com 1,5% de indivíduos que não chegarão aos 40 anos de idade. O Brasil possui índices semelhantes aos do Peru, que também possui probabilidade de 10,3%, aos de Belize, com 10,6%, e fica atrás da Nicarágua e do Suriname, que possuem índices de 10,1%. Por fim, na última posição está o país africano Suazilândia, em que dados estatísticos indicam que 74,5% da população não chegarão aos 40 anos de idade.

Segue, na Tabela 12, a proporção dos indicadores referentes à educação, uma combinação dos vários níveis de ensino (ou seja, da taxa de matrícula) e do número de pessoas alfabetizadas com idade igual ou superior a 15 anos de idade.

Requer atenção a relação existente entre as duas variáveis que compõem o índice relativo à educação do IDH.

Tabela 12 Taxa combinada de alfabetização para países de maior interesse para este trabalho utilizando como base de análise o ano de 2004.²⁹

Países	Taxa adultos alfabetizado % com 15 anos ou mais	Taxa combinada de matrículas nos vários níveis ensino	Indicador Educação no cálculo bruto do IDH
Noruega	Acima 99%	100	0,99
Islândia	Acima 99%	96	0,97
Austrália	Acima 99%	113 * *	0,95
Irlanda	Acima 99%	99	1,00
Suécia	Acima 99%	96	0,95
Canadá	Acima 99%	93	0,96
Japão	Acima 99%	85	0,95
Estados Unidos	Acima 99%	93	1,00
Suíça	Acima 99%	86	0,97
Holanda	Acima 99%	98	0,96
Finlândia	Acima 99%	100	0,95
Luxemburgo	Acima 99%	85	1,00
Bélgica	Acima 99%	95	0,96
Áustria	Acima 99%	91	0,96
Dinamarca	Acima 99%	101 **	0,96
França	Acima 99%	93	0,95
Itália	98,4	89	0,94
Reino Unido	Acima 99%	93	0,96
Espanha	98,0	96	0,92
Nova Zelândia	Acima 99%	100 **	0,91
Alemanha	Acima 99%	89	0,94
Hong Kong	N/D	77	0,96
Argentina	97,2	89	0,82
Chile	95,7	81	0,78
Costa Rica	94,9	72	0,76
Cuba	99,8	80	0,67
México	91,0	75	0,77
Trinidad e Tobago	N/D	67	0,80
Panamá	91,9	80	0,72
Brasil	88,6	86	0,74
Colômbia	92,8	73	0,72
China	90,9	70	0,68
Peru	87,7	86	0,67
Equador	91,0	N/D	0,67
Paraguai	N/D	35	0,38
Guatemala	N/D	70	0,65
Eritréia	69,1	66	0,63
Ruanda	64,9	52	0,42
Nigéria	N/D	55	0,42
Mali	19,0	35	0,38
Serra Leoa	35,1	65	0,29
Niger	28,7	21	0,34

Fonte: PNUD, 2004³⁰

²⁹ N/D – Dados não divulgados pelo PNUD.

** – Refere-se a matrícula de pessoas que estão matriculados em um nível de ensino que não pertence a sua faixa etária. Para o cálculo do IDH se usa a porcentagem de 100%, já que não se admite valores superiores.

³⁰ http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf

Verificam-se, na Tabela 12, as disparidades existentes entre os níveis de educação entre os países, considerando-se o acesso dos indivíduos à educação. Não será considerado o quesito ligado à qualidade da educação em seus diversos níveis entre os países analisados, mas analisar-se-á a inserção de seus cidadãos no sistema de educação.

Visto ser o sistema e/ou a metodologia educacional diferente entre os países, quanto a anos de estudo e a denominação de cada ciclo, foge deste trabalho a análise referente às metodologias adotadas e à qualidade do ensino, bem como ao nível de conhecimento percebido pelo cidadão em seus respectivos países de origem.

Nossa intenção, assim como o objetivo do PNUD ao se propor a analisar os indicadores de educação e sua inserção no IDH, é mostrar a porcentagem de indivíduos alfabetizados a partir dos 15 anos de idade e a taxa de matrículas dos estudantes nos diversos níveis de ensino. Como foi comentado anteriormente, a variável ligada à educação é a soma desses dois índices.

No quadro de países, no *ranking*, percebe-se que alguns países como Noruega, Islândia, Austrália, Japão, EUA apresentam níveis de alfabetização de indivíduos com mais de 15 anos na ordem de 99%, ou seja, menos de 1% de sua população com mais de 15 anos são analfabetos. Do mesmo modo, países como a Itália e a Espanha apresentam índices em que 2% ou menos de sua população são inteiramente analfabetos.

Ao comparar essa variável do Brasil com os dos países latinos observa-se que os brasileiros perdem para a Argentina, Chile, Costa Rica, México, Panamá, Colômbia, entre outros. O Brasil possui mais de 11% de analfabetos com mais de 15 anos. Apesar de ser a educação a variável que mais vem evoluindo entre os demais que compõem o IDH, essa variável, como afirmam economistas e educadores, é reflexo de várias décadas de desinteresse governamental e da não-adoção de políticas públicas organizadas que visassem diminuir esse problema. Assim, o Brasil é superior apenas quando comparado a países com Ruanda, Serra Leoa, Níger, e a outros como a Guatemala, Arábia Saudita, Irã, etc.

Mais uma vez, convém realçar que não será analisada a educação em seu aspecto político, em termos de qualidade ou sob o aspecto cultural, dado à diversidade abrupta de conceitos entre o exposto no currículo metodológico de um país como o Brasil e o ensinado na Arábia Saudita, ou seja, a diversidade sociocultural entre esses dois países, por exemplo.

Os indicadores fornecidos revelam a variável de analfabetismo sem mencionar os pseudo-analfabetos, ou seja, se essa variável fosse inserida nesse índice, a porcentagem de indivíduos sem nenhuma ou com pouca instrução, talvez pudesse aumentar.

Já quando se analisa a combinação da taxa bruta de matrículas nos diversos níveis de ensino, independentemente da idade em que o indivíduo está matriculado, nota-se que o Japão, os EUA e a maioria dos países europeus apresentam índices superiores às demais nações.

Na Noruega, Austrália, Finlândia, Dinamarca, por exemplo, a taxa de matrículas dos indivíduos que freqüentem determinado nível de ensino é máxima. Da mesma maneira, países como os EUA, Suécia, Irlanda, França e Espanha estão entre os primeiros no *ranking*.

No Brasil esse indicador é de 86 p.p. (pontos percentuais), ficando abaixo, no *ranking*, da Argentina, que possui 89 p.p. e do Uruguai, que tem 89% dos estudantes matriculados em um determinado nível escolar. Porém, nesse indicador, o Brasil supera países como o Chile, México e Cuba, o que, segundo especialistas, apresenta um avanço na educação, no país, embora ainda seja necessário que muito para se atingir patamares semelhantes aos países que estão no topo do *ranking*, neste indicador.

Quando se analisa a situação da maioria absoluta dos países africanos, vê-se que os índices são os menores observados no *ranking* global. Nações como Eritréia, Mauritânia, Senegal, segundo dados do PNUD, possuem percentagens inferiores a 50 p.p. Niger, por exemplo, possui apenas 21% de matriculados em determinado nível de ensino.

Quando se analisa a participação da variável educação no cálculo do IDH, confirmam-se as conclusões feitas nos parágrafos anteriores.

Os países melhor classificados no *ranking* possuem valores positivos ligados à educação. Nações como a Noruega, Austrália, Irlanda, Holanda, Finlândia possuem na variável educação 99% ou mais da participação do cálculo bruto desta. Aliás, como se pode notar nos dados apresentados, são nações que apresentam homogeneidade na participação de cada indicador no cálculo final do IDH.

No Brasil, a educação, apresenta os resultados mais positivos em comparação às outras duas variáveis. Ocorre o mesmo na maioria dos países latinos, como Colômbia, Panamá, República Dominicana, Argentina, Chile, Uruguai, etc.

3.3 Classificação do IDH para países selecionados (2006)

Mensurando as três variáveis expostas anteriormente, chega-se ao cálculo final do IDH. A primeira posição ficou com a Noruega, nota-se que os quatro países nórdicos estão entre os 15 primeiros no *ranking*.

Tabela 13 *Ranking* do IDH 2006 para países selecionados.

	Países	IDH
1 ^o	Noruega	0,965
2 ^o	Islândia	0,960
3 ^o	Austrália	0,957
4 ^o	Irlanda	0,956
5 ^o	Suécia	0,951
6 ^o	Canadá	0,950
7 ^o	Japão	0,949
8 ^o	Estados Unidos	0,948
9 ^o	Suíça	0,947
10 ^o	Holanda	0,947
11 ^o	Finlândia	0,947
12 ^o	Luxemburgo	0,945
13 ^o	Bélgica	0,945
14 ^o	Áustria	0,944
15 ^o	Dinamarca	0,943
16 ^o	França	0,942
17 ^o	Itália	0,940
18 ^o	Reino Unido	0,940
19 ^o	Espanha	0,938
20 ^o	Nova Zelândia	0,936
21 ^o	Alemanha	0,932
22 ^o	Hong Kong	0,927
36 ^o	Argentina	0,863
38 ^o	Uruguai	0,851
43 ^o	Chile	0,859
48 ^o	Costa Rica	0,841
50 ^o	Cuba	0,826
53 ^o	México	0,821
57 ^o	Trinidad Tobago	0,809
58 ^o	Panamá	0,809
69 ^o	Brasil	0,792
70 ^o	Colômbia	0,790
81 ^o	China	0,768
82 ^o	Peru	0,767
83 ^o	Equador	0,765
91 ^o	Paraguai	0,757
118 ^o	Guatemala	0,673

Continuação tabela 13

	Países	IDH
157 ^o	Eritréia	0,454
158 ^o	Ruanda	0,450
159 ^o	Nigéria	0,448
175 ^o	Mali	0,338
176 ^o	Serra Leoa	0,335
177 ^o	Níger	0,311

Fonte: PNUD, 2006.³¹

O *ranking* do IDH, anualmente divulgado pela ONU por meio do PNUD, mostra a relação existente entre o social e o econômico, ou seja, um país pode ter um PIB elevado ou estar entre as maiores economias do mundo. No entanto, o cálculo do IDH não leva em consideração somente os aspectos econômicos ou financeiros, mas também, os aspectos sociais ligados à educação e saúde em sua variável. Assim, por exemplo, os EUA, que possui o maior PIB do mundo, com um valor em torno de US\$13 trilhões no ano de 2006, estão na oitava posição do IDH em 2006.

As causas são relacionadas à maneira de como é mensurada a referida variável, já que no IDH, o PIB bruto não é computado, mas sim a renda *per capita*, juntamente com os indicadores sociais. Entretanto, nota-se pelos dados da ONU que os primeiros 21 países do *ranking* são compostos de países pertencentes à Europa, América, Anglo-Saxônica, mais o Japão e a Nova Zelândia.

Quanto aos países da América Latina, a Argentina, na 36^a posição, é o mais bem classificado, principalmente em decorrência da participação do indicador ligado à educação, que mais contribuiu no cômputo final do IDH.

O Chile aparece em segundo entre os latinos e em 38^o lugar no *ranking* geral e, como na Argentina, a educação alavancou o índice geral. O Uruguai foi o terceiro lugar entre os latinos; e o Brasil está no 12^o lugar no *ranking* da América Latina, uma posição considerada de médio desenvolvimento humano.

3.4 Comparação do IDH em diversas regiões globais

Pelos dados divulgados, nota-se uma verdadeira discrepância entre as diversas regiões do mundo. Na Tabela 14, foi tomada como referência as regiões menos desenvolvidas do globo com o propósito de compará-las ao índice do IDH de países em desenvolvimento.

³¹<http://www.pnud.org.br/rdh/>

Tabela 14 IDH comparado, relativo a diversas regiões do mundo no ano de 2006.

	IDH	Expectativa vida ao nascer	Alfabetizados com mais 15 anos	Combinação de matrículas	Renda per capita
Estados árabes	0,680	67,3	69,9%	62%	5,680
Oeste da Ásia e Pacífico	0,760	70,8	90,7%	69%	5,872
América Latina e Caribe	0,795	72,2	90,2%	81%	7,964
Sul da Ásia	0,599	63,7	60,9%	56%	3,072
África Subsaariana	0,472	46,1	63,3%	50%	1,946
Mundo	0,741	67,3	•	67%	8,833

• Não divulgado.

Fonte: PNUD, 2006.³² http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf p.20

Nessa comparação, os países latinos e do Caribe apresentam os maiores valores nos respectivas variáveis do IDH, seguidos de perto pelo Oeste da Ásia e países do pacífico do referido continente, o que os coloca numa posição geográfica a nível regional de países com índice de médio desenvolvimento humano.

O mesmo se aplica às outras regiões, como o sul da Ásia e aos Estados árabes, sendo da mesma maneira classificados como países de médio desenvolvimento humano. Todavia, os países da África Subsaariana estão na categoria de baixo do desenvolvimento humano.

Essas discrepâncias regionais nos levam a inferir, pela observação dos dados expostos anteriormente, que o atraso e as disparidades inter-regionais nos diversos continentes fazem com que o índice mundial do IDH e seus indicadores se situem em uma posição de médio desenvolvimento humano (0,741).³²

Neste capítulo discorreremos sobre o IDH no ano de 2006. Apresentamos as diferenças existentes entre as nações bem como suas falhas, melhorias e dificuldades encontradas no período considerado.

³² Nosso objetivo foi mostrar os indicadores do IDH, sob a óptica regional. É evidente que existem exceções em uma mesma região. Por exemplo, a Argentina, com IDH de 0,863, situa-se como país de alto desenvolvimento humano, embora os países latinos e do Caribe, quando mensurados como um todo, situam-se em uma realidade inferior.

CAPÍTULO IV

4 O IDH 2007 e um breve comentário do IDH 2008

A intenção, no referido capítulo, é mostrar, comentar, comparar e entender o IDH de 2007. Como já comentado no capítulo anterior, seus dados são retroativos a dois anos de defasagem, o IDH de 2007 leva em consideração bases estatísticas de dados do ano de 2005. Além disso, apresenta-se um pequeno relato sobre a divulgação do IDH do ano de 2008. Lembrando que o IDH de 2008 traz poucas mudanças em relação aos dados verificados em 2007, já que em 2008 só foi apresentado o *ranking* e não um relatório de desenvolvimento humano como, freqüentemente, é feito todos os anos. Novamente, ressalta-se que “o corte de nossa dissertação termina com os dados do referido ano”.

Quando divulgado o índice do ano de 2007 (utilizando basicamente dados de 2005, como ano base) pela primeira vez desde que foi divulgado o primeiro relatório do IDH há 30 anos, o Brasil alcançou a pontuação mínima para figurar no *roll* dos países de alto desenvolvimento humano (0,800).

A seguir, segue a tabela do IDH 2007, referente aos primeiros países mais bem classificados, os últimos do *ranking*, países de forte expressão no cenário mundial como a Rússia e a China e a maioria dos países latinos.

Tabela 15 O IDH 2007.

	País	IDH	Expectativa de vida	Educação	PIB <i>per capita</i>
1º	Islândia	0,968	0,941	0,978	0,985
2º	Noruega	0,968	0,941	0,991	1,000
3º	Austrália	0,962	0,931	0,993	0,962
4º	Canadá	0,961	0,921	0,991	0,970
5º	Irlanda	0,959	0,890	0,993	0,994
6º	Suécia	0,956	0,935	0,978	0,965
7º	Suíça	0,955	0,938	0,946	0,981
8º	Japão	0,953	0,954	0,964	0,959
9º	Holanda	0,953	0,904	0,988	0,966
10º	França	0,952	0,919	0,982	0,954
11º	Finlândia	0,952	0,898	0,993	0,964
12º	EUA	0,951	0,881	0,971	1,000
13º	Espanha	0,949	0,925	0,987	0,935
14º	Dinamarca	0,949	0,881	0,993	0,973
15º	Áustria	0,948	0,907	0,966	0,971
16º	Reino Unido	0,946	0,900	0,970	0,969
17º	Bélgica	0,946	0,897	0,977	0,963
18º	Luxemburgo	0,944	0,891	0,942	1,000
19º	Nova Zelândia	0,943	0,931	0,993	0,922
20º	Itália	0,941	0,922	0,958	0,944
21º	Hong Kong	0,937	0,949	0,885	0,977

Continuação tabela 15

	País	IDH	Expectativa de vida	Educação	PIB <i>per capita</i>
22 ^o	Alemanha	0,935	0,902	0,953	0,949
23 ^o	Israel	0,932	0,921	0,946	0,972
24 ^o	Grécia	0,926	0,898	0,970	0,910
25 ^o	Cingapura	0,922	0,907	0,908	0,950
26 ^o	Coréia Sul	0,921	0,882	0,980	0,950
31 ^o	Barbados	0,892	0,861	0,956	0,860
38 ^o	Argentina	0,869	0,831	0,947	0,828
40 ^o	Chile	0,867	0,889	0,914	0,799
46 ^o	Uruguai	0,852	0,848	0,942	0,768
48 ^o	Costa Rica	0,846	0,891	0,876	0,772
49 ^o	Bahamas	0,845	0,789	0,875	0,870
51 ^o	Cuba	0,838	0,879	0,952	0,683
52 ^o	México	0,829	0,843	0,3863	0,781
57 ^o	Anti. Barbados	0,815	0,815	0,824	0,806
59 ^o	Trinidad e Tobago	0,814	0,815	0,824	0,806
62 ^o	Panamá	0,812	0,836	0,878	0,723
70 ^o	Brasil	0,800	0,779	0,883	0,740
74 ^o	Venezuela	0,792	0,804	0,872	0,700
75 ^o	Colômbia	0,791	0,788	0,869	0,716
79 ^o	República Dominicana	0,779	0,776	0,827	0,736
81 ^o	China	0,777	0,792	0,837	0,703
174 ^o	Niger	0,374	0,513	0,267	0,343
175 ^o	Guiné Bissau	0,374	0,374	0,421	0,353
176 ^o	Burkina Fasso	0,370	0,440	0,255	0,417
177 ^o	Serra Leoa	0,336	0,280	0,381	0,348

Fonte: PNUD, 2007. ³³

Quanto à educação, o Brasil ficou na 36^a posição, com indicadores de 87,5, quanto à longevidade ficou na 79^a posição e quanto à renda *per capita* obteve a 67^a posição.

Segundo as jornalistas Lisandra Paraguaçu e Ligia Formenti, que escreveram um artigo intitulado “Com atraso, Brasil entra no grupo de alto desenvolvimento humano” no jornal *O Estado de São Paulo* de 28/11/2007, a própria ONU trata a conquista brasileira de maneira comedida.

“É simbólico, há muito para se fazer”, afirmou Flavio Comim, especialista em desenvolvimento humano e assessor do PNUD, que prepara o relatório do IDH. ³³⁴

Segundo a matéria publicada, só o Bolsa família impulsiona o país, as políticas públicas precárias de saúde (incluindo o saneamento básico, esgoto, água potável) e de educação não melhoram significativamente a vida dos brasileiros.

O Brasil chegou ao IDH de 0,800, mas não conseguiu galgar melhores posições na comparação feita entre países. Era o 69^o em 2006 (0,792), é o 70^o em 2007, o último na linha de alto IDH.

³³ http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf. p. 20

³⁴ <http://hdr.undp.org/en/statistics/>

Segundo especialistas, chegou-se a esse estágio por conta de revisão na metodologia de cálculos dos dados, descobrindo-se que a Albânia e Arábia Saudita têm situação melhor que a brasileira.³⁵

Antes de mostrar o IDH entre países, será feita uma breve análise do caso brasileiro: o Brasil alcançou essa posição a passos lentos, avançando de forma comedida na economia (é o que apontam os dados da renda *per capita* brasileira), porém os índices sociais mantêm-se em patamares lentos.

É na comparação entre o PIB *per capita* e o IDH que a real situação social do Brasil aparece. Nesse índice, números positivos significam que o desenvolvimento social do país é maior que o desenvolvimento econômico. O número brasileiro é negativo em relação a países que o Brasil ultrapassou no *ranking*, que obtiveram resultados melhores, como Venezuela, Equador e Paraguai, conforme observado na tabela 10. “No Brasil, o desenvolvimento econômico está à frente do desenvolvimento social. É preciso crescer a renda, mas é preciso que se cresça numa velocidade maior nessas dimensões sociais”, afirma o assessor do PNUD.

Se o país melhorou nas três variáveis, é a variável econômica que tem tido mais peso no cálculo geral, principalmente depois da criação de programas de transferência de renda iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso e suplementados no segundo mandato do presidente Lula.

No ano de 2007, apenas a renda obteve crescimento real no Brasil. Saúde e educação tiveram índices melhores por conta das revisões metodológicas feitas pela ONU. O PIB *per capita* no Brasil passou de US\$8295 para US\$8402. Deste valor, US\$130 são devidos ao crescimento real, apontam especialistas.³⁶

No Índice de Pobreza Humana (IPH), em um cálculo que considera a situação de saúde, renda e educação apenas na parte mais pobre da população, o Brasil aparece em 23º lugar entre 108 países em desenvolvimento, mas quando não se leva a renda em consideração o Brasil cai seis posições no *ranking*. Resta apenas um país em que ainda há enorme taxa de população analfabeta, com problemas de saneamento básico e mortalidade infantil e materna acima do aceitável, apontam os dados.

Alguns países vizinhos do Brasil mostram um desempenho mais promissor. Por exemplo, em 2004, a faixa 20% mais rica de brasileiros ganhava 21,8 vezes mais do que o grupo dos 20% mais pobres.

³⁵<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=304102&edicao=11977&anterior=1>
http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=395911

³⁶ http://www3.fgv.br/ibrecps/CPS_infra/midia/jc1394.pdf
http://www.pnud.org.br/pobreza_des.Php?ld01=2515&lay=pde

No México, por exemplo, este índice é expressamente menor, os 20% mais ricos ganham 12,8 vezes mais que os 20% mais pobres. No Uruguai, a relação é de 10,2 vezes; no Chile, 15,7.

Segundo o economista COMIM, há muito a ser feito para que o Brasil se aproxime de países como a Argentina, que desde a década de 1980 se encontra no grupo dos países de alto desenvolvimento.

Segundo o referido especialista, que se vale de cinco indicadores para mostrar o longo caminho a percorrer, o número de mortes registradas entre mulheres durante ou depois do parto é o segundo exemplo dado, só perdendo para o câncer de mama.

No Brasil são registradas 110 mortes para cada 100 mil habitantes; na Argentina, são 77 por 100 mil; em relação às mortes durante ou depois do parto, já no México apresenta índice de 60 por 100 mil, o que representa quase a metade da realidade brasileira.³⁷

A mortalidade entre crianças com menos de cinco anos também é significativamente maior no Brasil, são 33 mortes por mil nascidos vivos. Na Argentina, são 18 por mil, no Uruguai 15 por mil – menos da metade da taxa brasileira.

Na área de saneamento, o exemplo brasileiro é pouco edificante. Em 2004, a rede de esgoto atendia a 75% da população; no Uruguai, a rede já atendia 100% da população; na Argentina, 91% com abastecimento de água, onde 96% da população têm acesso à água encanada; e no Chile, 95%, aonde esse percentual de acesso da população à água encanada chega a 100%. No Brasil este indicador é de 90% da população, o mesmo que o do Nepal, 142º colocado no *ranking*.

O que se vê na área de saúde em relação à pobreza humana, é que há muito que se fazer, considerando-se o número de mortes durante ou depois do parto, mortes de mulheres com câncer de mama, mortalidade infantil antes do cinco anos, falta de saneamento. O Brasil ainda precisa melhorar nesses quesitos, pois apresenta taxas parecidas com as de países africanos, completou o assessor da ONU.

Quando se analisa o IDH referente ao ano de 2007, nota-se a liderança da Islândia, seguido pela Noruega.

Segundo o artigo do economista URANI do Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade CIESTS, “a classificação brasileira é tão arbitrária que tem baixa capacidade de traduzir uma idéia nítida do que seja a nossa sociedade na cabeça de um cidadão mediano. Chegamos lá simplesmente pelo fato de o nosso IDH, ter atingido, segundo o PNUD, o patamar de 0,800”.

³⁷ <http://www.estadao.com.br/vidae/no, 0.htm>

URANI aponta que não se trata de um clube seleta, já que outros 69 países fazem parte dele. Dos 70 “sócios”, somos o que tem o menor IDH, ficando abaixo de Portugal (29º), Catar (35º), Argentina (38º), Chile (40º), Uruguai (46º), Costa Rica (48º), Cuba (51º), México (52º), Líbia (56º), Rússia (67º) e “até da Albânia (68º)”, diz o economista com certa “ironia”.^{37a}

O fato de o Brasil constar no *roll* de país desenvolvido em 2007, mesmo estando em último lugar dentre os considerados desenvolvidos, é um fator relevante, já que pela primeira vez o país alcançou este destaque. Todavia, mesmo sendo o Brasil a maior economia latina, fica atrás de muitos outros países da região, principalmente da Argentina, Chile, Uruguai, dentre outros.

MATTEI (2009) destaca que “o passivo social do Brasil em relação a alguns países mencionados é enorme e exigirá um esforço coletivo no sentido de resolvê-lo, o que não ocorrerá apenas com distribuição de cestas básicas e, mais recentemente, com programas direcionados de transferência de renda. Isto é importante, mas não suficiente para tirar o país da condição de nação subdesenvolvida” (ANEXO XVI p. 148).

Já o professor VIEIRA (2009) destaca que “O Brasil é muito grande e tem muitas realidades. Tem o pessoal que circula pela Oscar Freire em São Paulo e tem o oposto no sertão nordestino. Se você pegar as regiões Sul e Sudeste, seguramente elas estariam mais bem classificadas do que a maioria desses países citados. Precisamos diminuir as desigualdades regionais” (ANEXO XV p. 146).

Pelas respostas acima, nota-se que o Brasil é um país de realidades diversas, uma parte desenvolvida e outra excluída, porém a questão levantada buscou saber a opinião de especialistas sobre o motivo de o Brasil posicionar-se atrás de alguns de seus vizinhos. As questões levantadas pelos pesquisadores foram relevantes, podendo salientar, também, a profunda desigualdade que existe no território brasileiro como fator primordial desta questão, como também denotou que o Uruguai, Bahamas, Costa Rica, são países pequenos, onde o controle e a distribuição de renda são de certa forma, menos problemáticas como, no Brasil. Afirma o professor MAZZUTTI, (2009), “Com exceção do México, a lista que você sugeriu inclui apenas países pequenos. Educação de qualidade, mais barata é mais fácil de universalizar na Argentina, no Chile etc. do que no Brasil. O mesmo vale para a saúde. Dessa maneira, creio que o desafio do Brasil concerne ao avanço na qualidade da educação e saúde” (ANEXO XIV p. 143).

^{37a}http://www.temppresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3193&Itemid=117

URANI ressalta que ainda há 107 países atrás do Brasil, entre os quais estão, por exemplo, a China (81^ª) e a Índia (128^ª), o que significa que a maior parte da humanidade vive em sociedades com menor desenvolvimento humano que o nosso, e afirma que apesar de tudo, o Brasil está melhorando, mais lentamente do que gostaríamos, mas estamos melhorando, caminhando na direção correta, pelo menos desde a estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real. A renda não tem crescido muito, é verdade, ressalta o economista, “mas estamos aprendendo distribuí-la melhor”.

O economista também ressalta que a porcentagem de crianças e adolescentes que freqüentam a escola tem aumentado, bem como a escolaridade média da população adulta. Igualmente, a esperança de vida ao nascer tem evoluído e as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil têm declinado.

Pelo novo índice divulgado pela ONU, a Islândia superou a Noruega no topo do *ranking* e entre os dez primeiros lugares encontram-se sete europeus, merecendo destaque os países nórdicos, que encontram nas 15 primeiras posições.

É interessante ressaltar que em virtude de haver IDHs com a mesma pontuação, convencionou-se pelo desempate excluindo a renda *per capita*. Assim, por exemplo, no empate verificado entre Japão e Holanda, ambos na escala 0,953 de IDH, ocorre o desempate beneficiando o Japão, por este apresentar indicadores sociais, mais favoráveis.

Nota-se, pelos dados da Tabela 15, que os países com maiores índices de desenvolvimento encontram-se no continente europeu. Todavia, merecem destaque países de outros continentes que em décadas passadas viviam em um contexto socioeconômico desfavorável, mas com a introdução de planos de crescimento desenvolveram-se ao longo dos tempos e transformaram-se em grandes potências, tanto no cenário social quanto econômico. É o caso de Cingapura, que aparece na 25^ª colocação, IDH 0,922, um dos chamados “Tigres Asiáticos”, que a partir da década de 1980 evoluiu e vem evoluindo gradativamente no cenário global, apontam os dados.

Pelo que se nota, na tabela referente ao ranking do IDH 2007, as três maiores economias do planeta (EUA, Japão e Alemanha) não estão entre os cinco primeiros mais bem classificados. O melhor classificado, o Japão, encontra-se na 8^ª posição, os EUA na 11^ª posição e a Alemanha na 21^ª. O que nos faz ressaltar que nem sempre os países mais ricos do mundo são, também, os mais desenvolvidos.

Procura-se entender essa situação através de comentários de alguns especialistas na área do desenvolvimento e do crescimento e as opiniões foram importantes. Entre elas, destaca-se PIREs, (2008). “Eu acho que isso tem a ver com o fato de serem países com populações maiores, principalmente os EUA e, portanto, a difusão dos benefícios da riqueza para todos é mais complicada que em países menores, nos quais é

mais fácil administrar os problemas de miséria e de distribuição de renda” (ANEXO V, p. 122).

De acordo com NUNES, (2009), “trata-se de dimensões distintas que o IDH não capta. Mas é oportuno lembrar que até a implantação do IDH a relação hierárquica do “desenvolvimento” dos países já foi pior, quando se utilizava apenas a renda per capita! A dimensão econômica tem sempre duas faces – o lado real ou produtivo e o lado monetário ou financeiro, que não necessariamente é paralelo aos valores do social e do ambiental” (ANEXO VIII p.130).

Segundo SANTANA (2009), “são países que recebem muitos imigrantes, de forma legal ou ilegal, imigrantes da América Latina, de países do norte da África, ou decasséguis e outros orientais. A Alemanha, após a junção das duas “alemanhas”, está tentando corrigir a defasagem da antiga Alemanha comunista (oriental). A riqueza se concentra na Alemanha Ocidental. Já nos Estados Unidos, há muitos desequilíbrios internos, como por exemplo, o norte em relação ao sul. Aspectos históricos como a segregação racial constituem outro limitador. O Brasil do sul e sudeste pode ser visto como um Brasil desenvolvido, quando comparado ao Brasil do norte e nordeste” (ANEXO IX, p.133).

Pelo que se nota na visão dos pesquisadores consultados, deduzimos que o crescimento econômico, ou seja, ter um PIB elevado não indica, necessariamente, que a nação possui a riqueza uniformemente distribuída. Inclusive, países citados anteriormente de grande expressão econômica, industrial, caso dos EUA (bélica), sendo a maior potência do mundo, não indica que será o país mais desenvolvido.

Vários são os fatores que determinam esta situação. O último entrevistado destaca o problema da imigração ilegal, que indica um desafio ao desenvolvimento de tais países, principalmente dos EUA. No caso da Alemanha, citou-se, que apesar da junção das Alemanha Ocidental e Oriental, a riqueza concentra-se basicamente na primeira, portanto o governo alemão ainda possui problemas no sentido de harmonização socioeconômica.

Outro ponto a ser destacado é que são países populosos, fato que dificulta a distribuição de renda como um todo, porém, ressaltamos que até mesmo nos países citados há pobreza, como mostram as inserções dos pesquisadores acima.

Outros países merecem destaque, como o Chipre, IDH 0,903; Barbados, IDH 0,892; Kuwait, IDH 0,891; entre outros. Fazendo uma comparação entre o IDH do Brasil e do Kuwait, evidencia-se que este pequeno país do Oriente Médio, em termos territoriais, apresenta indicadores superiores aos brasileiros. A expectativa de vida ao nascer no Kuwait é de 77,3 anos, enquanto no Brasil é de 71,7 anos; também as taxas de educação do país árabe são superiores às brasileiras; mas o índice mais elástico é o relacionado à renda *per capita* dos dois países, pois no Kuwait é US\$ 26,321 e no Brasil, US\$8,401. Estes dados

demonstram que o Kuwait possui indicadores mais positivos que os observados no Brasil, em virtude do espaço territorial e populacional ser pequenos, favorecendo a adoção de políticas públicas mais voltadas ao social.

Mesmo com a chegada do Brasil ao seleto grupo de países de alto desenvolvimento, nota-se, como já vem ocorrendo nos relatórios divulgados pelo Banco Mundial há anos passados, que muitos de nossos vizinhos continuam à nossa frente, como é o caso da Argentina, do Chile, do Uruguai, de Barbados, Costa Rica, Bahamas, Cuba, México, Antígua e Barbuda, entre outros. Ainda, nosso IDH está aumentando, porém ainda há semelhanças com os da Colômbia, Venezuela, entre outros.

Com o Brasil no grupo de países desenvolvidos, procuramos compreender o que alguns especialistas pensam do assunto.

Será que pelo fato de o Brasil estar no *roll* dos países de alto desenvolvimento do IDH, poderia ser considerado um país desenvolvido?

NUNES, (2008) destaca; “estou admitindo que este questionário seja uma enquete qualitativa e não quantitativa (“pesquisa” de opinião). Assim, uma resposta fundamentada válida tem que considerar a hipótese subjacente.

Se for aceito o conceito estabelecido na fonte mencionada na pergunta, assim será na perspectiva dessa organização. Mas, existem diversas propostas conceituais do que seja o desenvolvimento, e cada uma delas está vinculada, em geral de maneira implícita, senão oculta, a uma filosofia, que se reflete em uma ideologia e na própria concepção política do grupo, que pode ser reconhecida até como “escola de pensamento”. A quem interessa que o Brasil seja considerado desenvolvido, ainda que no final da fila, apregoado justamente por aqueles que têm o maior interesse em desfilar?

Um procedimento de avaliação menos questionável é a avaliação inter-pares, muito comum na área acadêmica, e cada vez mais aplicada na comparação internacional. Acredita-se que isto, talvez venha ocorrendo porque ainda continua possibilitando manter o mito de “países desenvolvidos”, com uma hierarquização em uma escala de medida, que não se sustenta.

Além da avaliação inter-pares, é muito importante a auto-avaliação. Isto significa levar em conta a trajetória que o país vem percorrendo.

Pelas razões mencionadas, tenho defendido uma valoração multidimensional, que leve em conta dimensões comparáveis, junto com uma avaliação temporal. Nessa perspectiva, é possível que o exame de desempenho que se obtém com o gapminder³⁸

³⁸Gapminder é uma empresa sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento global sustentável e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas por uma maior utilização e conhecimento das estatísticas e outras informações sobre o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável a nível local, nacional e global.

(www.gapminder.org) possa vir a contribuir para melhor caracterizar o desenvolvimento” (ANEXO VIII p. 130).

Segundo SANTANA (2009), “para mim o Brasil é um país em desenvolvimento. Não chegou ao status de país desenvolvido, mas também já superou o estágio de país subdesenvolvido” (ANEXO IX p. 133).

Outra opinião, do professor PESSALI, (2009), “Talvez para uns 2 ou 3% da população, sim” (ANEXO XI, p.137)

A maioria dos entrevistados julga que o IDH é um índice sintético, e não é porque está no “corte” de 0,800 no *ranking* do IDH que se pode considerá-lo país desenvolvido. Compartilho a opinião final de COMIM (2008) que afirma: “O Brasil está na lista dos países de alto desenvolvimento, porém é o último da lista e “ser desenvolvido” é algo diferente de “ter alto desenvolvimento”. No último caso, essa qualificação se refere apenas à obediência de uma lista de pontos básicos. Estamos longe de ser um país desenvolvido. Por outro lado, não se deve idealizar que ser um país desenvolvido é não ter problemas. Existem muita pobreza e desigualdade nos países desenvolvidos e alguns problemas sociais bem diferentes do que temos no Brasil” (ANEXO II p. 116).

No topo da lista dos países de baixo desenvolvimento humano de 2007 está Senegal, seguido pela Eritreia, Nigéria e os outros três últimos, em ordem decrescente do IDH, são Guiné-Bissau, Burkina-Fasso e Serra Leoa. Verifica-se que todos os países nesta linha de baixo IDH são africanos, especialmente os situados no Leste.

Por meio dos dados verificados no IDH 2007, pode-se desmembrá-los e compará-los entre países, continentes, sub-regiões, etc. Neste quesito nota-se, por exemplo, que quando somados os IDH's dos países latinos tem-se o índice de 0,803, o que os coloca, como se fosse um único país, com IDH de alto desenvolvimento.

Todavia, as diferenças entre seus membros são nítidas na verificação dos índices e na classificação geral do IDH. Veja-se, por exemplo, que Barbados, o país latino melhor classificado figura na 31^o lugar, a Argentina (38^o), Chile (40^o) e Brasil (70^o), o último país de alto IDH. Entretanto, encontram-se países latinos em posição inferior no *ranking*, como o Equador (89^o), Paraguai (95^o), Guiana (97^o), Guatemala (118^o) e Haiti (146^o), o último dos latinos do *ranking*, o que mostra discrepância nos valores de seus respectivos índices.

No Haiti, a expectativa de vida é de 59,5 anos, enquanto a renda *per capita* é da ordem de US\$1,663. Com IDH 0,521, o país possui semelhanças com países africanos, como o Sudão, IDH 0,526; Quênia IDH 0,521; e de países do sul da Ásia, como o Timor Leste, IDH 0,514, classificado em 150^o lugar.

Além disso, os dados do Haiti são considerados inconsistentes pela ONU em razão da falta de metodologia de dados recentes que não são verificados pelos organismos

daquele país, levando a ONU a estimar indicadores por meio de dados regressivos, de décadas atrás.

Outro dado relevante é que o IDH dos países da África Subsaariana é o mais baixo dentre as regiões do globo (0,493), em que o IDH mundial de 2007 foi de 0,743; e, por analogia, coloca o mundo de hoje (2007) em um *status* socioeconômico de médio desenvolvimento humano.

Quando são analisados dados dos diferentes países do globo, não se pode esquecer de fazer uma análise de países que são peças centrais no cenário mundial, seja na esfera política, econômica, social ou militar, em termos populacionais ou territoriais sob a óptica quantitativa. Será feita uma breve análise de países que se classificam nesses quesitos citados anteriormente, como Rússia, China e Índia.

A Rússia, que até o final dos anos 80 sob o regime comunista, disputava a hegemonia mundial com os EUA, além de ser o país mais extenso do mundo e possuir um poder militar inquestionável, possui IDH muito próximo ao do Brasil (0,802), sendo classificada na 67ª posição nos anos de 2007, com indicadores que são o reflexo das discrepâncias de um país desigual, onde encontramos regiões como São Petersburgo e Moscou em que a qualidade de vida é superior à de regiões da parte do território russo situado na Ásia.

Essas disparidades mostram um país parecido com o Brasil, nos contrastes e nas desigualdades entre regiões, e o resultado é uma média que a coloca entre as últimas posições do grupo de países de alto desenvolvimento. Especialistas da ONU indicam que os efeitos do comunismo na transição para o capitalismo, além das múltiplas regiões diferentes que integram o mesmo território, refletem um IDH abaixo do ideal, em virtude da grandiosidade da Rússia, e o que esse país representa para o mundo.

Quanto à Índia, o segundo país mais populoso do mundo com cerca de 1 milhão de habitantes, considerada uma das economias mais emergentes do mundo e integrante do grupo de países num estágio em desenvolvimento de forma acelerada, verificam-se índices que colocam o país na 126ª posição, com expectativa de vida e renda *per capita* preocupantes.

Para a ONU, em seu relatório, a Índia, assim como a Rússia, mantém grandes disparidades socioeconômicas em sua população, o que faz que a maioria das pessoas não tenha acesso à qualidade de vida proporcionada à minoria da população.

Já a China, apesar de ser o país que mais cresce, com taxas próximas a 12%, encontra-se na 81ª posição. As razões são semelhantes às do Brasil, Rússia e Índia, ou seja, as disparidades – concentração dos benefícios nas mãos de pequena parcela da população – fazem com que estes países tenham características parecidas quanto ao mecanismo de inserção no desenvolvimento, embora sejam intrínsecas e, como afirma o

relatório da ONU, seja particular a cada país com problemas. Ainda assim, se analisados de forma genérica são países muito parecidos e requerem soluções em suas esferas peculiares, como estrutura cultural, econômica, social, militar, etc.

Por meio da última tabela observa-se, além dos valores absolutos de cada uma das três variáveis do IDH, o indicador de cada variável em uma escala de 0 a 1. Assim, por exemplo, o indicador relativo à expectativa de vida da Islândia é 0,941. Isto foi possível graças à observação do valor absoluto da expectativa de vida dessas nações que são de 81,5 anos. Logo, foi feita uma estimativa, utilizando-se técnicas de regressão estatística, a fim de comparar o indicador da Islândia e de outros países com o valor real do índice.

A liderança da Islândia em 2007, para um leigo, pode causar surpresa, então, buscou-se entender o que alguns especialistas dizem sobre esta questão.

De acordo com SANTANA, (2009), a “expressão industrial” ou econômica não é um sinônimo de desenvolvimento humano. Aliás, a indústria, a economia moderna como um todo, traz muitos impactos negativos na qualidade de vida. Daí a importância de índices como o IDH, mostrando que nem sempre PIB e Desenvolvimento Humano estão correlacionados” (ANEXO VII p. 127).

Segundo PINHEIRO, (2009), “há pelo menos dois fatores a serem observados: uma população diminuta pela qual é dividida a renda nacional e por razões diversas, tem recebido investimentos de alguns países desenvolvidos, o que fez a renda nacional crescer também de modo atípico” (ANEXO XII p. 139).

FONSECA, (2009) argumenta: “liderança em quê? IDH? Saneamento? Qualquer que seja a dimensão, a explicação pode ser simples: é uma nação pouco populosa e que possui um sistema financeiro que atrai capitais de todo o planeta. Isso possibilita a manutenção de serviços públicos de grande abrangência social, assegurando uma elevada qualidade de vida a todos os segmentos da população” (ANEXO XIII p. 141).

A posição de Islândia pode ser vista em decorrência da difusão dos recursos públicos para quase a totalidade da população. Os professores analisados acima apontam como fatores principais desta situação o fator de ser um território pequeno e pouco povoado, onde as difusões das variáveis, que são medidas pelo desenvolvimento através do IDH, são homogeneamente divididas.

Outra questão que se pode destacar é o lema do “bem estar social”, onde, tanto na Islândia, como nos países nórdicos, a questão do social, ou seja, o comprometimento governamental é amplo e difundido, estando no objetivo principal tanto no setor governamental como na coletividade geral. Fato notado no ranking do IDH, onde se vêem as primeiras posições nos países mencionados.

Assim, um país que possui altos indicadores brutos, possuirá uma taxa relativa do referido índice próximo a um, e países que possuem índices baixos possuirá um indicador relativo próximo a zero.

No último item da tabela, encontra-se uma estimativa, com base na renda *per capita* subtraída do *ranking* geral do IDH, em que se pode encontrar a posição que cada país teria. Avaliando o impacto da renda *per capita* sobre o IDH, vê-se que alguns países declinam e outros sobem de posição, quando se avalia somente a renda *per capita*.

O Brasil, por exemplo, teria sua posição diminuída no *ranking* do IDH, se fosse considerada apenas a renda *per capita* (cairia três posições), o que mostra que os outros dois indicadores possuem um impacto maior no IDH.

Observa-se agora a evolução dos países no topo e na base do ranking do IDH entre os anos de 2002 a 2006, nas tabelas a seguir.

Tabela 16 - Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no *ranking* do IDH nos anos de 2002 a 2007.

	Ano 2007	IDH
1 ^o	Noruega	0,986
2 ^o	Islândia	0,968
3 ^o	Austrália	0,962
4 ^o	Irlanda	0,959
5 ^o	Suécia	0,956
173 ^o	Guiné Bissau	0,374
174 ^o	Burkina Fasso	0,370
175 ^o	Mali	0,338
176 ^o	Serra Leoa	0,336
177 ^o	Níger	0,374
	Ano 2006	IDH
1 ^o	Noruega	0,965
2 ^o	Islândia	0,960
3 ^o	Austrália	0,957
4 ^o	Irlanda	0,956
5 ^o	Suécia	0,951
173 ^o	Guiné Bissau	0,349
174 ^o	Burkina Fasso	0,342
175 ^o	Mali	0,338
176 ^o	Serra Leoa	0,335
177 ^o	Níger	0,311
	Ano 2005	IDH
1 ^o	Noruega	0,963
2 ^o	Islândia	0,956
3 ^o	Austrália	0,955
4 ^o	Luxemburgo	0,949
5 ^o	Canadá	0,949
173 ^o	Chade	0,341
174 ^o	Mali	0,333
175 ^o	Burkina Fasso	0,317
176 ^o	Serra Leoa	0,298
177 ^o	Níger	0,281

	Ano 2004	IDH
1 ^o	Noruega	0,942
2 ^o	Suécia	0,941
3 ^o	Canadá	0,940
4 ^o	Bélgica	0,939
5 ^o	Austrália	0,939
169 ^o	Burkina Fasso	0,325
170 ^o	Moçambique	0,322
171 ^o	Burundi	0,313
172 ^o	Niger	0,277
173 ^o	Serra Leoa	0,275

	Ano 2003	IDH
1 ^o	Noruega	0,944
2 ^o	Islândia	0,942
3 ^o	Suécia	0,941
4 ^o	Austrália	0,939
5 ^o	Holanda	0,939
171 ^o	Burundi	0,337
172 ^o	Mali	0,337
173 ^o	Burkina Fasso	0,330
174 ^o	Níger	0,292
175 ^o	Serra Leoa	0,275

	Ano 2002	IDH
1 ^o	Noruega	0,942
2 ^o	Islândia	0,941
3 ^o	Canadá	0,940
4 ^o	Bélgica	0,939
5 ^o	Austrália	0,939
173 ^o	Burkina Fasso	0,325
174 ^o	Moçambique	0,322
175 ^o	Burundi	0,313
176 ^o	Niger	0,277
177 ^o	Serra Leoa	0,275

Fonte: IDH 2004 (RDH – Relatório de Desempenho Humano, 2006)³⁸.
Tabela 2006

Fonte: IDH 2003 (RDH – Relatório de Desempenho Humano, 2005)³⁹.
Tabela 2005

Fonte: IDH 2002 (RDH – Relatório de Desempenho Humano, 2004)⁴⁰.
Tabela 2004

Fonte: IDH 2001 (RDH – Relatório de Desempenho Humano, 2003)⁴¹.
Tabela 2003

Fonte: IDH 2000 (RDH – Relatório de Desempenho Humano, 2002)⁴².
Tabela 2002

³⁸ http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf

³⁹ http://hdr.undp.org/en/media/hdr05_po_HDI.pdf

⁴⁰ <http://hdr.undp.org/en/media/hdr04>

⁴¹ http://hdr.undp.org/en/media/hdr03_por_HDI.pdf

⁴² <http://hdr.undp.org/en/media/indicadores2.pdf>

Tabela 17 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1975-2000.

Lugar	País	IDH						
		1975	1980	1985	1990	1995	2000	2007
1º	Noruega	0,859	0,877	0,888	0,901	0,925	0,942	0,968
2º	Suécia	0,863	0,872	0,883	0,894	0,925	0,941	0,956
3º	Canadá	0,868	0,883	0,906	0,926	0,932	0,940	0,961
4º	Bélgica	0,844	0,861	0,875	0,896	0,927	0,939	0,946
5º	Austrália	0,844	0,861	0,873	0,888	0,927	0,939	0,962
6º	Estados Unidos	0,863	0,884	0,898	0,914	0,925	0,939	0,951
7º	Islândia	0,863	0,885	0,894	0,913	0,918	0,936	0,968
8º	Holanda	0,861	0,873	0,888	0,902	0,922	0,935	0,953
9º	Japão	0,854	0,878	0,893	0,909	0,923	0,933	0,953
10º	Finlândia	0,836	0,856	0,873	0,896	0,908	0,930	0,952
11º	Suíça	0,874	0,886	0,892	0,905	0,914	0,928	0,955
12º	França	0,848	0,863	0,875	0,897	0,914	0,928	0,952
13º	Reino Unido	0,841	0,848	0,858	0,878	0,916	0,928	0,946
14º	Dinamarca	0,868	0,876	0,883	0,891	0,907	0,926	0,949
15º	Áustria	0,840	0,854	0,867	0,890	0,909	0,926	0,948
16º	Luxemburgo	0,831	0,846	0,860	0,884	0,912	0,925	0,944
17º	Alemanha	-	0,859	0,868	0,885	0,907	0,925	0,935
18º	Irlanda	0,818	0,831	0,846	0,870	0,894	0,925	0,959
19º	Nova Zelândia	0,849	0,855	0,866	0,875	0,902	0,917	0,943
20º	Itália	0,828	0,846	0,856	0,879	0,897	0,913	0,941
34º	Argentina	0,785	0,799	0,805	0,808	0,830	0,844	0,869
38º	Chile	0,702	0,737	0,754	0,782	0,811	0,831	0,867
40º	Uruguai	0,757	0,777	0,781	0,801	0,815	0,831	0,852
41º	Bahamas	-	0,805	0,817	0,822	0,816	0,826	0,845
43º	Costa Rica	0,745	0,769	0,770	0,787	0,805	0,820	0,846
54º	México	0,689	0,734	0,752	0,761	0,774	0,796	0,829
55º	Cuba	-	-	-	-	-	0,795	0,838
73º	Brasil	0,644	0,679	0,692	0,713	0,737	0,757	0,800
169º	Burkina-Fasso	0,232	0,259	0,282	0,290	0,300	0,325	0,370
170º	Moçambique	-	0,302	0,290	0,310	0,313	0,322	0,384
171º	Burundi	0,280	0,307	0,338	0,344	0,316	0,313	0,410
172º	Niger	0,234	0,254	0,246	0,256	0,262	0,277	0,374
173º	Serra Leoa	-	-	-	-	-	-	0,336

Fonte: PNUD, 2006.⁴³ Dados baseados no PNUD disposto no site.
<http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/evolucaoidh2000.htm>

Quando se observa o quadro dos países mais bem classificados, percebe-se que houve poucas mudanças ao longo dos anos, inclusive na série retroativa das estimativas elaboradas pela ONU em parceria com o Banco Mundial, desde 1975 até o ano de 2000.

⁴³ <http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/evolucaoidh2000.htm>

Nota-se, por exemplo, que países como a Noruega e a Austrália sempre estiveram entre os cinco mais bem classificados; já, ao contrário, a supremacia do caso do baixo IDH coube aos africanos, especialmente Serra Leoa e Burkina Fasso, que sempre estiveram nas cinco últimas posições, sendo o primeiro considerado o país mais pobre da atualidade.

Analisando a última tabela referente à evolução do IDH ao longo dos anos, observa-se que houve melhora em relação aos números em todos os países. As posições dos países mantiveram alterações sutis, ou seja, os países que hoje estão no topo e os que estão na base vêm mantendo essa estrutura ao longo das décadas.

As maiores alterações são verificadas nos países de médio IDH, os chamados países emergentes ou em desenvolvimento, como o Brasil, que vem subindo de posição a cada novo relatório divulgado pela ONU.

Situação do Brasil

Tabela 18 Análise do IDH do Brasil do período de 1975 a 2005.

2007	▲	0,800
2000	▲	0,757
1995	▲	0,737
1990	▲	0,713
1985	▲	0,692
1980	▲	0,679
1975	▲	0,644

Fonte: PNUD, 2007.⁴⁴

Por meio da Tabela 22, nota-se a variação ocorrida no IDH do Brasil desde o ano de 1975 até o ano de 2005. Houve evolução no índice em todos os períodos considerados (de cinco em cinco anos) até a chegada do Brasil no topo dos países desenvolvidos.

Conforme dito anteriormente, o IDH mensurado em determinado ano é referente aos dados de dois anos anteriores, logo, o dado de 2005 coloca o Brasil como desenvolvido, conforme foi divulgado em 2007.

⁴⁴ www.scp.rs.gov.br/atlas.

4.1 - O IDH 2008

O Brasil se manteve na 70ª posição no *ranking* do IDH, registrando uma pequena melhora nas variáveis sociais que compõe os índices, passando de 0,800 para 0,807. Com isto, o país manteve-se no *roll* de alto desenvolvimento humano.

Quando se compara o Brasil com países vizinhos, nota-se que ele tem uma posição inferior à de Barbados (37ª posição). O Brasil manteve-se atrás da Ilha de Santa Lucia, nas Antilhas (66ª) e atrás da Venezuela, que passou da 74ª posição em 2007 para 61ª em 2008.

Por outro lado, países limítrofes, que tradicionalmente estão há anos à frente do Brasil, sofreram declínio em 2008. A Argentina caiu da 38ª para o 46º lugar. O Uruguai declinou uma posição, de 46º para o 47ª lugar. Todavia, o Brasil superou quatro países, Rússia, Ilhas Mauricio, Bósnia Herzegovina e Tonga.

O IDH leva em consideração dados relativos a dois anos de defasagem, ou seja, o IDH de 2008 foi baseado nos indicadores socioeconômicos de 2006.

De acordo com o PNUD, a melhora dos indicadores brasileiros está baseada nos avanços da taxa de alfabetização, que passou de 88,6% para 89,6%, aumento da expectativa de vida de homens e mulheres, que passou de 71,7 para 72 anos e do PIB *per capita*, cujo patamar esta em US\$ 8949.

Outro fator relevante nos dados de 2008 é que o Brasil não está mais na última colocação nos países de alto desenvolvimento humano. Agora existem cinco países em posição abaixo à do Brasil.

Apesar dos avanços conquistados, o PNUD destaca que muito há que ser feito para que o país ofereça melhores indicadores sociais, destacando a mortalidade infantil e materna, o saneamento e um “grau elevado” de desigualdade social. (BELCHIOR - FOLHA ONLINE, 2009).

Vale ressaltar que na divulgação do IDH de 2008 feito pelo PNUD- ONU, no dia 18/12/2008, ao contrário dos anteriores, o *ranking* foi apresentado separadamente e não como parte de um relatório de desenvolvimento humano.

No ano de 2008, o PNUD não divulgou relatório de desenvolvimento humano. A próxima edição do principal estudo da agência da ONU, em geral publicado anualmente, sairá em 2009 e abordará a migração. O relatório tende a trazer dados do IDH com indicadores de 2007. (PNUD, online, 2008).

A seguir, o ranking do IDH de 2008.

Tabela 19 – Ranking IDH 2008

Atente a seguir para o IDH 2008 em países selecionados.

Posição	Países	IDH-2008
1	Islândia	0.968
2	Noruega	0.968
3	Canadá	0.967
4	Austrália	0.965
5	Irlanda	0.960
6	Holanda	0.958
7	Suécia	0.958
8	Japão	0.956
9	Luxemburgo	0.956
10	Suíça	0.955
11	França	0.955
12	Finlândia	0.954
13	Dinamarca	0.952
14	Áustria	0.951
15	Estados Unidos	0.950
16	Espanha	0.949
17	Bélgica	0.948
18	Grécia	0.947
19	Itália	0.945
20	Nova Zelândia	0.944
21	Reino Unido	0.942
22	Hong Kong	0.942
23	Alemanha	0.940
24	Israel	0.930
25	Coréia do Sul	0.928
26	Eslovênia	0.923
27	Brunei	0.919
28	Cingapura	0.918
29	Kuait	0.912
30	Chipre	0.912
31	Emirados Árabes	0.903
32	Barein	0.902
33	Portugal	0.900
34	Rep. Tcheca	0.897
35	Malta	0.894
36	Barbados	0.889
37	Hungria	0.877

38	Polônia	0.875
39	Chile	0.874
40	Eslováquia	0.872
41	Estônia	0.871
42	Lituânia	0.869
43	Letônia	0.863
44	Croácia	0.862
45	Argentina	0.860
46	Uruguai	0.859
47	Cuba	0.855
48	Bahamas	0.854
49	Costa Rica	0.847
50	México	0.842
51	Líbia	0.840
52	Omã	0.839
53	Seychelles	0.836
54	Arábia Saudita	0.835
55	Bulgária	0.834
56	Trinidad e Tobago	0.833
57	Panamá	0.832
58	Antígua e Barbuda	0.830
59	São Cristóvão e Nevis	0.830
60	Venezuela	0.826
61	Romênia	0.825
62	Malásia	0.823
63	Montenegro	0.822
64	Sérvia	0.821
65	Santa Lúcia	0.821
66	Belarus	0.817
67	Macedônia	0.808
68	Albânia	0.807
69	Brasil	0.807
70	Cazaquistão	0.807
71	Equador	0.807
72	Rússia	0.806
73	Ilhas Maurício	0.802
74	Bósnia-Herzegóvina	0.802
75	Turquia	0,798
76	Dominica	0.797
77	Líbano	0.796

Países	IDH-2008	IDH - 2008
78	Peru	0.788
80	Colômbia	0.787
81	Tailândia	0.786
82	Ucrânia	0.786
83	Armênia	0.777
84	Irã	0.777
85	Tonga	0.774
86	Granada	0.774
87	Jamaica	0.771
88	Belize	0.771
89	Suriname	0.770
90	Jordânia	0.769
91	República Dominicana	0.768
92	S. Vicente e Granadinas	0.766
93	Geórgia	0.763
94	China	0.762
95	Tunísia	0.762
96	Samoa	0.760
97	Azerbaijão	0.758
98	Paraguai	0.752
99	Maldivas	0.749
100	Argélia	0.748
101	El Salvador	0.747
102	Filipinas	0.745
103	Fiji	0.743
104	Sri Lanka	0.742
105	Síria	0.736
106	Palestina	0.731
107	Gabão	0.729
108	Turcomenistão	0.728
109	Indonésia	0.726
110	Guiana	0.725
111	Bolívia	0.723
112	Mongólia	0.720
113	Moldova	0.719
114	Vietnã	0.718

Continuação da tabela 19		
Posição	Países	IDH - 2008
115	Guiné Equatorial	0.717
116	Egito	0.716
117	Honduras	0.714
118	Cabo Verde	0.705
119	Uzbequistão	0.701
120	Nicarágua	0.699
121	Guatemala	0.696
122	Quirguistão	0.694
123	Vanuatu	0.686
124	Tadjiquistão	0.684
125	África do Sul	0.670
126	Botswana	0.664
127	Marrocos	0.646
128	São Tomé e Príncipe	0.643
129	Namíbia	0.634
130	Congo	0.619
131	Butão	0.613
132	Índia	0.609
133	Laos	0.608
134	Ilhas Salomão	0.591
135	Mianmar	0.585
136	Camboja	0.575
137	Ilhas Comores	0.572
138	Iêmen	0.567
139	Paquistão	0.562
140	Mauritânia	0.557
141	Suazilândia	0.542
142	Gana	0.533
143	Madagascar	0.533
144	Quênia	0.532
145	Nepal	0.530
146	Sudão	0.526
147	Bangladesh	0.524
148	Haiti	0.521
149	Papua Nova Guiné	0.516
150	Camarões	0.514
151	Djibuti	0.513
152	Tanzânia	0.503

Posição	Países	IDH-2008
153	Senegal	0.502
154	Nigéria	0.499
155	Lesoto	0.496
156	Uganda	0.493
157	Angola	0.484
158	Timor-Leste	0.483
159	Togo	0.479
160	Gâmbia	0.471
161	Benin	0.459
162	Maláui	0.457
163	Zâmbia	0.453
164	Eritréia	0.442
165	Ruanda	0.435
166	Costa do Marfim	0.431
167	Guiné	0.423
168	Mali	0.391
169	Etiópia	0.389
170	Chade	0.389
171	Guiné-Bissau	0.383
172	Burundi	0.382
173	Burkina Fasso	0.372
174	Níger	0.370
175	Moçambique	0.366
176	Libéria	0.364
177	Rep. Dem. do Congo	0.361
178	Rep. Centro-Africana	0.352
179	Serra Leoa	0.329

Fonte: FOLHA ONLINE - <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u481048.shtml> (18/12/2008)

Pela tabela apresentada, a Islândia, pela segunda vez consecutiva, mantém-se na liderança seguida pela Noruega. Os EUA caíram para a 15ª posição, Alemanha declinou uma posição, passando para o 23º lugar em relação ao *ranking* de 2007, a China declinou para o 94ª lugar e o Chile se manteve na 40ª posição.

Nas últimas colocações estão novamente os países africanos, sendo Serra Leoa o último no *ranking*.

Pelos dados, nota-se que dois países sul-americanos merecem destaque no cômputo geral do *ranking*: a Venezuela governada por Hugo Chávez, que além de entrar no

seleto grupo de países de alto desenvolvimento humano, superou o Brasil, e o Equador, que pela primeira vez integra o grupo de países com elevado IDH.

Em 2008, 2 países não tiveram seus dados calculados: Taiwan e Macau, nesta situação tiveram seus dados compilados com base no IDH de 2006 (WIKIPÉDIA, 2008).

Outra mudança no IDH de 2008 foi o número de países que passou a integrar o IDH, que de 177 passou para 179 países; os novos membros são: Montenegro e Sérvia.

O PNUD informa que uma grande novidade no cálculo do IDH deste ano foi o recálculo dos PIBs internacionais, que são realizados pelo Banco Mundial e pela OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), em razão de um avançado estudo no âmbito internacional, que modificou de forma a atualizar os preços comparativos baseados no PPC em mais de 146 países. Até o ano de 2007, eram utilizados dados referentes aos preços de 1993 para efeito de comparação entre os índices dos diversos países. (PNUD, 2008).

O PNUD está fazendo vasta série de pesquisas com objetivo de mudanças para o ano de 2010, ano em que o índice completa 20 anos.

Um dos pontos mais destacados é a inclusão de variáveis de outras áreas com a possibilidade de fazê-las refletir as desigualdades internas dos países.

O modo como a renda é avaliada tem uma “limitação”, porque o que aparece é a média da renda e isso esconde desigualdades como as que temos no Brasil, afirma COMIM, 2008. Ele afirma que uma das propostas para 2010 é a inclusão de uma metodologia diferenciada para esta variável, com propósito de amenizar este viés.

Da mesma maneira, outros acadêmicos, instituições de pesquisa e governos de vários países estão apontando, através de debates e discussões no intuito de aperfeiçoar o IDH, a inclusão de dados sobre problemas ambientais; também é uma alteração possível, completa COMIM (2008).

Além disso, a forma como o IDH considera a educação pode mudar, faltam dados sobre a qualidade de ensino, já que se leva em conta a taxa combinada de matrículas e alfabetização de adultos com mais de 25 anos e do analfabetismo. Ela tende a ser ajustada através de uma nova perspectiva metodológica.

Este capítulo mostrou o IDH e suas variáveis no ano de 2007, bem como uma breve apresentação do IDH do ano de 2008. Mostramos o debate existente entre institutos que mediram o índice bem como sua problemática.

CAPÍTULO V

5. CRÍTICAS AO IDH

Ao finalizar este trabalho, percebe-se a falta de algo. Fizemos algumas indagações tais como: “será que o IDH com as variáveis que possui é um índice objetivo, não passível de críticas”? “Será que agregando novas variáveis, o índice ficaria mais bem difundido”? “Quanto à questão da posição do Brasil entre os países de alto desenvolvimento humano, será que os especialistas na área de desenvolvimento julgam o Brasil, realmente, um país desenvolvido, simplesmente através de dados sintéticos apresentados pelo PNUD?”. O objetivo do capítulo cinco é apontar críticas e ver consistências ao IDH, no sentido dele ser ou não um índice positivo na medição da análise do desenvolvimento humano. Apresentaremos dados e “vieses” de fontes metodológicas, que discordam uma das outras, em paralelo às observações de especialistas sobre a questão. Outro ponto chave do capítulo são os indicadores desagregados por etnia (raças) como fonte de medição do desenvolvimento. Finalizando, serão comentados os artigos do Professor Pochmann e do ministro Rubens Ricúpero, sobre a questão do crescimento e desenvolvimento no cenário brasileiro e sua inserção no contexto global.

Na análise do IDH foram encontrados vários pontos que geram discussões e controvérsias entre setores governamentais e especialistas.

As críticas observadas são referentes às metodologias usadas pela ONU e aos dados que são divulgados pelos países por seus referidos institutos de amostragem populacional, referentes aos dados socioeconômicos de sua população.

Todavia, existe divergência de dados entre diversos órgãos que analisam uma mesma variável. Por exemplo, no Brasil a PNAD considera a base de dados referente a 2004, em que os brasileiros têm uma esperança de vida ao nascer de 70,8 anos (homens e mulheres). Porém o IBGE, em 2005, calculou que esses índices já chegaram há 71,9 anos, sendo que a esperança de vida é a estimativa do número de anos que vão viver, em média, as pessoas nascidas em determinado ano.

O PNUD, quando divulgou os dados relativos ao IDH de 2006, utilizou os dados de 2004, ou seja, os dados mais recentes foram “camuflados” e não inseridos na análise do índice de 2006.

Inconsistências iguais a esta levam especialistas a criticar os parâmetros adotados nesses cálculos e os dados de referência que a ONU utiliza, pois há dados mais recentes em alguns países que, em certas circunstâncias, representam melhoria em alguns indicadores e que, se fossem utilizados no índice geral do IDH de 2006, fariam com que os referidos países tivessem uma posição majorada no *ranking*.

Apesar de a PNAD ser realizada pelo IBGE, tais divergências legaram inconsistências de dados do PNUD, já que o órgão internacional utiliza estatísticas dos órgãos governamentais internos dos países analisados, no caso do Brasil, utilizam referências do IBGE – PNAD.

Procurou-se entender se estas divergências de certa forma atrapalharam a análise e a divulgação do IDH no conceito da posição do Brasil no ranking.

As opiniões foram variadas, sobre uma possível camuflagem de dados pelos órgãos, dentre elas destacamos COMIM, (2008). “Não, nada foi “camuflado” Todos os IDHs são calculados com dois anos de defasagem pelo tempo o necessário para que os dados sejam calculados para todos os países. Essas medidas, que são geradas por diversos órgãos das Nações Unidas, são feitas levando-se em conta hipóteses cuja validade é internacional. Uma discrepância nos dados, devido há tempos diferentes, reflete pouca importância, pois o IDH só tem sentido quando visto em longo prazo” (ANEXO II, p.116).

Já COSTA, (2008), possui uma posição interessante, “As divergências são saudáveis, devem sempre existir, pois as metodologias são diversas. Importa que existam centros de pesquisa que estejam sempre a criticar e avaliar tais procedimentos e divulgar os resultados com transparência ao público.” (ANEXO III p.118).

FONSECA (2009) encara como: “natural, absolutamente, natural! Cada instituto de pesquisa utiliza uma metodologia própria. De outra parte, as defasagens temporais refletem as mudanças ocorridas em uma dada comunidade” (ANEXO XIII, p.141).

Pelo que se observou na opinião dos especialistas, a divergência de dados pode ser saudável, já que cada instituto utiliza uma metodologia de cálculo própria, porém, convém ressaltar que a PNAD é integrante do IBGE e que as divergências decorreram de uma base amostral diversa. No caso, a PNAD utilizou dados de 2004 e o IBGE de 2005, nos quais o Brasil melhorou no “quesito” longevidade. A captação do PNUD é que determinou esta disparidade, ou seja, o PNUD utilizou dados do PNAD do cálculo do IDH, referentes ao ano de 2004. O mesmo deveria estar disponibilizado no IDH de 2006 e os dados do IBGE de 2005, no ranking do IDH de 2007, já que há uma defasagem temporal de dois anos na obtenção de dados do IDH, ou seja, o IDH de 2007 utiliza dados de 2005 e assim sucessivamente. Todavia, esta questão parece estar mais bem identificada no problema temporal. Pensamos que os dados do IBGE de 2005 não foram utilizados, pois quando foi divulgado o ranking do IDH de 2007 já estava pronto, sendo assim, restou ao PNUD utilizar os dados de 2004 do PNAD.

Contudo, os organismos nacionais e internacionais concordam que existem grandes diferenças metodológicas no que tange a disposição de dados entre países. Há nações em que os dados mais recentes sobre indicadores sócio-econômicos são de 10 anos atrás; outros países possuem dados mais recentes; algumas nações, especialmente

alguns países africanos; não possuem dados confiáveis; e, ainda, há nações que nem apresentam dados, levando a ONU a fazer o cálculo com base em estimativas de décadas passadas, ou em analogias ou semelhanças entre países com estrutura socioeconômica similar. (RAWORTH, STEWART, 2000)

Enfocando o caso brasileiro, segundo o IBGE, houve avanços ainda não medidos na educação, a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais subiu de 88,6%, em 2004, para 88,9% em 2005. Já em relação à taxa bruta de matrículas não há números atualizados e o cálculo utilizado foi o referente ao ano de 2004, mas a tendência, segundo o Ministério da Educação, é de melhoria, como tem ocorrido nos últimos anos.⁴⁵

O novo IDH não significa que, de um dia para o outro, o Brasil ou outros países se transformarão em um paraíso social. O corte de 0,800 para muitos especialistas é arbitrário e o conceito de desenvolvimento humano é sobremaneira subjetivo. Estatísticas, em certas circunstâncias, ocultam aspectos da realidade; por exemplo, dois países com a mesma renda *per capita* podem ser completamente distintos se em um deles a elite detém a maior parte da riqueza⁴⁶.

Já em relação à renda *per capita*, graças ao incremento do PIB, o IDH sobe para exatos 0,8, no mínimo, o que é necessário para o Brasil entrar no grupo dos 63 países de alto desenvolvimento, em razão do crescimento da economia de 2006, em 3,7%. A “nota” brasileira sobe para 0,803. Se os dados de 2004 fossem revistos pela ONU, o IDH passaria de 0,792 para 0,797, o país subiria três posições e empataria com a Rússia.

O recálculo foi feito pelo economista PRATES, da Fundação João Pinheiro, utilizando dados do PNUD, do IBGE e do FMI, em estudo publicado na *Terra Magazine*.⁴⁶

Também o avanço para o seletivo grupo de países com IDH superior a 0,800 ocorreu por meio da atualização do PIB e da metodologia adotada pelo IBGE para o ano de 2005. Segundo o IBGE, descobriu-se que éramos 10,9% mais ricos do que imaginávamos.

⁴⁷

Pelas contas do FMI, a renda anual *per capita* dos brasileiros era de US\$ 8.657 em 2005, mas, com a revisão feita pelo IBGE, esse valor deve ter superado os US\$ 9.000 naquele ano.

A revisão do PIB feita pelo IBGE tem provocado polêmicas. Há quem acuse o Instituto de ter manipulado dados para mostrar uma economia mais dinâmica no Governo Lula.

⁴⁵ Notícia publicada no *site* Terra Magazine em 3/4/07, por Daniel Bramatti.

⁴⁶ <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1524447-EI6578,00.html>

⁴⁶ http://www.sep.org.br/artigo/1286_4a70b9fff98f062d406773f949842610.pdf?PHPSESSID=ccd8ab98f4ed1b92cf3909429596881a

⁴⁷ <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,OI2104696-EI6578,00.html> 2007

Segundo BRAMATTI, do Portal *Terra Magazine*, os ataques, porém, costumam vir de quem não está familiarizado com o assunto, mas para os especialistas no assunto é praticamente consensual a avaliação de que a metodologia do Instituto foi aprimorada. O IBGE também tem sido acusado de mudar o PIB de “um dia para o outro”, o que, segundo o autor já citado, não faz sentido.

Para os organizadores do IBGE, a mudança do cálculo resulta de um trabalho de anos e nunca foi segredo. O Portal *Terra Magazine* escreveu sobre o “chacoalhão estatístico” que abalaria o país mais de um mês antes do anúncio oficial do novo PIB.

Tais discrepâncias são observadas na metodologia estatística adotada por diferentes órgãos na mensuração de agregados econômicos, como é o caso do IDH e suas variáveis.

Por exemplo, o panorama econômico mundial é lançado semestralmente, mas algumas estatísticas só são atualizadas uma vez por ano, como é o caso do PIB, analisado pela ótica do PPC, cujos números são ainda de setembro de 2006, segundo o Fundo.

Conforme os dados dos economistas ROCHA FERREIRA e NORRIS, da edição da Revista do BNDES – “Visão do Desenvolvimento”, publicada pela Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE), a obra citada aponta críticas dizendo que o IDH, assim como outros indicadores sociais, possuem limitações. Um dos exemplos é não considerar as disparidades sociais entre regiões de países com grande extensão territorial e ampla heterogeneidade, como o Brasil. Por esta razão, segundo os autores, o IDH torna-se uma medida ou uma média do país pouco representativa da realidade social.

Para amenizar essas disparidades foi criado no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que apresenta as mesmas três variáveis, porém de forma ponderada, com o objetivo de adequá-lo à unidade de análise que é, nesse caso, o município e não o país.

A grande restrição é a sua periodicidade na mensuração, realizada juntamente com o censo de 10 em 10 anos. Para amenizar este problema. O SAE do BNDES criou o Índice de Desenvolvimento Social (IDS – BNDS), apurado a partir de dados da PNAD, com periodicidade anual, com o objetivo de tornar mais nítida a observação das diferenças inter-regionais verificadas no Brasil, bem como sua evolução, ao longo do tempo.

FURTADO afirma que as idéias sobre a desigualdade são de três dimensões: primeira dimensão, a setorial, diz respeito ao grau de diversificação das forças produtivas: Indústria, Agricultura e Serviço; a segunda refere-se à dimensão da riqueza e da renda, ou seja, o caráter espacial das regiões; e a terceira trata da diferenciação no interior da sociedade. (FURTADO, 2007)

Conforme COMIM, (2006), existem dificuldades de mensuração das variáveis socioeconômicas nas diferentes regiões nacionais e globais, dadas a diversidade dos indicadores, a particularidade de cada região e a metodologia usada e disponível em cada um, decorrente das singularidades existentes em determinada região. Esses são obstáculos que devem ser transpostos para que possamos ter uma media mais detalhada e próxima da realidade.⁴⁸

A pesquisa nacional de amostra por domicílios PNAD foi criada em 1967, tendo por finalidade a produção de dados para estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

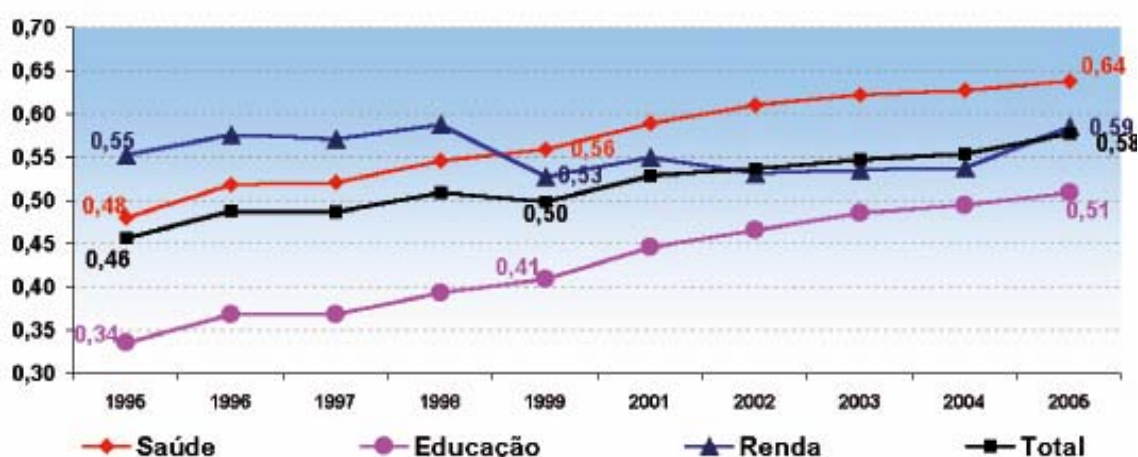


Gráfico 2 - Representação gráfica e analítica dos indicadores do IDH do Brasil, no período de 1995 a 2005. Fonte: SAE/BNDES.

A publicação do economista LEMOS da UNICAMP, no artigo “Tecno-apartheid, economia do conhecimento e educação” (Economia e Gestão das TI nº 6 julho 1999), descreve que o relatório das Nações Unidas vem dedicando-se à discussão da lógica e inter-relações do que as novas tecnologias da informação representam para o atual processo de globalização econômica.

O artigo argumenta que se as novas tecnologias de informação e comunicação transpõem barreiras geográficas, um novo distanciamento se insinua onde a exclusão social passa a ter também um conteúdo tecnológico, englobando contingentes de “desconectados” (principalmente em relação à desconexão com a Internet), marginalizados

⁴⁸ Texto comentado da *Revista do SAE* do BNDES, edição n. 29: “Visão do Desenvolvimento”.

dos benefícios da economia do conhecimento que estaria, assim, voltada principalmente para os conectados.

Um dos principais objetivos do relatório da ONU, divulgado juntamente com o IDH, é tentar elucidar o ponto de vista global, o que seria o principal problema da sociedade da informação: a criação de mundos que não dialogam um mundo dos que têm renda, educação e usufruem das vantagens que a conexão e o uso de redes tecnológicas oferecem, e um outro mundo, o dos “desconectados”, ou seja, o que o autor chama de uma espécie de “técnico-*apartheid*”, apesar da expressão não ter sido usada no relatório. (LEMOS, 1999)

O autor sugere que o tema da inclusão digital, com relação a desconectados e conectados, está intimamente correlacionada ao processo de exclusão social medido pelo IDH. Todavia, o acesso à informação e das novas tecnologias como a Internet não faz parte do índice geral do IDH.

Esse é um ponto controverso que gera debates entre especialistas da ONU e estudiosos no assunto, de que as variáveis do IDH poderiam ser ampliadas e se poderiam computar novos índices como acesso a Internet, o que contribuiria para termos um IDH que retratasse com maior fidelidade as reais condições em que uma nação se encontra em seu processo de desenvolvimento atual.

Procurou-se saber a opinião de especialistas na área sócio-desenvolvimentista sobre a questão da inclusão de novas variáveis fazer do IDH um índice mais objetivo.

Segundo VIEIRA, (2009), a inclusão de novos indicadores “tornaria o índice muito complexo. Acho que um índice de saúde mais apurado, de análise da qualidade da educação e da distribuição da renda já seria um grande avanço” (ANEXO XV p. 146). Nota-se pela resposta do pesquisador que o mesmo acredita não haver necessidade de incluir novas variáveis e sim melhorar as que já existem.

A mesma opinião possui MAZZUTTI, (2009) que destaca: “talvez sim, mas também dificultaria o cálculo e a comparabilidade, visto que exigiria toda uma padronização de como registrar tais medidas. Creio que o caminho deve realmente ser esse, mas haverá um custo a pagar” (ANEXO XIV p. 143).

Como mencionado anteriormente, os pesquisadores acima citados acreditam que tal mudança exigiria maior padronização e haveria a problematização de se buscar variáveis satisfatórias, que seriam eficientes no cálculo (FONSECA, 2009). Outro pesquisador analisado mostrou-se contra: “sou contra, como ambientalista, o uso de indicadores de consumo, de bens e serviços privados, para a avaliação do grau de desenvolvimento de uma dada comunidade. Graus elevados de consumo, no presente, podem significar esgotamento de recursos para as gerações futuras” (ANEXO XIII p. 141).

BIANCHI, (2008) acredita que “sim, se o custo de incluí-los no IDH não ultrapassar o benefício marginal obtido. Mas há medidas muito sintéticas, como esperança de vida, por exemplo, e os problemas de multicolinearidade precisam ser enfrentados de forma adequada” (ANEXO IV p. 120).

Pelo que se nota, na quase totalidade dos entrevistados, a inclusão de novas variáveis causaria maior complexidade à aferição do índice.

Pode-se afirmar que a inclusão de novas variáveis pode ser realizada, e isto ajudará em muito na melhora e na viabilidade de obter-se um índice mais favorável. Acredito sim, que existem problemas metodológicos na mensuração das mesmas. Todavia, temos pesquisadores estudiosos que são capazes de encontrar formas e modelos quantitativo-qualitativos eficientes, que, incluídos nas variáveis que já existem, poderiam obter um índice de desenvolvimento humano mais realista. Dentre estas possíveis variáveis, podem ser incluídos: acesso a estradas pavimentadas, uso de eletricidade *per capita*, acesso a meios de comunicação entre eles, linhas telefônicas (fixas e móveis) e, como estamos na era digital, o acesso à internet seria um item fundamental a ser incluído.

5.1 Os indicadores de desenvolvimento humano IDH como instrumento de mensuração de desigualdade étnica no Brasil

Segundo PAIXÃO (2000) professor do Departamento de Economia da UFRJ, o objetivo do trabalho da pesquisa neste tópico é apresentar o IDH desmembrado por etnias, com a intenção de mostrar as discrepâncias entre brancos e negros quanto aos níveis dos indicadores que compõe o IDH. (PAIXÃO, 2000. p.2-14)

Esta relação também é passível de críticas quando mensuramos o cálculo do IDH, dada à diversidade dos grupos étnicos que compõem o cenário social brasileiro e mundial.

O pesquisador constrói o indicador desagregado por rendimentos entre etnias a partir da utilização do rendimento médio família *per capita*. Uma das possíveis objeções quanto ao uso da renda familiar *per capita* para a construção do indicador de rendimento desagregado por etnia reside no fato de que aparentemente no Brasil o povo teria uma grande vocação à miscigenação, o que se manifestaria no grande número de casamentos inter-raciais. Neste sentido, tornaria improcedente o uso do rendimento médio familiar *per capita* do ponto de vista étnico.

De acordo com o estudo realizado, a taxa de isogamia, que teve como cálculo as declarações de domicílios, aponta que era de apenas 13,9%⁴⁹.

Da base de dados da PNAD, que adota como referência o ano de 1997, verificou-se, neste ano, que as médias das rendas familiares *per capita* dos chefes de família brasileiros são iguais a 2,43 SM (salário mínimo). Desagregando-se por etnias, a relação entre os rendimentos médios familiares *per capita* entre chefes de família brancos e afro-descendentes foi respectivamente de 3,25 SM a 1,37 SM.

Quanto aos dados sobre longevidade, a pesquisa proposta foi referente à esperança de vida desagregada por etnia a partir de um pequeno acordo de cooperação técnica feito entre a coordenação do projeto Atlas Afro-brasileiro e o IBGE. Os dados foram produzidos a partir da base de micro-dados da PNAD (1997) por Luis Marcelo Carvalho e analisados e concluídos pelo demógrafo CASTRO OLIVEIRA (DEISO/IBGE)⁵⁰

Os dados levantados foram produzidos por meio de uma estimativa indireta com base na taxa de mortalidade infantil das crianças de até um ano de idade. Esta técnica (técnica de sobrevivência dos filhos – variante Trussel) foi interpolada nas Tábuas do Modelo de Mortalidade de Famílias de Coale-Demeny.

Por outro lado, o tamanho da amostra do PNAD 1997 não permitiu a desagregação da esperança de vida por etnia no âmbito estadual, mas somente na esfera regional. Também não foi possível chegar à desagregação da esperança de vida por gênero nem no plano regional, apenas para o Brasil como um todo.

Segundo o IBGE, a expectativa de vida da população brasileira como um todo, no ano de 1997, chegou há 66,8 anos.

Os dados levantados pelo trabalho em questão, por desagregação por etnia no período de (1990-1997), indicaram que a esperança de vida da população afro-descendente foi de 6 anos inferior à da população branca, respectivamente 64 e 70 anos.⁵¹

⁴⁹ Envolvendo a população branca e afro-descendentes, esta última foi construída pela soma das pessoas que, tal como na classificação do IBGE, declaram-se “pretas” e “pardas”, em dado ano. A base desse estudo foi de dados relativos do PNAD de 1999.

<http://www.mundofisico.joinville.udesc.br/Enciclopedia/1464.htm>

A base desse estudo foram os dados relativos do PNAD de 1997.

⁵⁰ O IBGE colocou uma estrutura intelectual à disposição do grupo de pesquisa em questão por meio dos demógrafos do Departamento de Informação de Estatística Sociais (DEISO).

⁵¹ http://conselho.saude.gov.br/eventos/segalimentar/anexos/ApresentSE_Racial.ppt#256,1,A
desigualdade sócio econômica e racial e a situação alimentar e nutricional –urbana e rural

Quando desagregado por etnia e sexo, verifica-se que a esperança de vida de um homem afro-descendente é de 62 anos e de uma mulher é de 66 anos. No caso dos brancos, essa probabilidade entre homens sobe para 69 anos e entre mulheres para 71 anos.

Assim, mesmo a mulher biologicamente possuindo uma esperança de vida maior do que os homens, esta tendência não se verifica no plano das desigualdades raciais no Brasil, em que a esperança de vida das afro-descendentes é três anos inferiores à esperança de vida dos homens brancos. (PAIXÃO, 2000)

As razões desta diferença são diversas, podemos dividi-las em três planos: o primeiro é que a taxa de mortalidade infantil de crianças de até 1 ano de idade feita pelo método indireto é maior entre as crianças afro-brasileiras, sendo que em todo o Brasil a taxa de mortalidade infantil (por mil crianças) das crianças negras é mais de 80% maior que a taxa de mortalidade infantil das crianças brancas (53 por mil *versus* 29 por mil).

Em segundo lugar, pode-se listar o fator regional, dado que no nordeste a esperança de vida é bastante baixa, tanto para negros quanto para brancos; e, em último lugar, para além dos métodos da coleta de dados, verificou-se que o ambiente social decorrente das condições distintas de vida desses dois grupos populacionais em relação, por exemplo, à escolaridade, insegurança social e ao acesso mais favorável aos serviços urbanos tende a se projetar em uma maior esperança de vida dos brancos.

Finalmente, o terceiro índice, educação, diferentemente dos demais, é facilmente obtido por meio das estatísticas do PNAD e do IBGE. Segundo o estudo, o índice de alfabetização da população branca foi 13% superior ao da população afro-descendente, implicando dizer que a taxa de analfabetismo do primeiro grupo era igual a 9% e do segundo, 22%, ou seja, 144% maior.

Os dados desta pesquisa levam-nos a apontar as disparidades existentes entre brancos e negros, como um fator crítico na análise do IDH, o que gera críticas de especialistas quanto à uniformidade do IDH divulgado pela ONU, que não leva em consideração em seu cálculo tais discrepâncias.

5.2 Novas críticas ao IDH

Muitos acadêmicos brasileiros fazem várias críticas ao índice. Por exemplo, POCHMANN, professor da UNICAMP, diz em entrevista à *Folha de São Paulo*. (seção Cotidiano de 7/9/05), que “o índice é insuficiente para medir a complexidade do desenvolvimento humano”.

Segundo POCHMANN, em vez de repetir os resultados de 2002, fazendo uma análise dos dados no período 2002-2003, o índice de 2003 deveria ser pior do que o apontado na pesquisa anterior (SPITZ,; ZIMERMANN,; Folha On-line).

O professor indaga que a piora no desemprego, a queda na renda e o aumento gradual na taxa de juros deveriam rebaixar o índice do Brasil em 2003, ano em que o país manteve a posição 63^a alcançada em 2002.

“Esse ambiente desfavorável indicaria piora no IDH, mas ele não sofreu alteração. Os indicadores analisados por esse índice melhoraram a inércia. Desta forma, o IDH será sempre um indicador pró-governo, seja lá qual for”, afirmou.

De acordo com o professor, que criou o índice de exclusão social, junto com outros pesquisadores da UNICAMP, um índice mais adequado deveria levar em consideração a capacidade de o país programar reformas básicas, como a agrária e tributária de forma ampla, e universalizar o acesso à educação e saúde. Além disso, o índice deveria levar em consideração outras variáveis, como desemprego, violência, desigualdade de renda, entre outros. “A verdade é que há uma estabilidade na má distribuição da renda”, afirma POCHMANN.

O professor POCHMANN afirma que o índice não capta com clareza o desenvolvimento humano. Procuramos entender a afirmação do professor através de pesquisa enviada a outros catedráticos. Vejamos alguns excertos.

PIRES, (2008) afirma concordar “que o desenvolvimento humano fosse medido através de muitas outras variáveis, que deveriam ser agregadas”. Apenas para citar algumas, já mencionadas: acesso à rede de água e esgoto, à cultura, a lazer, condições de saúde, prevalência ou não de doenças evitáveis (tuberculose, malária, dengue), etc. (ANEXO V, p. 122).

MAZZUTTI, (2009) possui uma opinião relativamente diversa à de PIRES (2008): “concordo, parcialmente. Novamente saliento que essa não é a intenção do IDH. Ele é uma medida-resumo da qualidade vida. O problema de economistas que desqualificam o IDH é que acabam utilizando a renda como variável representativa da pobreza e, em alguma medida, do bem-estar” (ANEXO XIV p. 143).

Opinião interessante é a de VIEIRA. (2009) que além de comentar a pergunta em tela, fez uma crítica ao professor Pochmann. O mesmo concorda “com a idéia (mesmo tendo vindo do Pochmann, que foi um dos protagonistas de um dos mais tristes episódios de camuflagem de dados implementados pelo IPEA em toda a sua história, durante esse ano, no caso dos relatórios de inflação). Pochmann tem uma péssima mania de não gostar dos dados, quando eles não lhes convêm, mas nesse caso, ele está certo” (ANEXO XV p. 146).

Salientando o que disse os pesquisados acima, nota-se que há preocupação de incluir novas variáveis, o que minimizaria os “vieses” causados pelas três variáveis que

estão em pauta atualmente, porém existe a dificuldade de encontrar e de medir *proxis* que sejam suficientes para maximizar a utilidade do bem estar econômico e não atrapalhar as que já existem.

PIRES (2008) cita que variáveis como cultura, lazer, esportes, existência de erradicação de doenças são fatores que poderiam contribuir para obtenção de novas inclusões de dados estatísticos, convertendo-se em novas possíveis variáveis. Todavia, necessitamos encontrar fórmulas adequadas para mensurá-las.

Já o embaixador RICÚPERO, ex-secretário Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), concorda com POCHMANN e lembra que, em 2003, a política econômica do Governo Lula teve impacto violento no nível de emprego e na renda média das famílias. E, claro, diz que em qualquer país do mundo o agravamento do desemprego gera certamente mais pobreza.

Segundo os dois economistas, nos últimos oito anos houve avanços significativos nas áreas de saúde e educação no Brasil. Mas, apesar disso, o país não melhorou em termos de pobreza e muito menos em distribuição de renda.

RICUPERO diz, ainda, que o Brasil é de longe o país da América Latina que possui os gastos sociais mais elevados em relação ao PIB e, apesar disso, os resultados nessa área são comparáveis ao restante dos países latinos Americanos.⁵²

Os gastos sociais no Brasil são direcionados para as classes mais elevadas, ao invés de dar prioridade às camadas mais necessitadas. Se o Brasil corrigisse este entrave socioeconômico, não só melhoraria a pobreza, como também a distribuição de renda, afirma o embaixador.

POCHMANN afirma que a desigualdade não está relacionada apenas ao crescimento econômico e à distribuição de renda. Como se faz isso, ainda mais em um período de "financeirização" que vivemos? POCHMANN acredita que o IDH precisa ser repensado.

Neste capítulo foi apresentada críticas de analistas e especialistas na área de desenvolvimento econômico referente ao que se entende por IDH. Vimos que muitos discordam de sua metodologia como também outros criticam sua eficácia como instrumento de mensuração da qualidade de vida de uma dada população.

⁵²<http://www2.opopular.com.br/ultimas/noticia.php?cod=225377>

CONCLUSÃO

Por meio da análise realizada neste trabalho, notam-se as disparidades existentes no IDH ao longo dos tempos. Mostramos sua definição, analisamos sua metodologia de cálculo, sua ponderação; realizamos análise de cada uma das três variáveis que o compõe e do IDH como índice puro, comparando regiões brasileiras e países, no sentido de entender os problemas. A partir de tais evidências, sugerimos alternativas para que dado problema (representado por uma variável) fosse incluído na lista de prioridades nas esferas governamentais com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida, com a majoração do serviço prestado.

Por exemplo, se um país possui índices econômicos satisfatórios, porém seu nível de educação está aquém do desejado ou sofreu um declínio em relação ao último relatório divulgado pelo PNUD, mantendo seu nível de saúde estável, então, o governo desta nação deveria esforçar-se no sentido de criar políticas que diminuíssem e incentivassem a melhoria do nível educacional, já que este é o maior entrave a ser resolvido na atualidade.

Outro exemplo: quando se analisa o IDH de países latinos e observa-se que o Chile e a Argentina estão à frente do Brasil no *ranking*, o governo brasileiro deveria tentar diminuir estas discrepâncias, não por *status* externo, uma vez que o IDH não é um “campeonato de futebol”, mas por entender que são países de uma mesma região e com histórias de colonização parecidas. Assim, o Brasil, um país importante no cenário global, visto como um dos países mais em desenvolvimento da atualidade, deveria ter políticas públicas internas e externas que diminuíssem essas diferenças, e assim superar os países citados.

O Brasil ocupou a última posição no *ranking* do IDH elevado em 2007, na 70ª posição. Existem muitos países latinos à frente do Brasil no *ranking*. Entretanto, há potencial para que em médio prazo esse país possa ser não somente um gigante territorial econômico, mas também uma grande nação no quesito desenvolvimento.

Quanto ao IDH como medida do desenvolvimento, entendemo-lo como um indicador aceitável que mostra, com relativo grau de veracidade, o nível de desenvolvimento de um território, mas estruturalmente é falho, pois deixa de agregar muitos outros indicadores que poderiam dinamizar o índice geral. Podem ser citados, por exemplo, novos indicadores que poderiam fazer do IDH um índice mais preciso tais como: estradas pavimentadas; acesso à eletricidade, inclusão digital, erradicação de certas doenças como a dengue, por exemplo, e a questão dos desequilíbrios sociais e raciais em geral.

Todavia, é preciso levar em consideração as dificuldades de se obter uma ponderação efetiva, que retrate com maior clareza o peso ideal, que cada variável deveria entrar no cômputo do IDH. Este é um dos empecilhos na agregação de novos indicadores.

Há a necessidade de especialistas criarem uma metodologia satisfatória com objetivo de incluir novas variáveis no cômputo final do IDH, como por exemplo, as citadas anteriormente.

A nosso ver, o IDH traz aspectos positivos e negativos, quando se insere como instrumento de aferição do Desenvolvimento Humano. Há aspectos positivos porque o índice procura, através do seu *ranking*, mostrar as dimensões e os pontos mais críticos que uma nação necessita para criar políticas públicas adequadas com o objetivo de minimizar as discrepâncias existentes entre os indicadores econômicos e sociais internamente, entre países de uma região e também no cenário mundial. O governo pode basear-se nestas variáveis visando minimizar as desigualdades existentes em um setor específico para propor ações coordenadas com o objetivo de aumentar o acesso a determinados serviços sociais.

Assim, o IDH pode ser considerado uma base de dados útil para diminuir os vieses existentes, na medida em que através das variáveis expostas, os governantes as utilizem para melhorar o bem estar da população.

Outro item positivo do IDH é quando se nota que alguns países do Mercosul como Chile, Argentina e Uruguai possuem variáveis com índices superiores à brasileira.

O poder público, baseado nestes dados poderá adotar medidas que diminuam estas diferenças, já que a cooperação entre os países para a diminuição das desigualdades dos mesmos é o ponto fundamental para que todos tenham desenvolvimento sustentável e ambos aproveitem os frutos do progresso técnico.

O caso do Paraguai, por exemplo, um país com graves entraves socioeconômicos, dificilmente terá grandes benefícios, se persistirem as grandes desigualdades.

Políticas internas de melhorias, cooperação entre os países do Mercosul, bem como a adoção de práticas de outros países que trouxeram melhorias contínuas, deveriam ser adotadas nos países que possuem estruturas socioeconômicas mais atrasadas.

As críticas existentes quanto ao IDH ser ou não um índice positivo na verificação do desenvolvimento, traz controvérsias. Alguns especialistas acreditam que não há necessidade de inclusão de novas variáveis, já outros vêem que a junção de novos indicadores poderia diminuir o viés existente no índice, pois acreditam que o mesmo não mede com eficiência o desenvolvimento.

Muitas pessoas são consideradas alfabetizadas, porém só conseguem escrever seu próprio nome.

Não se pode considerar alfabetizada uma pessoa que precariamente sabe escrever um simples bilhete ou até mesmo seu próprio nome. Todavia, esta problemática é percebida em todos os países. Se pudéssemos entender com maior clareza o que é ser alfabetizado, redistribuindo e ponderando a variável educação, poder-se-ia obter uma variável mais clara.

CASTRO, (2009) infere que não somente a longevidade, mais as condições de saúde como um todo são fatores primordiais na análise de variável saúde. (ANEXO X,135), PESSALI, (2009) salienta os problemas advindos desta variável, citando que a esperança de vida desconsidera inúmeros fatores como a paralisia infantil, após constatar que muitos brasileiros ainda morrem em decorrência deste fator (ANEXO XI,137).

PINHEIRO, (2009) afirma que a longevidade é um índice confiável para a saúde, pois retrata uma realidade mais clara, quando comparada com a variável educação. (ANEXO XII,139)

A longevidade é a variável adequada na medição da saúde, pois quanto maior for a expectativa de vida de uma população, pode-se notar que mais recursos o país dispõe, e seus habitantes vivem com qualidade satisfatória. Por exemplo, países com elevada longevidade como a Islândia, Noruega, Dinamarca possuem baixos índices de mortalidade infantil e materna, saneamento básico, acesso à água e esgoto em níveis elevados, implicando melhor qualidade de vida. Como consequência, isto se reflete em uma maior expectativa de longevidade, diferentemente da maioria dos países africanos que possuem indicadores de saúde baixos e, conseqüentemente, baixa expectativa de vida.

PESSALLI, (2009) aponta os problemas decorrentes da não inclusão de fatores, como a inserção de doenças com indicadores dessa variável. No entanto, há um limite na formulação de se encontrar uma variável de saúde calculada para todos os países. A inclusão de outros indicadores para a variável saúde poderia ficar prejudicada em decorrência da falta de dados disponíveis. (ANEXO XI,137).

Para COMIM (2008) o IDH não necessita incorporar novas variáveis e sim melhorar a qualidade das que já existem.

Segundo PAIVA (2008), o objetivo não é a eficiência, e sim o caminho a seguir. Para BIANCHI (2008) existe a possibilidade de inclusão de novos indicadores, se o custo desta inclusão não ultrapassar o benefício marginal obtido.

Nota-se, após análise detalhada, que as opiniões são bastante diversificadas a respeito do tema discutido, mas defendemos a tese de que a inclusão de novos indicadores melhoraria sensivelmente a medição e a metodologia adotadas atualmente.

ANEXOS

ANEXO I

Questionário elaborado pelo mestrando, referente ao tema proposto, e respondido por diferentes especialistas na área.

1 – O (a) Senhor (a) acredita que o IDH com as três variáveis que atualmente o compõem retrata com clareza e precisão as reais condições de desenvolvimento em que um país se encontra?

2 – Sendo praticamente impossível medir com precisão o índice de renda *per capita* dado às disparidades entre os preços dos produtos dos diversos países, mesmo usando o critério do PPC, o (a) Senhor (a) acredita que a renda *per capita* causa um viés no cômputo final do IDH, já que o que se tem é uma estimativa, ou seja, um *proxy* desse índice?

3 – Em relação à educação, a qual é medida por meio de uma combinação da taxa de alfabetização de adultos com idade de 15 anos ou mais, que entra com peso 2/3, em conjunto com a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino, com peso de 1/3 do índice do IDH, o (a) Senhor (a) acredita que essa distribuição de pesos para essa variável é a mais adequada ou deveria ser repensada?

4 - A variável de saúde, que leva em conta a longevidade, e é medida pela esperança de vida ao nascer, retrata com clareza as condições de saúde de uma população?

5 – Em notícia publicada na agência do Estado no portal UOL, de 23/09/2007, analistas da FGV, apontam que 51,5% da população brasileira não dispõem de rede de coleta e tratamento de esgoto, sendo que esse acesso avançou de forma mínima nos últimos 14 anos ao ritmo de 1,59% a.a. Segundo esses especialistas, para reduzir metade do déficit de saneamento básico, seriam necessários 56 anos e meio, segundo cálculos da FGV. Isto não é uma incoerência? Como um país, onde mais da metade da população não tem esgoto, pode estar no rol dos países mais desenvolvidos do mundo?

6- Como o (a) Senhor (a) vê a Islândia nesse contexto? Um país de pouca expressão industrial que obteve a segunda posição em 2006 e a liderança 2007?

7 - Como o (a) Senhor (a) vê os três países com as maiores economias do mundo? EUA, Japão e Alemanha ocupam posições abaixo do seu poderio econômico. Por exemplo, em 2007, os EUA obtiveram a 11ª posição, o Japão a 8ª e a Alemanha a 21ª.

8- Como o (a) Senhor (a) vê as divergências entre dados de diversos órgãos que analisam uma mesma variável? Por exemplo, o PNAD considera base de dados referente a 2004 pela qual os brasileiros têm uma esperança de vida ao nascer de 70,8 anos, mas o IBGE, em 2005, calculou que esses índices já chegaram a 71,9 anos, ou seja, o PNUD, quando utilizou os dados relativos a 2006, utilizou os dados de 2004, ou seja, os dados mais recentes foram “camuflados” e não inseridos na análise do índice de 2006.

9 – Segundo Márcio Pochmann, em entrevista a Folha de S. Paulo em 07/09/2005, o índice é insuficiente para medir a complexidade do desenvolvimento humano. O (a) Senhor (a) concorda com a afirmação?

10 – O Brasil, apesar de figurar em 2007 com alto IDH, está atrás de alguns países sul-americanos e latinos, como Chile, Argentina, México, Barbados, Uruguai, Costa Rica, Bahamas, Cuba, entre outros. O que falta para o Brasil ser o país mais desenvolvido da América Latina, em sua opinião?

11 - A introdução de novos indicadores como a utilização da eletricidade *per capita*, números de linhas telefônicas fixas e móveis, quantidade de computadores pessoais, acesso a internet, pavimentação de estradas, emissão de CO₂ (como sendo uma punição ou rebaixamento de um país), entre outras possíveis variáveis, poderiam fazer parte do IDH, segundo especialistas da ONU. Isto poderia fazer do IDH um índice mais preciso?

12 – A ONU coloca o Brasil como um país desenvolvido. Para o (a) Senhor (a), o Brasil é um país desenvolvido?

ANEXO II

Profº Dr. FLÁVIO COMIM

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Especialista do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

1 - Para responder a sua pergunta, é preciso definir o que são as “reais condições” de desenvolvimento. O IDH foi feito para refletir as condições básicas, nas áreas de conhecimento, saúde e condições de vida. Ele não foi feito para ser um índice completo. O problema reside, especificamente, no fato dele não estar refletindo, talvez, bem essas dimensões.

2 – Essa crítica vale para todas as variáveis. No entanto, vale à pena mencionar que o trabalho que tem sido feito para a mensuração da renda, que começou de uma maneira sistemática com a criação das contas nacionais, com Richard Stone, em 1945, evoluiu muito nos dias de hoje.

3 – Os pesos não deveriam ser fixos, esse é o ponto principal. A pré-fixação de pesos continua sendo uma grande limitação do IDH.

4 - Não, de modo algum. A única limitação na formulação do IDH era encontrar uma variável de saúde calculada para todos os países do mundo. Se escolhêssemos variáveis mais sofisticadas enfrentaríamos o problema de disponibilidade de dados.

5 – O IDH não está dizendo isso. A nova posição do Brasil refere-se a condições mínimas de saúde e educação. O problema, que é difícil imaginar, é como outros países estão ainda muito piores do que o Brasil.

6- Você vê isso com muita naturalidade dentro da perspectiva do desenvolvimento humano, onde recursos são vistos apenas como “meios” para você atingir o desenvolvimento. Um nível alto de riqueza não quer dizer alto desenvolvimento humano. Depende das prioridades em termos de políticas sociais e da distribuição dos recursos de uma sociedade.

7 - Pela resposta a questão anterior.

8-. Não, nada foi “camuflado” Todos os IDHs são calculados com dois anos de defasagem pelo tempo que é necessário para que os dados sejam calculados para todos os países. Essas medidas, que são geradas por diversos órgãos das Nações Unidas, são feitas levando-se em conta hipóteses cuja validade é internacional. Uma discrepância nos dados devido a tempos diferentes é de pouca importância, pois o IDH só tem sentido quando visto no longo prazo.

9 – Sim, concordo. Mas é importante salientar que o índice nunca teve essa ambição. Ele é criticado por algo que ele nunca pretendeu ser. Desse ponto de vista a afirmação é injusta.

10 – Como eu mencionei em algumas entrevistas, o Brasil deve investir mais em cinco áreas: redução da pobreza, melhoria do saneamento, redução da mortalidade infantil, redução da mortalidade materna e redução da desigualdade. Essas diferenças entre o Brasil e seus vizinhos mais desenvolvidos já existem há 30 anos ou mais.

11 - Não. Os pesquisadores parecem não entender que há um *trade-off* entre “extensão” e “foco” na montagem dos indicadores. Para melhorar o IDH você não tem que adicionar novas dimensões, mas melhorar a qualidade das dimensões que já existem.

12 – O Brasil está na lista dos países de alto desenvolvimento, notando-se que é o último da lista e que “ser desenvolvido” é algo diferente de “ter alto desenvolvimento”. No último caso, essa qualificação se refere apenas à obediência de uma lista de pontos básicos. Estamos longe de ser um país desenvolvido. Por outro lado, não devemos idealizar que ser um país desenvolvido é não ter problemas. Existem muita pobreza e desigualdade nos países desenvolvidos e alguns problemas sociais que são tão diferentes do que temos no Brasil.

ANEXO III

PROF^a. DRA. DORA ISABEL PAIVA DA COSTA

Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Especialista em História da Família e População no Brasil.

1 - Não, de forma absoluta, mas um indicador estatístico funciona como um “farol”, pois sinaliza a situação em relação às variáveis em comparações com outros casos.

2 – Um índice estatístico tem por função em primeiro lugar a comparação, que, embora, problemática, sempre será bem vinda em termos acadêmicos e de políticas públicas. O que importa é aperfeiçoar continuamente os instrumentos de aferição do Real e apontar suas limitações.

3 – A taxa de matrícula gera discrepâncias em países onde o trabalho infantil e juvenil é significativo, como no Brasil. Por sua vez, a matrícula e a frequência em cursos universitários noturnos mostram um esforço gigante daqueles que estudam e trabalham no sentido de aperfeiçoar suas habilidades. Este esforço comportamental diferenciado não é ponderado positivamente quando comparado com outros países. Os pesos deveriam medir não a entrada de estudantes (matrícula), mas a saída (finalização daquela etapa dos estudos).

4 - As condições de saúde deveriam ser avaliadas, não pela longevidade, mas pela qualidade de vida (saúde), ou seja, em quantas pessoas faltam dentes, o grau (%) de incidência de determinadas doenças relativas a problemas sanitários, qualidade da água e do ar, etc.

5 – Concordo plenamente. Um país com este grau de problema chamado básico não poderia estar no *roll* dos mais desenvolvidos do mundo.

6 - O modelo industrial ocidental não deveria ter um peso significativo na composição de qualquer índice referente ao ser humano, mas sim a qualidade de vida das pessoas. O modelo desenvolvimentista industrial não deve ser considerado como o único caminho a ser seguido.

7-O desenvolvimento econômico não leva necessariamente ao desenvolvimento das pessoas (do ser humano)!

8- As divergências são saudáveis, devem sempre existir, pois as metodologias são diversas. Importa que existam centros de pesquisa que estejam sempre a criticar e avaliar tais procedimentos e divulgar os resultados com transparência ao público.

9 – Sim, concordo. O índice deve ser visto como uma primeira aproximação, não um fim em si mesmo. O ser humano é complexo, e é bom e saudável que as diferenças e opções diversas de vida sejam sempre bem-vindas. Se para um agrupamento humano deseja cuidar da lavoura de forma artesanal, respeitando a natureza, como uma opção de vida, por que obrigá-los a conviver com as biotecnologias?

10 – Aumentar os índices de conclusão do 2º grau, aumentar muito a participação da população em cursos universitários e profissionalizantes/técnicos, melhorar muito o sistema de saúde pública, implantar o saneamento básico em 100% das localidades do país, e incentivar a prática dos esportes em todas as faixas etárias.

11 - A questão não é a eficiência ou precisão, mas a escolha do caminho a seguir, ou seja, que tipo de país nós queremos? A escolha deverá ser pautada tendo o ser humano como centro ou a base material? Ou os dois ao mesmo tempo?

12 – Não, pelas razões apontadas na 10ª pergunta.

ANEXO IV**ANA MARIA AFONSO FERREIRA BIANCHI****Professora Titular****Pesquisadora CNPQ****Livre docente, FEA-USP****Áreas de pesquisa: Sociologia Econômica**

Especializações: Dedicar-se a pesquisas sobre temas relacionados à metodologia econômica, sociologia econômica e história do pensamento econômico. Seus artigos mais recentes, publicados em periódicos nacionais e internacionais, tratam das contribuições Prebisch e Albert Hirschman à teoria do desenvolvimento, bem como das dimensões metodológicas do conceito de racionalidade econômica.

1 – Não tenho pensado muito profundamente sobre isso nos últimos tempos, mas em princípio sim, em grandes “pinceladas” (portanto, sem muita precisão), o IDH é um bom índice para comparar países em termos do bem estar de sua população.

2 – Mas esse sempre foi um problema, e ousar dizer que nunca será diferente disso. Sempre tivemos indicadores “viesados”, a comparação entre países por renda per capita (simplesmente) tem problemas muito mais sérios.

3 - Talvez o peso da taxa de alfabetização esteja super-dimensionado, no cômputo.

4 - Sim, acho que é um indicador robusto.

5 – Não é uma incoerência, pois desenvolvimento tem várias dimensões, e acesso à rede de esgoto é apenas uma delas.

6- Sem resposta.

7 - Não acho tão problemático assim, sobretudo no caso dos Estados Unidos, onde há problemas sérios de distribuição de renda.

8 - A PNAD. A manipulação de índices para fins políticos é sempre um problema. Mas, desde que essas informações fiquem acessíveis à opinião pública, o problema diminui.

9 - É sempre possível avançar na metodologia utilizada. E é mesmo necessário. Mas não é justo atacar os índices só para defender-se de um mau resultado na imprensa internacional.

10 - Todas as coisas que o IDH mede: menor analfabetismo, mais acesso à educação em todos os níveis, melhores condições de saúde etc. Estes resultados não me surpreendem, o Brasil é um país muito desigual e tem problemas históricos de acesso da população à educação e aos serviços de saúde.

11 - Sim, se o custo de incluí-los no IDH não ultrapassar o benefício marginal obtido. Mas há medidas muito sintéticas, como esperança de vida, por exemplo, e os problemas de multicolinearidade precisam ser enfrentados de forma adequada.

12 - Sim, de um determinado ponto de vista, é. O que não quer dizer que seja um país justo, ou mesmo que esteja no caminho certo.

ANEXO V**PROF. DR. JÚLIO MANUEL PIRES**

**Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo – USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC
Especialista em História Econômica, Desenvolvimento Sócio Econômico e Economia do Trabalho.**

1 – Não concordo de forma alguma. Estas três variáveis são muito restritas para medir o desenvolvimento de um país. Condições adequadas de acesso à alimentação, cultura, lazer etc. não são consideradas. A razão principal para isso, me parece, está ligada à disponibilidade desses dados para a maioria dos países, mas, de qualquer forma, isso torna o IDH muito deficiente.

2 – Sim, sem dúvida. Mesmo utilizando o PPC essa medida da renda *per capita* é bastante questionável. Entre outras razões, há o problema das diferenças entre os custos de vida internos de um país (entre regiões), que não é considerado.

3 – Eu acho que essa ponderação até que pode ser adequada, mas a grande falha que vejo é a ausência de qualquer indicador de qualidade do ensino.

4 - Também aqui se trata de uma *proxy* com problemas, pois, por exemplo, problemas de morbidade, relacionados a doenças não letais, mas que afetam bastante a qualidade de vida do indivíduo, não são considerados.

5 – Com certeza é uma contradição evidente, pois sabemos que grande parte das doenças e qualidade de vida das pessoas está ligada ao acesso adequado a condições sanitárias, as quais, para a maioria da população brasileira, são extremamente precárias.

6- Quando eu apresento os dados de renda *per capita* dos países mais ricos do mundo e aparece a Islândia, eu não sei bem como explicar, pois, além de gelo, muito frio e da Byork, eu não conheço nada da realidade desse país, mas é realmente surpreendente.

7 - Eu acho que isso tem a ver com o fato de serem países com populações grandes, principalmente os EUA e, portanto, a difusão dos benefícios da riqueza para todos é mais complicada que países menores, nos quais é mais fácil administrar os problemas de miséria e de distribuição de renda.

8- Como a PNAD é feita também pelo IBGE, creio que o problema deve estar relacionado às diferenças na população pesquisada, ou mesmo à mudança de um ano para outro na esperança de vida. Não sei qual o critério utilizado pelo PNUD, mas não acredito que haja algum tipo de manipulação, deve haver algum critério técnico que desconheço.

9 – Concordo totalmente, para que o desenvolvimento humano fosse medido muitas outras variáveis deveriam ser agregadas. Apenas para citar algumas, já mencionadas: acesso à rede de água e esgoto, à cultura, a lazer, condições de saúde, prevalência ou não de doenças evitáveis (tuberculose, malária, dengue), etc.

10 – Acho que faltam dois elementos fundamentais:

- 1) melhorias significativas na distribuição de renda e;
- 2) aumento considerável de recursos públicos aplicados na área de educação, saúde e saneamento básico.

11 - Eu acho que ajudaria, mas estas variáveis, a meu ver, são menos importantes do que aquelas que listei acima.

12 – Discordo totalmente dessa classificação. A condição de país desenvolvido está restrita a uma parcela minoritária da população brasileira, a grande maioria dos brasileiros, principalmente crianças e adolescentes, vive em condições muito precárias em termos de saúde, educação, lazer, cultura etc., impedindo totalmente que se considere o Brasil um país desenvolvido. Isto é uma fantasia!

ANEXO VI**PROFESSOR DR. JOSÉ ELI DA VEIGA**

**Membro do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo - SP,
Especialista em Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial,
Desenvolvimento Rural e Economia Ecológica.**

1 – NÃO.

2 - Se fosse de fato uma boa medida da renda *per capita*, um eventual viés seria até aceitável. O problema é que usam o PIB *per capita*, que é uma precária medida do Produto, e não serve como medida de “nível” ou “qualidade” de vida, que é o que deveria exprimir essa dimensão. Por isso, há muito mais que “viés”. Há uma incongruência, pois uma medida concebida para ser indicador de desenvolvimento incorpora como uma de suas dimensões algo que precisa ser superado, mesmo como medida de riqueza ou de crescimento econômico.

3 – Antes de atribuir pesos, é comum que os estatísticos façam inúmeros testes para verificar até que ponto seriam aceitáveis. Imagino que tais testes tenham sido feitos antes do lançamento do IDH. E nunca vi nenhuma evidência de que seriam despropositados. Claro, quando existem mais e melhores indicadores primários para essa dimensão, certamente é possível ir mais longe. Um ótimo exemplo está no IPRS, da Fundação Seade.

4 - Acho que retrata o que é mais importante: o direito de ter uma vida longa e saudável. Por isso, a pergunta é muito vaga, pois fala genericamente de “condições de saúde”.

5 – Contradições desse tipo são inúmeras. Mas se alguém examinar as condições de saneamento dos países que têm IDH inferior ao do Brasil facilmente encontrará muitos países em que a situação é ainda mais escabrosa. Por isso, o que está errado é dizer que um país deve ser classificado “de alto desenvolvimento humano” só porque consegue a média aritmética 0,800. No mínimo tal classificação deveria exigir que um país tivesse 0,800 em cada uma das três dimensões para que fosse considerado entre os “de alto desenvolvimento”.

6- Não vejo problema, pois a concepção de desenvolvimento adotada pelo PNUD e pelos relatórios não se prende a critérios como esse de “expressão industrial”. Ao contrário, cabe perguntar como uma sociedade conseguiu atingir tão altos níveis das 3 principais dimensões do desenvolvimento sem que ao mesmo tempo tenha essa tal de “expressão industrial”. De resto, não sei qual é o critério que foi usado para dizer que a Finlândia não tem “expressão industrial”. Se tivesse sido, por exemplo, o da capacidade de inovação tecnológica, essa afirmação estaria incorreta.

7 - Isso é perfeitamente coerente com a concepção de desenvolvimento humano. A pergunta que deveria ser feita é a oposta. Quais são as razões que explicam o fato de não haver total sincronia entre “poderio econômico” e desenvolvimento humano?

8- Acho que há um equívoco básico na pergunta. Além do que ela está quase incompreensível!

9 – De fato, o IDH é um índice básico, que pretende fazer com que as pessoas comecem a entender o que é desenvolvimento e percebam o quanto é errado entendê-lo apenas como crescimento econômico. Nunca pretendeu medir a “complexidade” desse desenvolvimento. E se surgir algum índice com essa pretensão, ele não seria aplicável à esmagadora maioria dos países. *É quase o caso de lembrar que “quem não tem cão caça com gato”.*

10 - Falta muita coisa para que o Brasil venha a ser o país mais desenvolvido da América Latina. Agora, se a pergunta for: o que falta para o Brasil ter o maior IDH da América Latina, a resposta é simples: precisa revolucionar seus sistemas de educação e de saúde. Precisa aproveitar com muito mais eficiência os frutos de seu crescimento econômico.

11 - O IDH precisa ser simples para que possa estimar o desenvolvimento de quase 200 países. Quanto mais for sofisticada a alternativa proposta, menor o número de sociedades que poderão usar esse índice. Dentro de um ano, quando sair o resultado do trabalho da “Comissão Stiglitz”, surgirão dois ou três índices incomparavelmente melhores que o IDH para medir o que estamos chamando de “desenvolvimento sustentável”. A dúvida é saber para quantos países será possível calcular essa dupla ou esse trio de índices que certamente estarão mais próximos de retratar a tal “complexidade” do desenvolvimento.

12 –Não existe país que seja desenvolvido. Todas as sociedades do mundo estão em desenvolvimento. O que o PNUD está indicando é que o Brasil é um país de médio desenvolvimento, mas que acabou de ser classificado como de alto desenvolvimento pelo fato de ter alcançado a média aritmética 0,800, critério muito frouxo, fixado em 1990, que mereceria ser revisto. São os ossos do ofício.

ANEXO VII

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

Professor em Regime de Dedicção Exclusiva do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, com Pesquisa e Qualificação Profissional na Área de Geografia e Organização Humana no Espaço.

1 – Acredito que, embora sejam necessários outros elementos para “ retratar com clareza e precisão as reais condições de desenvolvimento em que um país se encontra”, o IDH é um índice interessante, e representa um esforço de retratar, pelo menos em termos gerais e de maneira sintética, a situação de um país quanto ao desenvolvimento.

Além disso, a utilização do IDH sem dúvida contribuiu para que as análises superassem a ótica exclusiva de indicadores econômicos (como PIB, renda, inflação), chamando atenção para os aspectos sociais do desenvolvimento e cumprindo um papel político importante.

2 – Realmente é uma questão relevante a ser considerada, mas creio que o uso do critério do PPC minimiza esse viés, e de qualquer modo, não invalida os méritos do IDH, como ressaltai na questão anterior.

3 – Considero adequada, embora possa ser repensada de modo a aumentar o peso das matrículas.

4 - Não com clareza, mas é uma variável importante. Para a saúde, talvez possam entrar outros indicadores, mas a dificuldade é a obtenção de dados comparáveis em nível mundial.

5 – Neste caso, estão sendo usados fontes, metodologias e parâmetros diferentes. O acesso a saneamento básico é fundamental para o desenvolvimento e certamente impacta a longevidade, mas não é o único nem o melhor indicador de desenvolvimento.

6- A “expressão industrial” ou econômica não é um sinônimo de desenvolvimento humano. Aliás, a indústria, a economia moderna como um todo, traz

muitos impactos negativos na qualidade de vida. Daí a importância de índices como o IDH, mostrando que nem sempre PIB e Desenvolvimento Humano estão correlacionados.

7 - Vejo de maneira similar ao caso da Islândia. Como na resposta anterior, PIB e Desenvolvimento Humano (indicadores sociais e qualidade de vida em geral) nem sempre possuem estreita correlação, você citou bons exemplos.

8- Creio que “divergências entre dados de diversos órgãos que analisam uma mesma variável” são normais, pois dependem de metodologia, amostra, classificação dos resultados.

Não conheço os detalhes do procedimento a ponto de saber se houve “camuflagem” dos dados. Pode ter sido simplesmente opção metodológica.

Embora seja desejável unificação, regularidade e padronização das informações, também é saudável certo nível de pluralidade e de debate sobre pesquisas de órgãos distintos, ou até no mesmo.

9 - Sim, concordo. Embora isso não invalide os méritos do IDH, como ressaltai na resposta à primeira questão.

10 – Políticas públicas (robustas e controladas socialmente) que priorizem fortemente o desenvolvimento social, especialmente Educação, Distribuição de Renda, Saúde (entendida como qualidade de vida e não mera “ausência de doenças”), nessa ordem. Evidentemente essas políticas devem ser estáveis (deve haver continuidade), planejadas, e encampadas pela população em geral.

11 - Todos esses são indicadores importantes, que contribuem para o entendimento do desenvolvimento de um país ou região ou, mas estão mais relacionados a seu nível de urbanização.

Penso que não deveriam fazer parte do IDH, pois este perderia seu caráter sintético e vinculado às dimensões humanas essenciais. Outra dificuldade seria a obtenção de dados comparáveis em nível mundial.

Dessa maneira, creio que esses indicadores poderiam ser usados de outra forma, até mesmo em outros índices, que fossem elaborados com outros objetivos e metodologia.

12 – Considero que o Brasil não é um país desenvolvido.

Evidentemente isso depende de conceitos e parâmetros do que seja “desenvolvido”. Talvez a ONU tenha usado conceitos e parâmetros muito amplos, de modo a abarcar mais países. Mas nos “meus parâmetros”, admitindo até um caráter subjetivo, o Brasil não pode ser considerado um país desenvolvido, ainda que tenha feito bastante progresso no período recente.

ANEXO VIII

BLAS ENRIQUE CABALLERO NUNEZ

Formação do Professor

possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (1973) , especialização em Economia Regional pela Universidade de São Paulo (1974) , especialização em Formação de Professores Em Educação a Distância pela Universidade Federal do Paraná (2000) e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (1980) . Atualmente é Outro (Professor Adjunto) da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Métodos Quantitativos em Economia.

1- Retratar com clareza e precisão as reais condições de desenvolvimento em que um país se encontra requer recursos além de um indicador sintético.

Essas três variáveis não captam a plenitude da dimensão econômica (lado real ou produtivo e lado monetário ou financeiro), como é muito parcial com relação ao social, e é totalmente omissa na questão ambiental.

Todavia, simplesmente ampliar o número de variáveis não é suficiente. Entendo de que a investigação de um fenômeno dessa natureza e importância requer a observância dos quatro passos da metodologia de investigação milenar para evidenciar a “verdade”:

1. O Todo;
2. As Partes;
3. A Relação entre as partes;
4. O todo com a relação entre as partes.

2 - R. Uma mensuração mais adequada da renda per capita não seria praticamente impossível, e o PPC já é um ligeiro avanço nesse sentido. O viés está no uso de um índice sintético que utilize pesos, ao invés de indicadores múltiplos.

3 - R. O que é válido para o índice sintético (resposta da pergunta 2), vale também para cada uma das suas partes.

4 - É claro que não. O que é válido para o índice sintético (resposta da pergunta 2), vale também para cada uma das suas partes.

5 - O Brasil possui muitos brasis. Uma leitura desse tipo só se explica quando se utiliza um índice sintético para fazer de conta que está se medindo um valor

multidimensional como o desenvolvimento humano. Ainda mais se for acrescentar a perspectiva sócio ambiental ou da ecos-sócio-economia.

Com a devida ressalva, seria até mais válido comparar esses países com os estados que integram o Brasil.

6 - Em nome do que se pode pretender comparar alhos com bugalhos, ou o toucinho com a velocidade? Embora seja um princípio básico que só se pode comparar fenômenos ou dimensões comparáveis entre si, ainda continua sendo dado valor a essas hierarquizações hipócritas. Decerto deve haver um motivo pelo qual se misturam as mais diversas características, em total contradição com os princípios da metodologia científica.

7 - Trata-se de dimensões distintas que o IDH não capta. Mas é oportuno lembrar que até a implantação do IDH a relação hierárquica do “desenvolvimento” dos países já foi pior quando se utilizava apenas a renda per capita!!!

A dimensão econômica tem sempre duas faces – o lado real ou produtivo e o lado monetário ou financeiro, que não necessariamente é paralelo com os valores do social e do ambiental.

8 - Uma afirmação como essa precisa ser bem fundamentada, pois é possível existir limitações de várias naturezas que não necessariamente impliquem má-fé. Uma recomendação básica na investigação aplicada é não se fixar apenas em um único ano, considerando a média móvel, a tendência ou outros procedimentos que evitem ou diluam eventuais limitações pontuais dos dados.

9 - O IDH seguramente poderá ser insuficiente para medir a complexidade do desenvolvimento humano, conforme os conceitos apresentados por diversos organismos, entre eles o IPEA (onde se encontra atualmente o SR POCHMAN) e tantos outros.

10 - essa comparação não é plenamente válida, pois se trata de dimensões totalmente distintas. O Brasil possui uma geografia e uma história própria que não é plenamente comparável com a maioria dos países mencionados, o que pode explicar, mas não justificar, diversos resultados. Como se trata da maior economia e finanças da América Latina, e com um grande capital ambiental que representa desafios e oportunidades, a grande falta certamente está na parte social, em diversos aspectos, com exceções.

11 - Acrescentar mais variáveis para obter um índice sintético continuará apresentando as limitações atuais. Assim é necessário lidar com indicadores múltiplos,

auxiliados com recursos, que seja facilmente percebido por um leigo. Uma possibilidade são os resultados facilmente alcançados com o uso do “trendalyzer” disponibilizado pelo gapminder (www.gapminder.org)

12 - Estou admitindo que este questionário seja uma enquete qualitativa e não quantitativa (“pesquisa”de opinião). Assim, uma resposta fundamentada válida tem que considerar a hipótese subjacente.

Se for aceito o conceito estabelecido na fonte mencionada na pergunta, assim será na perspectiva dessa organização. Mas, existem diversas propostas conceituais do que seja o desenvolvimento, e cada uma delas está vinculada, em geral de maneira implícita, senão oculta, a uma filosofia, que se reflete em uma ideologia e na própria concepção política do grupo, que pode ser reconhecida até como “escola de pensamento”. A quem interessa que o Brasil seja considerado desenvolvido, ainda que no final da fila, apregoado justamente por aqueles que têm o maior interesse em desfilar?

Um procedimento de avaliação menos questionável é a avaliação inter-pares, muito comum na área acadêmica, e cada vez mais aplicada na comparação internacional. Acredito que isto talvez venha ocorrendo porque ainda continua possibilitando manter o mito de “países desenvolvidos”, com uma hierarquização em uma escala de medida que não se sustenta.

Além da avaliação inter-pares, onde possa ser comparado algo comparável, é muito importante a auto-avaliação. Isto significa levar em conta a trajetória que o país vem percorrendo.

Pelas razões mencionadas tenho defendido uma valoração multidimensional que leve em conta dimensões comparáveis junto com uma avaliação temporal. Nessa perspectiva, é possível que o exame de desempenho que se obtém com o gapminder (www.gapminder.org) possa vir a contribuir para melhor caracterizar o desenvolvimento.

ANEXO IX**PROF. LUIZ VAMBERTO SANTANA****Formação do Professor**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (1970), especialização em Análise Econômica da Pesquisa Agropecuária pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da Organização dos Estados Americanos-OEA (1971), mestrado em Administração Pública, área de Planejamento Governamental pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1979) e Doutorado em Economia e Política Florestal pela Universidade Federal do Paraná (1998). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento, Análise Conjuntural e Política Econômica e Planejamento.

1 – Não, não retrata. Mas é um indicador mais eficiente que o antigamente mais utilizado, que era tão-somente a renda *per capita*.

2 – Não é só a renda *per capita*. Todos os componentes do IDH não têm o dom de 100% de precisão. A teoria estatística é que permite que a partir de dados parciais se possa fazer a extrapolação para um universo.

3 – Nesse momento, é a mais adequada. Até porque a definição deve levar em consideração critérios disponíveis e mensurados por uma média de países até mesmo para permitir a comparação de indicadores de países.

4 - Também tem limitações. Mas é melhor esta que nenhuma. Dentro das limitações existentes, é o possível.

5 - O Brasil está no rol dos 10 países com maior PIB no mundo. Mas não está entre os 20 ou 30 mais desenvolvidos, e que além de uma elevada renda *per capita* anual, tem um conjunto de outros indicadores melhores que os do Brasil.

6- A Islândia dispõe de um conjunto de dados que sinalizam um desenvolvimento muito superior ao do Brasil: diversos indicadores de infra-estrutura: transportes, telecomunicações, escolas, hospitais, etc., qualidade de vida, alfabetização, nível universitário, expectativa de vida, etc. Ela não se preocupa com a dengue nem com

malária, ou febre aftosa. O Brasil ainda tem que percorrer “muito chão” até chegar a uma qualidade de vida como a da Irlanda.

7 - São países que recebem muitos imigrantes, de forma legal ou ilegal, imigrantes da América Latina, de países do norte da África, ou decasséguis e outros orientais. A Alemanha, após a junção das duas “alemanhas” está tentando corrigir a defasagem da antiga Alemanha comunista (oriental). A riqueza se concentra na Alemanha Ocidental; nos Estados Unidos, há muitos desequilíbrios internos, o norte em relação ao sul. Aspectos históricos como a segregação racial foi outro limitador. O Brasil do sul e sudeste pode ser visto como um Brasil desenvolvido quando comparado ao Brasil do norte e nordeste.

8- Não vejo essa diferença como importante ou preocupante. A tendência é a mesma.

9 – A complexidade do desenvolvimento humano requer um conjunto de dados e informações que não estimulam ninguém a ir atrás deles. O que se tem permite fazer o que é possível.

10 – Um maior IDH não é o que faz um país mais ou menos rico ou desenvolvido. A Argentina hoje vive do passado. O Brasil está tentando melhorar o seu futuro, pois o passado foi pobre. O Brasil dispõe de uma série de outros indicadores que permitem uma melhor expectativa em relação ao seu futuro: estoque de divisas, controle da dívida externa, taxa de inflação, potencial produtivo, e tantos outros.

11 - Ajudaria sim. E além desses muitos, outros mais.

12 - Para mim o Brasil é um país em desenvolvimento. Não chegou ao status de país desenvolvido, mas também já superou o estágio de país subdesenvolvido.

ANEXO X**PROF. DEMIAN CASTRO**
Formação do Professor

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1976), especialização em Reformas econômicas y gestión pública estratégica pelo Instituto Latinoamericano y Del Caribe de Planificación Económica y Social (1994), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1980) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico. Atua principalmente nos seguintes temas: setor público; federalismo; políticas de desenvolvimento.

1 – Não.

2 – Causa sim, porém creio que para os propósitos do IDH, ranquear/comparar fotografias de países, atende os objetivos.

3 – A questão da educação e sua avaliação certamente é mais complexa, muitas vezes o indivíduo alfabetizado não sabe muito mais do que assinar e atravessar a rua. Novamente, mudança de pesos, eventuais ajustes não nos aproximam da realidade educacional. Lembrar que para melhorar nosso posicionamento nos índices/ Banco Mundial, governos passados tornaram a passagem pelo ensino fundamental num mero ritual.

4 - Repito condições de saúde/mal-estar social são multiplamente determinadas extrapolando o valor dessas fotografias.

5 – Concordo, o Katrina aconteceu na potência planetária. Qual o conceito de desenvolvimento?

6 - Adoro a Bjork e os esquimós, talvez eles consumam mais Ômega que os outros países ditos industriais.

7 - Desenvolvimento econômico não equivale a desenvolvimento social, muito menos em regimes capitalistas.

8 – Manipulação falta de coordenação interesse em escalar posições... Por isso creio que não se deve sobre valorizar índices.

9 – Concordo.

10 – Creio que falta um projeto nacional, generosidade e vergonha na cara. O Brasil tolerou muito mais do que ninguém, por muito tempo, a brutal concentração da renda e desigualdade social.

11 - Pode ser, porém mais variáveis mais complexidades e problemas metodológicos...

12 – Uma coisa são processos específicos de desenvolvimento capitalista e outra são conceitos que pretendem quantificar bem-estar social.

ANEXO XI
PROF. HUÁSCAR FILHO PESSALI
Formação do Professor

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1994), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1998) e doutorado em Economia pela University of Hertfordshire, Inglaterra (2003).

Atualmente é professor Adjunto e coordenador da graduação em Economia da Universidade Federal do Paraná. É também o editor da Revista de Economia. Vem desenvolvendo trabalhos nas seguintes áreas: organização econômica, economia institucional, economia dos custos de transação, metodologia e retórica da economia.

1 – Um índice ponderado simplifica a análise e a formação de um ranking, mas não pode nos eximir de analisar cada um dos indicadores disponíveis e fazer as associações, correlações e causalidades possíveis, por mais complexas que possam ser. Ou seja, o IDH é um indicador – um estudo sério pode começar por ele, nunca terminar nele.

2 – As distorções da mensuração do IDH são muitas – essa é apenas uma. A expectativa de vida também é uma estimativa...

3 – Este indicador é talvez o mais seriamente distorcido pela Lei do Goodhart – “once a social or economic indicator or other surrogate measure is made a target for the purpose of conducting social or economic policy, then it will lose the information content that would qualify it to play such a role”. No Brasil, durante o governo FHC, isto até causou a redefinição do que oficialmente se considera ser uma pessoa alfabetizada. Neste âmbito, a questão do peso me parece até menos essencial.

4 - Além de ser uma estimativa com muitos problemas, a questão da esperança de vida ao nascer desconsidera vários fatores, como, por exemplo, as causas de morte. Exemplo: como falar que temos desenvolvimento humano ao saber que erradicamos a paralisia infantil (que mataria 0,02% da população ou menos) e todos estes 0,02% mais uns 2% (100 vezes mais) morrem 15 anos depois – antes de começarem sua vida madura e produtiva propriamente dita – no trânsito e nas guerras do tráfico?

5 – Sua pergunta já faz a devida crítica!

6- Sinto-me incapacitado para comentar. Não conheço a Islândia ou mesmo vários de seus indicadores socioeconômicos. Seria imprudente e incoerente de minha parte comentar apenas com base no IDH.

7 - Tal constatação não traz uma incoerência, necessariamente, com respeito ao que se consegue medir no IDH (que é sem dúvida bastante incompleto e com vieses múltiplos). Em economia muitos chamariam isto de “custos do crescimento econômico” – maus hábitos alimentares da sociedade pós-industrial, aumento do estresse, banalização de certos custos de transação (excesso de disputas legais e acesso à saúde mais restrito), entre outros.

8- Parece que temos mais um caso da Lei de Goodhart em operação!

9 – Creio que a resposta já foi dada acima.

10 – Essa é a questão de um trilhão de dólares! Confesso que precisaria de muito mais tempo e espaço para sistematizar o que penso a respeito. Desculpe.

11 - Não creio. Estamos tentando criar um índice único para resumir nossas angústias e deficiências. Nada substitui a análise detalhada e cuidadosa de cada indicador, incluindo os limites de sua capacidade de dizer alguma coisa para um propósito específico.

12 – Talvez para uns 2 ou 3% da população, sim.

ANEXO XII

JAIR PINHEIRO

Possui doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é efetivo da Universidade Estadual Paulista Campus Marília. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, terceiro setor e neoliberalismo, questão habitacional, ideologia; sujeito, propina, administração, estado e políticas públicas.

1 – Não.

2 – Acredito que sim, mesmo porque a renda é um dado de difícil aferição.

3 – Creio que sim, mesmo porque a taxa de alfabetização, ainda que alta, não serve como indicador de qualidade de vida num mundo que cada vez mais exige instrução mais elevada.

4 - Sem dúvida, a longevidade é um índice mais confiável para a saúde que a alfabetização para a educação.

5 – De certo modo, essa pergunta já contém a resposta, ou seja, as variáveis apuradas estão centradas no indivíduo e não nas condições de vida dele. Além disso, é preciso observar também a distância que separa os países de IDH elevado.

6- Há pelo menos dois fatores a serem observados: uma população diminuta pela qual é dividida a renda nacional e por razões diversas, tem recebido investimentos de alguns países desenvolvidos, o que fez a renda nacional crescer também de modo atípico.

7 - Isto não é surpreendente se considerarmos dois fatores: a relação população/renda nacional e que crescimento econômico não tem como consequência necessária distribuição de renda, como apregoam os liberais; muito ao contrário, o crescimento da economia pode ser acompanhado de uma queda ou estagnação da qualidade de vida para a maioria da população.

8- Não sei, é preciso conhecer as razões dessa opção metodológica para saber se é um erro ou um acerto.

9 – O que respondi até aqui confirma isso; mas não é sensato oferecer uma alternativa sem um estudo apurado.

10 – As duas áreas que marcam a diferença entre o Brasil e esses países são educação e renda, ou seja, é preciso melhorar a educação e distribuir melhor a renda nacional.

11 - Como disse acima, uma alternativa requer um estudo apurado, por isso não tenho como responder essa questão.

12 – Não.

ANEXO XIII
SÉRGIO AZEVEDO FONSECA

Sergio Azevedo Fonseca concluiu o doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo em 2000. Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Publicou 6 artigos em periódicos especializados e 62 trabalhos em anais de eventos. Possui 4 capítulos de livros publicados e 22 itens de produção técnica. Participou de 14 eventos no Brasil. Orientou 12 trabalhos de iniciação científica e 50 trabalhos de conclusão de curso na área de Administração. Recebeu 7 prêmios e/ou homenagens. Entre 1998 e 2004, coordenou 9 projetos de pesquisa. Atualmente participa de 2 projetos de pesquisa, sendo que coordena 1 destes. Atua na área de Administração, com ênfase em Políticas Para o Desenvolvimento Local. Em suas atividades profissionais interagiu com 41 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. Em seu currículo Lattes os termos mais freqüentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Incubadoras de empresas, Desenvolvimento local, Inovação na micro e pequena empresa, Cooperação universidade-empresa-sociedade, Transferência de Tecnologia, Apoio às micro e pequenas empresas, Cooperação empresa-universidade, Extensão universitária, Inovação tecnológica e Cooperação Universidade-Empresa.

1 - Não. Ele reflete apenas o que o próprio nome diz, mesmo assim apenas parcialmente: o "Desenvolvimento Humano". Para se avaliar o grau de desenvolvimento de uma comunidade (inclusive nacional) é necessário levar em conta as dimensões da sustentabilidade dessa comunidade - econômica, social, ambiental, cultural e político-institucional.

2 - É pior do que isso. A renda per capita é, como o próprio nome diz, uma média. Ou seja, ela não capta as disparidades sociais decorrentes dos padrões desiguais de apropriação e de distribuição da renda. No Brasil, existem municípios com rendas per capita elevadas e padrões sociais de vida extremamente precária.

3 - Não disponho de referenciais técnicos para opinar a respeito dessa distribuição. O que posso sugerir é que essa ponderação deveria ser objeto de ajustes particulares em função dos perfis particulares de cada nação e região.

4 - Evidentemente que não. De que vale uma nação, como os Estados Unidos, na qual a longevidade deve ser (não disponho dos dados) relativamente elevada, porém com uma população obesa e sofrendo de outros tipos de enfermidades endêmicas, resultantes de um estilo de vida pautado no consumismo desenfreado?

5 - De onde tirou que o Brasil está entre os mais desenvolvidos do mundo? Posso sintetizar a tua angústia em uma constatação: há a necessidade, premente, de se conceber um novo indicador para avaliar o padrão de desenvolvimento de uma comunidade, que leve em conta as dimensões da sustentabilidade. Claro está que, na estruturação desse novo indicador, o alcance, a profundidade e a qualidade do saneamento básico compareceriam como variáveis relevantes.

6 - Liderança em quê? IDH? Saneamento? Qualquer que seja a dimensão, a explicação pode ser simples: é uma nação pouco populosa e que possui um sistema financeiro que atrai capitais de todo o planeta. Isso possibilita a manutenção de serviços públicos de grande abrangência social, assegurando uma elevada qualidade de vida a todos os segmentos da população.

7 - A tua pergunta não está bem formulada. De todo modo, as minhas respostas anteriores são suficientes para oferecer luzes para esta. Agora, acho estranho que a Alemanha esteja abaixo dos Estados Unidos! Como, no entanto, desconheço as composições dos índices de cada um dos 3 países, fica difícil opinar.

8- Natural absolutamente natural! Cada instituto de pesquisa utiliza uma metodologia própria. De outra parte, as defasagens temporais refletem as mudanças ocorridas em uma dada comunidade.

9 - Sim, e as minhas respostas anteriores já contêm as justificativas.

10 - Distribuição de renda, políticas públicas, cuidados ambientais...

11 - Sou contra, como ambientalista, o uso de indicadores de consumo, de bens e serviços privados, para a avaliação do grau de desenvolvimento de uma dada comunidade. Graus elevados de consumo no presente podem significar esgotamento de recursos para as gerações futuras.

12 - Não, pelas razões que já apontei.

ANEXO XIV

CAIO CÍCERO DE TOLEDO PIZA DA COSTA MAZZUTTI

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000) e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professor assistente da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Qualidade de Vida (NPQV/Mackenzie) e do Centro de Estudos em Micro finanças da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (Cemf/FGV-SP). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia das Micro finanças, Indicadores de Pobreza e Avaliação de Políticas de Bem-Estar.

1 – Acredito que essas variáveis retratam apenas parcialmente o desenvolvimento humano. Contudo, índices compostos por muitas dimensões podem ser difíceis de replicar e, eventualmente, compreender.

2 – A variável que representa a renda é realmente problemática, mas é problemática para todo mundo, ou seja, na média, os erros embutidos nessa medida devem se cancelar. Além disso, o peso que representa no IDH é de apenas um terço. Não obstante, vejo com bons olhos a tentativa de minimizar o papel desempenhado pela renda na medida de desenvolvimento humano, já que ela é *meio* e não *fim*.

3 – Indicadores de desigualdade, pobreza e bem-estar são sempre suscetíveis a esse tipo de questionamento. Deve-se ter em mente que o exercício de construir um indicador sintético de bem-estar (ou qualidade de vida) é fundamentalmente normativo. Que pesos atribuir? Como agregar as dimensões? Que dimensões considerar? São apenas alguns exemplos dos problemas envolvidos nesse exercício. Nesse sentido, tem-se como alternativa a análise de componentes principais, onde os pesos atribuídos às variáveis que compõem cada dimensão são provenientes de um procedimento estatístico denominado *análise fatorial*.

Indo um pouco além da pergunta, talvez o maior problema com o índice de educação resida no fato de que tal medida é muito sensível ao aspecto quantitativo da educação. Na verdade, ele não informa nada sobre a qualidade da educação. Assim, penso que há espaço para avanços no refinamento dessa medida.

4 – Aqui, realmente, a questão é mais delicada. Há algumas tentativas de modificar esse indicador com a inclusão de outras variáveis, como a mortalidade infantil, a gravidez na adolescência, o número de leitos por habitante etc. Creio que aqui há espaço para avanços semelhantes àqueles listados para o caso da educação.

5 – De fato, o Brasil tem inúmeros desafios e esse é um deles. O outro seria a desigualdade de renda, que também é deixada de fora do IDH. Seja como for, o IDH deve ser considerado como uma medida sintética de bem-estar e não como um retrato fidedigno da vida dos brasileiros. Ademais, o IDH é uma medida baseada em médias e, como você bem sabe, a média é um péssimo indicador quando a distribuição é muito desigual.

6 - Prefiro não opinar, pois não conheço as peculiaridades desse país.

7 - Não se deve confundir pujança econômica com desenvolvimento humano. As duas coisas podem estar correlacionadas, mas a correlação não é perfeita; isto é, produtividade e tecnologia têm impactos no crescimento e possivelmente nos indicadores que compõem o IDH, mas isso não é uma regra. A forma como se dá o crescimento é de extrema importância. Hoje, há uma literatura crescente sobre a qualidade do crescimento e isso foi uma resposta a questões como essa que você levantou. Veja o caso do Brasil. O período de 1967 a 1973 ficou conhecido como *milagre econômico*, mas o que se verificou foi um crescimento nos setores mais intensivos em capital e mão-de-obra qualificada. O resultado foi uma piora na distribuição de renda.

Nos últimos 7 anos observa-se um padrão muito diferente. Desde 2001, a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini vem caindo linearmente, ainda que o crescimento médio do período tenha sido baixo.

8- Deve-se lembrar que a PNAD de 2004 foi a campo em 2003 e que a pesquisa é amostral, ainda que representativa. Não tenho conhecimento da amostra usada pelo IBGE em 2005, mas um pequeno desvio sempre pode acontecer, sobretudo se o índice estiver registrando crescimento ano após ano.

9 – Concordo em partes. Novamente saliento que essa não é a intenção do IDH. Ele é uma medida-resumo da qualidade vida. O problema de economistas que desqualificam o IDH é que acabam utilizando a renda como variável representativa da pobreza e, em alguma medida, do bem-estar.

10 – Com exceção do México, a lista que você sugeriu inclui apenas países pequenos. Educação de qualidade é mais barata e fácil de universalizar na Argentina, no

Chile etc. do que no Brasil. O mesmo vale para a saúde. Dessa maneira, creio que o desafio do Brasil concerne ao avanço na qualidade da educação e saúde.

11 - Talvez sim, mas também dificultaria o cálculo e a comparabilidade, visto que exigiria toda uma padronização de como registrar tais medidas. Creio que o caminho deve realmente ser esse, mas haverá um custo a pagar.

12 – O Brasil avançou muito nos últimos 10 anos, mas ainda há muito a fazer. Algumas variáveis que você não mencionou, mas que são fundamentais para entender o desenvolvimento são as *instituições*. Regras cívicas de conduta, respeito à propriedade alheia são variáveis cruciais para pensar o desenvolvimento econômico. Nessa área o Brasil é muito deficitário e vai levar um bom tempo para o quadro mudar.

ANEXO XV
JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2000), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2002) e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2007). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná, Professor Adjunto da Universidade Positivo e Professor Adjunto das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. Tem experiência na área de Economia, Análise Financeira e Metodologia da Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: Keynes, economia, inflação e retórica.

1 – Não. Não retrata as realidades internas e, muito menos, as externas.

2 – Mesmo que a renda *per capita* pudesse ser calculada de forma a retratar com clareza as diferentes realidades de renda, esse critério ainda não conseguiria captar algumas particularidades. Primeiro: essa renda *per capita* se encontra bem distribuída? Segundo: os hábitos de consumo da população e a qualidade de vida foram levados em conta? A primeira pergunta se auto-explica. Mas, com relação à segunda, quero dizer: numa cidade pequena, é preciso dinheiro para transporte? Isto é, numa cidade grande, ter dinheiro para comprar um carro é sinônimo de riqueza. Numa cidade pequena onde as pessoas andam a pé ou de bicicleta, não se precisa de tanto dinheiro para viver.

3 – Eu entendo a lógica com que esses pesos foram distribuídos. Mas, realmente, isso acaba prejudicando aqueles países cujo esforço na alfabetização é mais recente. Mas, a longo prazo, não vejo problema. A idéia básica é mostrar para o mundo se o país já tem mão-de-obra qualificada à disposição (*ready*) e não apenas as suas condições futuras.

4 - Somente num olhar muito rápido é que parece que a lógica se inverte com relação ao que se passa na educação. O fato aqui é aplicar algoritmos baseados no estágio conhecido da ciência e da qualidade de vida para planejar o futuro. Se o utilizássemos para qualquer outro estágio da vida, teríamos a influência do passado nas expectativas. Parece que esse dado não serve para a maioria das pessoas, pois de fato elas já estão sob a influência de eventos passados. Mas, para um planejador, isso é útil para medir as

necessidades da previdência no futuro e também para planejar escolas, hospitais e faculdades para todos.

5 – Para você ver que não é preciso muita coisa para ser desenvolvido. E se você olhar as realidades das grandes cidades verá que mesmo nos centros urbanos a política de saneamento é uma catástrofe. Mas é a política habitacional como um todo que é problemática (o saneamento é parte dela)

6- As maiores contradições no sistema capitalista emergem principalmente nos países industriais. Veja que Cuba também não se sai mal quando comparada com seus similares latinos. É claro que o investimento de longo prazo na educação fez a diferença nesse caso (Islândia).

7 - Fruto da exclusão social e do afastamento do Estado nessas economias.

8- Eu lamento profundamente esses episódios que nos fazem lembrar que ainda se planta banana por aqui

9 – Eu concordo com a idéia (mesmo tendo vindo do POCHMANN que foi um dos protagonistas de um dos mais tristes episódios de camuflagem de dados implementados pelo IPEA em toda a sua história, durante esse ano, no caso dos relatórios de inflação). Pochmann tem uma péssima mania de não gostar dos dados quando eles não lhes convêm, mas nesse caso (nesse caso) ele está certo.

10 – O Brasil é muito grande e tem muitas realidades. Tem o pessoal que circula pela Oscar Freire em São Paulo e tem o oposto no sertão nordestino. Se você pegar as regiões sul e sudeste, seguramente elas estariam mais bem classificadas do que a maioria desses países que você citou. Precisamos diminuir as desigualdades regionais.

11 - Tornaria o índice muito complexo. Acho que um índice de saúde mais apurado, de análise da qualidade da educação e da distribuição da renda já seria um grande avanço.

12 – Parte dele (e partes de partes dentro dele). O Brasil tem bairros desenvolvidos em cidades em desenvolvimento. Mas como país, eu não concordaria.

ANEXO XVI**LAURO FRANCISCO MATTEI**

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1985; Especialização em Políticas Públicas pela Universidade do Texas (EUA) e Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Atualmente é professor adjunto dos cursos de graduação e de pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia do Trabalho, Economia Agrária e Economia Catarinense, atuando nos seguintes temas: desenvolvimento econômico, transformações no mundo do trabalho, políticas públicas, desenvolvimento rural, agricultura familiar.

1 – Inicialmente devemos reconhecer que a criação do IDH foi um grande avanço na compreensão das distintas dimensões que envolvem os processos de desenvolvimento. No entanto, é claro que hoje temos condições de acrescentar outros indicadores que também poderiam ser usados para medir o desenvolvimento humano. Por exemplo, neste índice não tem nada relativo ao tema da demografia, que é paradoxal atualmente nos debates sobre desenvolvimento.

2 – O quesito renda per capita tem uma proporcionalidade dentro do índice que é ponderada pelos demais quesitos. Obviamente que a renda é um dos quesitos mais difíceis, em quaisquer circunstâncias, para se mensurar com precisão. Veja as justificativas nos diferentes trabalhos do prof. Hoffmann. Mas no caso específico do IDH não vejo que essa mencionada falta de precisão ocasionaria grandes distorções no resultado final do índice.

3 – Não seria o caso apenas dos pesos, mas no quesito educação seria melhor incorporar novos indicadores, especialmente de desempenho. Por exemplo, o quesito não trata nada em relação à evasão escolar; ao processo de aprendizagem, a evolução do aluno de acordo com sua faixa etária, etc. etc.

4 - Da mesma forma que na questão anterior, o quesito saúde é muito restrito em termos de indicadores considerados. Por exemplo, condições de saúde preventivas quanto curativas estão praticamente ausentes entre os indicadores que compõem o quesito.

5 – Mas isto depende do peso atribuído a este indicador dentro do quesito geral (me parece saúde). Obviamente que isto requereria uma melhor abordagem de um tema em que o país apresenta carências astronômicas, como é o caso do saneamento básico.

6- Por ser um país pequeno e com um histórico social menos grave que outras regiões, é perfeitamente possível se obter estes resultados.

7 - Acontece que nestes países, onde mais de 2/3 da população estão incorporados aos mercados, os problemas sociais nem sempre estiveram na ordem do dia. Mas as crises econômicas, anteriores e a atual, revelam que neles também existe uma parcela da população vivendo em condições precárias, o que faz o índice geral não ser dos melhores.

8- Em primeiro lugar, a formulação da questão acima me pareceu meio confusa. A PNAD é uma amostra expandida dos Censos Demográficos que são realizados a cada 10 anos. Neste intervalo, o IBGE faz seus ajustes, o que pode indicar alguns erros amostrais, sobretudo quando o período de afastamento da base é maior, ou seja, na PNAD de 2009 o erro amostral poderá ser maior tendo em vista que a base expandida deriva do CD de 2000. Assim, quanto maior o distanciamento da base, maior a probabilidade de o erro amostral crescer.

Agora, quanto ao PNUD, desconheço a metodologia utilizada em termos das bases de dados.

9 – Em parte concordo com a afirmação do colega MÁRCIO POCHMANN e as razões encontram-se em algumas respostas anteriores.

10 – Veja bem, o passivo social do Brasil em relação a alguns países mencionados é enorme e exigirá um esforço coletivo no sentido de resolvê-lo, o que não ocorrerá apenas com distribuição de cestas básicas e, mais recentemente, com programas direcionados de transferência de renda. Isto é importante, mas não suficiente para tirar o país da condição de nação subdesenvolvida.

11 - Com certeza, mas é preciso ter clareza o que efetivamente se quer medir. Quando isto está claro, as variáveis necessárias a cada quesito que irá compor o índice geral aparecerão imediatamente.

12 – O Brasil continua uma nação subdesenvolvida, mesmo que alguns queiram falsear a realidade. Imagine só um país em que quase 40 milhões de pessoas continuam na condição de indigentes (isto significa ao redor de 25% da população total) ser considerado desenvolvido.

Na verdade, o que precisa se debater é que este é um país altamente desigual, onde parte de sua população pode ser considerada desenvolvida enquanto parcela importante sobrevive às piores condições que caracterizam o subdesenvolvimento.

ANEXO XVII**NOEMIA RAMOS VIEIRA**

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1984), Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Presidente Prudente (2007). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Teorias da Instrução, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, metodologia do ensino de geografia, geografia crítica, didática da geografia e formação de professores. Durante 19 anos foi professora de Geografia da rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. Atualmente exerce a função de professora substituta na UNESP - Campus de Marília, ministrando as disciplinas Geografia da Natureza no curso de licenciatura em Ciências Sociais e Geografia do Mundo Contemporâneo no Curso de Relações Internacionais e também na UNESP - Campus Experimental de Ourinhos, ministrando a disciplina Estágio Supervisionado em Geografia - Regência Atualmente é Avaliadora de Cursos de Graduação do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior- junto ao MEC.

1 – Não

2 – Sim

3 – É a mais adequada

4 - Sim

5 – Sim, (economicamente e não socialmente).

6 - Em minha opinião, a baixa densidade demográfica, o baixo número de crianças contribui muito para isso e pelo que se sabe a Islândia possui um estado bastante presente no bem-estar social - o país não adotou políticas, neoliberais.

7 - Pelo que sei, esses países possuem uma política de Estado pouco voltada para o bem-estar social (políticas neoliberais). Políticas de Estados se confundem com políticas econômicas. O que se tem com isso é um crescimento econômico e não um desenvolvimento socioeconômico

8- O IBGE é antes de tudo um órgão que serve o governo. Assim os dados poderão ser manipulados segundo interesses estatais(pode ser uma das muitas explicações)

9 – Não

10 – Políticas mais voltadas para “o social “(políticas que visem resultados qualitativos e não meramente quantitativos)

11 - Sim

12 – Não, o que temos visto é um crescimento econômico e não um desenvolvimento.(opinião própria)

REFERÊNCIAS I

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial. O Estado num Mundo em Transformação**. Banco Mundial, 1997.

BELCHIOR, L. **Brasil permanece no 70º lugar no ranking do IDH, mas é superado por Venezuela. Folha Online de 18/12/2008** – disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha.shtml>
Acessado em: 15/04/2009

BIBLIOGRAFIA DE INTEGRAÇÃO LATINA AMERICANA. Disponível em:
<<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/java/bdados.htm>>. Acessado em 05/04/2008.

Brasil mostra que só crescimento não gera desenvolvimento, aponta estudo da ONU - Relatório avalia indicadores brasileiros e afirma que só emprego de qualidade transforma expansão econômica em bem-estar social. Disponível em:
http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3033&lay=pde.
Acessado em 15/09/07

Brasil na lista do alto desenvolvimento O Brasil chegou a um IDH 0,800, mas não conseguiu subir na comparação entre países. Era o 69º em 2006 (0,792); agora, é 70º. 28/11/2007

Disponível em:
<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=304102&edicao=11977&anterior=1>
Acessado em: 27/03/2008

Brasil entra para o clube do alto desenvolvimento humano. 27/09/2007 Disponível em:
http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid86385,0.htm
Acessado em 30/09/2007

BONENTE, B.I.; CORREA, H.F. **Sobre o Discurso do Desenvolvimento Econômico e o Desenvolvimento do Discurso Econômico**. Disponível em:
http://www.sep.org.br/artigo/1286_4a70b9fff98f062d406773f949842610.pdf?PHPSESSID=ccd8ab98f4ed1b92cf3909429596881a Acessado em: 30/09/2008

BRAMATTI, D. Revista Terra Magazine.
Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1524447-EI6578,00.html>
Acessado em: 04/09/2008

Bresser Pereira, L.C. - **IDH, CONCENTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. Artigo publicado no Jornal “FOLHA DE SÃO PAULO”, em 12 de setembro de 2005.

BUREAU DE CENSO DOS ESTADOS UNIDOS. **US Census Bureau**. United States: Departamento of. Commerce. Disponível em: <<http://www.census.gov>>. Acessado em 14/09/2007.

CARMO, R.L.; HOGAN, D.J. **O Desenvolvimento Humano 1995 - Informe sobre desarrollo humano 1995**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1995, p. 255

CAVACO, Cármen (2007). **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Complexidade e novas actividades profissionais**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 2, pp. 21-34. Consultado em: 13/05/2008 em <http://sisifo.fpce.ul.pt> - <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=9&p=23> 08/09/2008

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO,A. **Pobreza exige soluções mais criativas** 06/09/2007 disponível em: <http://ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=noticia&IDnoticia=90453&IDidioma=1>
Acessado em: 30/10/2007

CENTRO BRASILEIRO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDO DA BACIA DO PRATA – CEDEP. Disponível em: <<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/>>. Acessado em: 14/07/2007

CELOTTO, R. **nota de conjuntura: perspectivas de continuidade do crescimento expressivo observado em 2007**. Disponível em: http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2008/3_bif330.pdf
Acessado em 02/03/2008

COMIM, F. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=1339&entrevistasAnterioresPage=8> acessado em 27/06/2008

COMIM, F. **'Brasil enfatiza economia e esquece social'** Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/entrevistas/index.php?id01=2515&lay=pde - acessado em 27/10/2008

COMIM, F. **Especial ONU 3: A desigualdade social no Brasil. 2006**
<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=43954>

COMIM.F. Entrevista. **A construção de indicadores amplos, como o Índice de Desenvolvimento Humano ou as Metas do Milênio possibilita comparabilidade internacional, oferecem uma grande fonte de motivação doméstica e servem de guia para ajuda internacional, em particular para países mais pobres**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&tipo=entrevista&edicao=33> -

COMIM, F. **O Estado de São Paulo Disponível em:**
http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=395911 – Acessado em 15/ 11/2008

COMIM,F. PNUD divulga na quinta feira novos números do IDH. Ranking do Índice do Desenvolvimento Humano será formado por indicadores de 2006 sobre renda, educação e expectativa de vida. Disponível em:
http://www.pnud.org.br/pobreza_des.php?id01=3130&lay=pde

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON. **O Futuro G-13: um novo pensamento mundial - Parte 1** - Galvão Júnior, P. e Luna Barbosa R.
Disponível em:
http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=557&Itemid=99.
Acessado em: 02-02-07

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado em 13/09/2007.

ESTATISTICA DESCRITIVA

Disponível em : <http://estatisticax.blogspot.com/2007/11/curva-de-lorenz-e-coeficiente-de-gini.html>
Acessado em : 24/08/08

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1975 – 2000

Disponível em:
<http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/evolucaoidh2000.htm>
Acessado em: 09/10/2007

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – FUNDAÇÃO SEADE.
Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acessado em: 12/12/2007

FREITAN, N. ARTIGO: **EQUIDADE & DESENVOLVIMENTO, 2005**

FURTADO, C. **Cadernos do Desenvolvimentos** 3, RJ, julho de 2007 ano 2, nº.03

GALVÃO, P. BARBOSA, R.L. Artigo - **O Futuro G-13: um novo pensamento mundial - Parte 1** – 2007.

GLOBO ONLINE. **Economistas criticam fórmula para cálculo do IDH da ONU.**
08/09/2005 09:00 - ECONOMIA

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatísticas para Economistas.** São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1980.

HOFFMANN, R. **Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos.**
Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004) p.81

IDH

Le développement humain dans la Caraïbe : des progrès fragiles ?

L'indice de développement humain tient compte d'autres facteurs que le revenu par habitant. Il donne un classement différent de celui qui ordonne les pays selon le PIB. Mais il est très dépendant de la prise en compte des hauts niveaux de revenu dans le mode de calcul.

Disponível em :

http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=fr&u=http://www.insee.fr/fr/insee_regions/Guyane/publi/AE65_art04.htm&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3Datkinsons%2BIDH%26hl%3Dpt-BR%26lr%3Dlang_pt%26sa%3DX

acessado em : 23/09/2008

IBGE. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas-Regionais/1985-a-2004/>>. Acesso em: 12/9/2007.

IDH DOS ESTADOS BRASILEIROS – WIKIPÉDIA -

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH

IDH LONGEVIDADE DOS ESTADOS BRASILEIROS - PNUD, 2005. Disponível No Endereço Eletrônico :

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Longevidade -

Acessado em: 07/05/2008

IDH – EDUCAÇÃO DOS ESTADOS BRASILEIROS – PNUD 2005

Disponível em;

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Educa.C3.A7.C3.A3o

- Acessado em: 07/05/2008

IDH - RENDA PER CAPITA DOS ESTADOS BRASILEIROS – PNUD 2005

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_IDH#IDH_Renda

Acessado em: 05/05/2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=185&id_pagina=1. Acessado em: 04/02/2008

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS – IPEA – pág. 39 – 54 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0988.pdf - acessado em: 14-10-07

IPEA, PNDU, IBGE, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desenvolvimento humano e condições de vida**. Indicadores brasileiros. Brasília, 1998.

JORNAL: O POPULAR (On-line). **Economistas criticam fórmula para cálculo do IDH da ONU**. Goiânia, 27 nov. 2007.

LEMOS, P. **Tecno-apartheid, economia do conhecimento e educação** – 1999

MAPAS SITE DE WIKIPÉDIA (ENCICLOPÉDIA LIVRE)

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano#Situa.C3.A7.C3.A3o_do_Brasil Acessado em: 05/07/2007

MARQUES, R.M.; NAKATANI,P. **O Governo Lula: Estagnação e aprofundamento da subordinação financeira. 22/05/2006**

MERCADANTE A. **Federação Única dos Petroleiros – Artigo. O Mal do Avestruz**, disponível em:

<http://www.fup.org.br/artigos.php?id=137>
Acessado em 22/09/2007

MONTEIRO,M.A. **A Matemática do Índice de Desenvolvimento Humano IDH**. p.31 2007

Secretaria de Assuntos Econômicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social- SAE-BNDES. Disponível em:

http://www.bndespar.gov.br/conhecimento/visao/visao_livro2.pdf - Acessado em: 13/04/2007.

SPITZ, Clarice; ZIMERMANN, Patrícia. Brasil é oitavo país em desigualdade social, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**, 7 set. 2005. Cotidiano.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - RÁDIO ONU – COMBATE AO ANALFABETISMO. Disponível em: <http://www.un.org/av/radio/pt/detail/3698.html>
Acessado em: 13/12/08

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acessado em: 12/08/2008.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP); Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/oep-organizacao-dos-paises-exportadores-de-petroleo/>>. Acessado em 09/11/2007.

PNUD 2007

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>
Acessado em 15/05/08

PNUD, 2006.

Disponível em:
http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2388&lay=pde
Acessado em 15/05/2008

PARAGUASSÚ, L.; FORMENTI, L. **Com atraso, Brasil entra no grupo de alto desenvolvimento humano.** O Estado de São Paulo, 28 nov. 2007.

PNUD 2006 RENDA PER CAPITA –

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf
Acessado em 27/12/2007

PNUD, 2006. VARIÁVEL DE SAÚDE

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf
Acessado em: 27/12/2008

PNUD, 2006 – INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf
Acessado em 25/10/07

PNUD – 2006 - RANKING DO IDH PARA PAISES SELECIONADOS

Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>
Acessado em: 15/01/08

PNUD 2006 – COMPARAÇÃO DO IDH EM DIVERSAS REGIÕES GLOBAIS

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf p. 20
Acessado em: 15/01/08

PNUD – 2007 RANKING DE PAISES SELECIONADOS EM 2007

Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/statistics/> -
Acessado em: 28/08/08

PNUD 2008 – **PNUD divulga, na quinta feira, novos números do IDH. Ranking do Índice do Desenvolvimento Humano será formado por indicadores de 2006 sobre renda, educação e expectativa de vida.** Disponível em:
http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=317&lay=pde.
Acessado em: 19/04/2009

PAIXÃO, M. **Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século.** 2000, p. 2 - 14

VALENTE, F.L.S. **A desigualdade socioeconômica e racial e a situação alimentar e nutricional – urbana e rural. Olinda 2002 – Disponível em:**
http://conselho.saude.gov.br/eventos/segalimentar/anexos/ApresentSE_Racial.ppt#256,1, A desigualdade sócio econômica e racial e a situação alimentar e nutricional – urbana e rural.
Acessado em: 23/09/2008

PAIXÃO, M. **O ABC das Desigualdades Raciais: um panorama do analfabetismo da população negra através de uma leitura dos indicadores do Censo 2000.**

PAIXAO, M. Professor do Departamento de Economia da UFRJ (2000). Disponível em:
Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século. Acessado em: 13/08/2007.

PASSARINHO, J. **DESEQUILÍBRIOS URBANOS – DESIGUALDADES SOCIAIS E INTEGRAÇÃO SOCIAL** Páginas 123 – 132 ISSN 0102-1788 - Revista da Escola Superior de Guerra, 1999.

PAULANI, Leda Maria; BOBIK Braga, Márcio. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia.** São Paulo: Saraiva, 2003.

PAULANI, L.M. & BRAGA.M.B **A Nova Contabilidade Social: uma Introdução À Macroeconomia. Capítulo 3 - Contas Nacionais: Problemas de Mensuração.** Editora Saraiva, 2.ed. 2006

A Nova Contabilidade Social: uma Introdução À Macroeconomia. Capítulo 9 Indicadores Sociais Editora Saraiva, 2.ed. 2006

PERICLES GOMES DA SILVA
<http://professorpericles.blogspot.com.br/>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – MG. Índice de Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade (IDH-S). Disponível em:
<http://www.virtual.pucminas.br/idhs/01_idhs/pdfs/nahas1.pdf >. Acessado em: 05/05/2008.

PEREIRA., M.J. **REVISTA ESPAÇO ACADEMICO – Nº. 35 – ABRIL 2004- MENSAL – ISSN – 15196186 Estagnação econômica, governabilidade e democracia no Brasil -**

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. O lançamento mundial do Relatório do Desenvolvimento Humano terá lugar no dia 8 de Julho, em Dublin, na Irlanda, e no dia 10 de Julho, na cidade de Maputo, em Moçambique

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr_2003_presskit_pt.pdf

Acessado em: 04/09/2007

RAWORTH, K.; STEWART, D.. **Introdução ao Desenvolvimento Humano Sustentável .Críticas ao Índice de Desenvolvimento Humano: uma revisão. 2000.**

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO- 2003 - Brasil é país com maior evolução em ranking histórico do IDH – 2003 Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/dh/BrasilEvolucao.pdf>

Acessado em: 04/08/2007

Renda per capita de 600 distritos chineses é inferior a US\$ 87

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/04/24/ult1767u65651.jhtm>

Acessado em: 18/06/2008

Renda do brasileiro cresceu US\$77 em um ano. 5/12/2007

Disponível em: http://www3.fgv.br/ibrecps/CPS_infra/midia/jc1394.pdf

Acessado em: 09/01/08

REVISTA TERRA MAGAZINE – Disponível em:

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2104696-EI6578,00.html> - 2007

acessado em 04/09/2008

RICÚPERO. R. **Economistas criticam fórmula para cálculo do IDH da ONU. 08/09/2005 -**

Disponível em:

<http://www2.opopular.com.br/ultimas/noticia.php?cod=225377>

Acessado em: 30/09/08

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD 2006 – Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no ranking do IDH.

Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/09-Table_PT21.pdf

Acessado em: 22/09/08

PNUD – Atlas do desenvolvimento humano das cidades. Disponível em:

www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc

acessado em: 22/07/2007

PNUD – Ranking do IDH das cidades brasileiras. Disponível em:
www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20

PNUD 2005 - Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no ranking do IDH.
 Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr05_po_HDI.pdf
 Acessado em: 23/08/2007

PNUD 2004 - Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no ranking do IDH.
 Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_HDI.pdf
 Acessado em: 11/08/2007

PNUD 2003 - Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no ranking do IDH.
 Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr03_por_HDI.pdf
 Acessado em 11/11/07

PNUD 2002 - Evolução dos cinco primeiros e últimos colocados no ranking do IDH.
Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/indicadores2.pdf>
 Acessado em: 14/11/07

PNUD - Análise do IDH do Brasil no período de 1975 a 2005
 Disponível em: www.scp.rs.gov.br/atlas.
 Acessado em: 05/03/2008.

PROGRAMA NACIONAL DE AMOSTRAS POR DOMICÍLIO - PNAD, 1997 - NEGROS NO BRASIL
 Disponível em: <http://www.mundofisico.joinville.udesc.br/Enciclopedia/1464.htm>
 Acessado em: 05/03/2008

SAKIKO FUKUDA – PARR - Capítulo III - LA SOCIEDAD CIVIL EN LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL AL DESARROLLO DE LOS AÑOS NOVENTA La crisis de las teorías del desarrollo. P. 49-70
 Disponível em: <http://www.yorku.ca/ishd/capIII.pdf>
 Acessado em: 07/01/08

SPITZ, C. ; ZIMERMANN,P. IDH é insuficiente para avaliar desenvolvimento humano, diz Pochmann. Folha Online, São Paulo, 07/09/2005 - 07h06

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
 Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Popula%C3%A7%C3%A3o_brasileira#Taxa_de_mortalidade_infantil
 - Acessado em: 31/05/2008

Dados coletados no seguinte endereço eletrônico de acordo com a divulgação do IBGE. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_expectativa_devida
Acessado em: 13/09/2007

URANI, ANDRÉ. (CONSELHEIRO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE) (IETS). Disponível em:
<http://www.iets.org.br/article.php?id_article=150&id_qs=59> Acessado em: 17/10/2007

URANI, A. **As duas faces do Brasil** . Disponível em:
http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3193&Itemid=117 – acessado em: 15/10/2008

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report**. United Nation, 1999. Disponível em:
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999/> - Acessado em 13/04/2007

UNDP (United Nation Development Program).
Disponível em: <<http://www.unpd.org>>. Acessado em: 12/09/2008

WIKIPÉDIA 2008 - **Não calculado pela ONU**. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano#N.C3.A3o_calculado_pela_ONU.
Acessado em: 15/04/2009

REFERÊNCIAS II

Entrevista/depoimentos

ALMEIDA FILHO NIEMEYER. Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [29 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

BIANCHI, A.M: Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [06 de março, 2008], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

BLAS ENRIQUE CABALLERO NUNEZ. Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [06 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

CASTRO, D. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [10 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

COMIM, FÁVIO: Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [12 de março, 2008], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

COSTA, D.I.P.: Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [25 de março, 2008], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

FONSECA, S.A. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [15 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior

MARTINS, H.P.E.: Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [25 de março, 2008], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

MATTEI, LAURO FRANCISCO. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [13 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

MAZZUTTI, CAIO CÍCERO DE TOLEDO PIZA DA COSTA. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [25 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

PESSALI, H.F. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [09 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

PINHEIRO, J. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [12 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior

PIRES, J.M: Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [29 de março, 2008], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

SANTANA, L.V. , Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [12 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

VEIGA, J.E.: Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [12 de abril, 2008], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

VIEIRA, JOSÉ GUILHERME SILVA. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [12 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.

VIEIRA, NOEMIA RAMOS. Análise, Particularidades e Críticas do IDH: Entrevista. [19 de janeiro, 2009], São Paulo: Concedida via e-mail a Cláudio Noel de Toni Junior.